

**CYNTHIA CÂNDIDA CORRÊA**

**ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE DO TURISMO E  
AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: O CASO  
DE COSTA RICA/MS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO MULTIINSTITUCIONAL EM  
AGRONEGÓCIOS (CONSÓRCIO ENTRE A  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO  
GROSSO DO SUL, UNIVERSIDADE DE  
BRASÍLIA E UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
GOIÁS). COMO PARTE DOS REQUISITOS  
NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE  
MESTRE EM AGRONEGÓCIOS NA ÁREA  
DE CONCENTRAÇÃO DE TURISMO  
RURAL.**

**ORIENTADOR: Dr. MILTON AUGUSTO PASQUOTTO MARIANI**

**CAMPO GRANDE/MS  
ABRIL/2009**

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

**CORRÊA, C. C. Análise do processo de implantação da atividade do turismo e as possibilidades de desenvolvimento regional e local: o caso de Costa Rica/MS.** Campo Grande. Departamento de Economia e Administração. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009, n° p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Goiás e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

### FICHA CATALOGRÁFICA

Corrêa, Cynthia Cândida

Análise do processo de implantação da atividade do turismo e a possibilidades de desenvolvimento regional e local: o caso de Costa Rica-MS/ Cynthia Cândida Corrêa, orientação de Dr. Milton Mariani. – Campo Grande-MS, 2009.

156 f. ; 30 cm.

Dissertação de Mestrado (M) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS.

1. Turismo. 2. Turismo no espaço rural. 3. Desenvolvimento local.  
I. Milton Mariani. II. Título.

CDD (21) 338.47

**CYNTHIA CÂNDIDA CORRÊA**

**ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE DO TURISMO E  
AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: O CASO  
DE COSTA RICA/MS**

**APROVADA POR:**

---

**MILTON AUGUSTO PASQUOTTO MARIANI, Doutor (UFMS).  
(ORIENTADOR)**

---

**DARIO DE OLIVEIRA LIMA FILHO, Doutor (UFMS).  
(EXAMINADOR INTERNO)**

---

**LEONARDO FRANCISCO FIGUEIREDO NETO, Doutor (UFMS).  
(EXAMINADOR INTERNO)**

---

**REGINA SUEIRO DE FIGUEIREDO, Doutora (UNIDERP)  
(EXAMINADOR EXTERNO)**

**CAMPO GRANDE/MS, 30 de ABRIL de 2009**

Dedico esta dissertação aos meus exemplos de vida, Nilo Cândido Dias e Vilma M<sup>a</sup> Corrêa Dias que sempre me estimularam a dar este grande passo. Estas duas pessoas com muita sabedoria, discernimento, bom senso e dedicação estiveram ao meu lado me encorajando nas horas difíceis e me aplaudindo nos momentos de glória. Obrigada por serem meus pais, profissionais corretos e competentes, fonte de inspiração, apoio e ensino diário.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Milton Mariani, por todo o empenho, sabedoria, compreensão e confiança em mim depositada. Obrigada pela orientação, apoio e amizade.

Aos professores Dr. Ido Luiz Michels e Dr<sup>a</sup> Regina Sueiro de Figueiredo, por aceitarem participar da Banca de Defesa desta dissertação, proporcionando discussões e sugestões que servirão para crescimento, aprendizado e incentivo à pesquisa.

Aos professores Dr. Dario de Oliveira Lima Filho e Dr. Leonardo Francisco Figueiredo Neto, que compuseram a banca de qualificação, repassando suas contribuições para que eu pudesse chegar a esse resultado final.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Agronegócios da UFMS, pelos conhecimentos repassados, apoio e interesse nessa jornada de minha vida.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Costa Rica, em especial a Jaqueline de Castro Vargas, assessora de turismo municipal, e Agoncilio Correia, sub-secretário de Agricultura e Desenvolvimento, por fornecerem prontamente as informações sobre o município solicitadas e por concederem as entrevistas.

Ao secretário de Turismo e Meio Ambiente de Costa Rica, Sr. Wilson Matheus, por conceder as entrevistas e por se comprometer com esta pesquisa, além das suas preocupações com a política.

À Sr<sup>a</sup>. Nilde Brun, diretora-presidente da Fundação de Turismo – MS, exemplo de gestora e especialista conectada com a moderna administração do turismo.

A todos os entrevistados por concederem as entrevistas e aos turistas e moradores do município de Costa Rica por responderem os questionários.

Aos meus colegas de mestrado pela convivência agradável durante as aulas e pelas trocas de informações enriquecedoras. Em especial agradeço a Aline Veloso, Fabrícia Gladys e Mônica Satolani pela partilha dos momentos de angústia e de alegria.

Aos funcionários do DEA, pela atenção e carinho com os quais sempre me atenderam, em especial a Rosali Franço, secretária Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, por

sua força, entusiasmo e otimismo contagiantes, sendo uma profissional extremamente competente e dedicada.

Aos meus pais, Vilma M<sup>a</sup> Corrêa Dias e Nilo Cândido Dias, pelo amor, incentivo e compreensão, sem os quais eu nunca teria chegado até aqui. Impossível expressar em palavras meu amor e gratidão por vocês!

Ao meu irmão Frederico Corrêa e todos os meus familiares que sempre me deram amor e força, valorizando meus potenciais. Obrigada pelo carinho, preocupação e incentivo.

À minha cunhada Micheli Carmo e sua família pelo apoio prestado a mim nesse percurso de minha vida em Campo Grande.

Aos meus tios Edil Dias e Ivonete Dias e primos Edilson e Edilvan, minha família campo-grandense, pelo apoio, paciência e aconchego em seu lar.

Aos meus colegas de trabalho, o meu muito obrigada pelo apoio, incentivo e confiança. Agradeço especialmente à Prof<sup>a</sup> Ms. Nelize Vargas pelas dicas e auxílio na elaboração desse trabalho; Prof<sup>a</sup> Ms. Maria Ivone da Silva pelo apoio e ao André Henrique Aquino pela ajuda inestimável na formatação do trabalho.

A Aline Veloso, minha companheira de mestrado e grande amiga que conquistei nesse período de estudos, obrigada pela amizade, pela ajuda, por escutar meus desabafos nos momentos difíceis ou mesmo de estresse, e pelos momentos de diversão.

A todos os meus amigos e amigas que sempre estiveram presentes me aconselhando e incentivando com carinho e dedicação, além de me proporcionarem momentos de diversão nesses últimos dois anos.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução desse trabalho. Especialmente a minha amiga Débora Souza pela ajuda na elaboração dos gráficos e correções.

**Obrigada a todos!**

## RESUMO

O turismo constitui-se numa atividade produtiva, geradora de emprego, e se inclui entre os setores motrizes para o desenvolvimento de certas regiões. O município de Costa Rica, que está localizado na região norte do estado de Mato Grosso do Sul, possui uma gama de atrativos naturais em potencial para o desenvolvimento dessa atividade. Percebendo o potencial da região, os agentes públicos locais têm procurado desenvolver ações no sentido de fomentar essa atividade. Dessa forma, esse estudo teve como objetivo principal analisar o processo de implantação da atividade turística em Costa Rica/MS. Procura, ao mesmo tempo, entender como a realidade da atividade turística se inter-relaciona com a questão ambiental, as políticas públicas e as ações da iniciativa privada. Sob essa ótica, o turismo e sua forma sistêmica, abordagens sobre desenvolvimento local, novas formas organizacionais, como *cluster*, e variáveis de desenvolvimento foram focados no trabalho. Essa pesquisa é um estudo descritivo exploratório do tipo estudo de caso. Para tanto, utilizaram-se os métodos qualitativo e quantitativo, realizando entrevistas semi-estruturadas com os agentes públicos e privados envolvidos no turismo. Também foram aplicados questionários com os turistas, com o intuito de analisar a oferta turística do município, e com a comunidade local, buscando identificar a percepção desses moradores quanto ao desenvolvimento da atividade turística no município. Além disso, a pesquisa incluiu observação direta e análise documental. Mediante os resultados obtidos, pode-se concluir que a atividade do turismo em Costa Rica/MS se encontra pouco articulada; não se comprovou a existência de uma política fundamentada no conceito de *cluster* econômico, envolvendo diferentes atividades econômicas e a integração entre governo, empresários, agentes financeiros e demais segmentos representativos como forma de elevar a competitividade do setor.

**Palavras-chaves:** turismo, turismo no espaço rural, desenvolvimento local.

## ABSTRACT

Tourism is an economic activity that creates jobs and is one of the driving forces for the development of certain regions. The municipality of Costa Rica, which is located in the northern part of the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, has a range of potential natural attractions for the development of tourism activities in its territory. The local public agencies have realized the region's tourism potential and have undertaken actions designed to foster that activity. Thus, the main purpose of this dissertation is to analyze the process of implementation of tourism activities in Costa Rica. At the same time it seeks to understand how tourism activities are related to environmental issues, public policies and actions undertaken by the private sector. From the point of view of tourism and its systemic form, the dissertation focuses on approaches to local development, new organizational forms, such as clusters, and development variables. It is an exploratory and descriptive case study, using both qualitative and quantitative methods, including the conduction of semi-structured interviews with public and private actors involved in tourism. It also applied questionnaires to tourists with the purpose of analyzing the municipality's tourism attractions and to the local population in order to identify its perception of the development of the municipality's tourism potential. The research project also included direct observations and the analysis of documents. On the basis of its results, it concludes that tourism activities are still poorly organized in Costa Rica, since it could not find a policy based on the concept of economic cluster, involving various economic activities and an integration between government, business community, financial agencies and other representative sectors as a way of leveraging the industry's competitiveness.

**Keywords:** tourism, agritourism, local development.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGMA	Associação de Guias e Monitores Ambientais
APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjo Produtivo Local
APP	Área de Preservação Permanente
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CPB	Câmara de Proteção da Biodiversidade
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FAMTUR	Viagem de Familiarização do Turismo
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FCR	Fundação Cândido Rondon
FUMTUR	Fundo Municipal do Turismo
FUNDTUR	Fundação de Turismo de Mato Grosso Do Sul
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEF	Instituto Estadual de Florestas
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MS	Mato Grosso do Sul
MTUR	Ministério do Turismo
NEA/CR	Núcleo de Educação Ambiental de Costa Rica
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PANSS	Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú
PATUR	Plano de Ação do Turismo de Mato Grosso do Sul
PDTUR/MS	Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Parque Nacional das Emas
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional do Turismo
PRODES	Programa de Incentivo para o Desenvolvimento Econômico e Social
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural

SAAE	Sistema Autônomo de Água e Esgoto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMACT	Secretaria do Meio Ambiente, Cultura e Turismo
SENAC/MS	Serviço Nacional de Apoio ao Comércio de Mato Grosso do Sul
SEPRODES	Secretaria do Estado da Produção e do Desenvolvimento Sustentável
SISTUR	Sistema de Turismo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TER	Turismo no Espaço Rural
TURISUL	Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul
UC	Unidade de Conservação
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
USAID	Agencia Americana de Desenvolvimento

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo analítico do desenvolvimento da atividade turística.....	29
Figura 2: Inter-relação das atividades de Turismo no Espaço Rural.....	40
Figura 3: Sistema de Turismo - SISTUR .....	42
Figura 4: Elementos básicos do turismo.....	44
Figura 5: Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú .....	66
Figura 6: Parque Natural municipal da Lage.....	66
Figura 7: Parque Nacional das Emas.....	67
Figura 8: Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari.....	68
Figura 9: Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).....	68
Figura 10: Água Santa do Paraíso .....	69
Figura 11: Balneário Lage .....	70
Figura 12: Cachoeira das Araras .....	70
Figura 13: Cachoeira da Rapadura .....	71
Figura 14: Estância Maranata.....	71
Figura 15: Gruta Tope da Pedra .....	72

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Atrativos turísticos naturais de Costa Rica freqüentados pela comunidade local.	105
Gráfico 2: Benefícios do turismo para o município conforme a comunidade local.....	105
Gráfico 3: Origem dos visitantes do Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú de Costa Rica/MS no período de 2006 a 2008 .....	108
Gráfico 4: Motivo da visita ao município de Costa Rica/MS .....	110
Gráfico 5: Atrativos turísticos naturais de Costa Rica/MS visitados .....	112
Gráfico 6: Opinião dos turistas quanto às informações turísticas no município de Costa Rica/MS.....	113
Gráfico 7: Opinião dos visitantes quanto aos atrativos turísticos de Costa Rica/MS.....	114
Gráfico 8: Opinião dos turistas sobre a estrutura dos alojamentos de Costa Rica/MS .....	115
Gráfico 9: Classificação dos restaurantes e lanchonetes de Costa Rica/MS .....	116
Gráfico 10: Avaliação dos visitantes quanto aos aspectos turísticos de Costa Rica/MS .....	117
Gráfico 11: Nível de satisfação do turista no período de estadia em Costa Rica/MS .....	118

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Agentes participantes da pesquisa.....	25
Quadro 2: Eventos promovidos no município de Costa Rica em 2008.....	74
Quadro 3: Macrorregiões Turística de Mato Grosso do Sul e suas cidades .....	89
Quadro 4: Divisão de Mato Grosso do Sul em Regiões e suas cidades .....	92
Quadro 5: Diretrizes consideradas importantes pelo PDTUR/MS para o desenvolvimento do município de Costa Rica/MS.....	94
Quadro 6: Ações realizadas para o desenvolvimento do turismo no município de Costa Rica/MS no período de 2004/2008.....	98
Quadro 7: Aspectos favoráveis e desfavoráveis do município de Costa Rica/MS para o desenvolvimento da atividade turística conforme a comunidade local .....	106

Quadro 8: Ações de desenvolvimento do meio ambiente promovidas pelos agentes públicos no município de Costa Rica/MS .....	124
---	-----

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos do município de Costa Rica/MS.....	136
Tabela 2: Produção agrícola de Costa Rica/MS .....	137
Tabela 3: Número de visitantes e valor arrecadado no Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú em 2008 .....	139
Tabela 4: Valor arrecadado com esportes de aventura no PANSS em 2008.....	140

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 PROBLEMÁTICA E RELEVÂNCIA .....	17
1.2 OBJETIVOS .....	19
<b>2. METODOLOGIA .....</b>	<b>21</b>
2.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA .....	21
2.2 DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA E DOS SUJEITOS DA PESQUISA .....	23
2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	23
2.4 PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS .....	24
2.5 MÉTODO DE PROCEDIMENTO .....	26
<b>2.2.1 Meios de apresentação do local e sua oferta .....</b>	<b>26</b>
<b>2.2.2 Coordenação dos agentes envolvidos com o turismo no município .....</b>	<b>27</b>
<b>2.2.3 Programas de desenvolvimento da atividade turística e impactos gerados para a atividade turística no município .....</b>	<b>27</b>
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>30</b>
3.1 CONCEITO DE TURISMO .....	30
3.2 A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO TURISMO .....	32
3.3 TURISMO NO ESPAÇO RURAL .....	36
3.4 O TURISMO E SUA FORMA SISTÊMICA .....	41
3.5 A ATIVIDADE TURÍSTICA COMO PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	48
<b>3.5.1 Planejamento turístico para o desenvolvimento local sustentável .....</b>	<b>53</b>
<b>3.5.2 O turismo como vetor de desenvolvimento no espaço rural .....</b>	<b>55</b>
3.6 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: CLUSTER DE TURISMO .....	57
<b>4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>63</b>
4.1 OFERTA TURÍSTICA .....	63
<b>4.1.1 Aspectos gerais do município .....</b>	<b>63</b>
<b>4.1.2 Oferta turística de Costa Rica .....</b>	<b>64</b>
4.1.2.1 Atrativos Naturais .....	65
4.1.2.2 Atrativos Culturais .....	72
<b>4.1.3 Equipamentos de infra-estrutura turística .....</b>	<b>74</b>
<b>4.1.4 Infra-estrutura de apoio .....</b>	<b>75</b>
4.2 AGENTES ENVOLVIDOS COM O TURISMO NO MUNICÍPIO .....	76
<b>4.2.1 Setor Rural .....</b>	<b>76</b>
<b>4.2.2 Setor de turismo e comércio .....</b>	<b>80</b>
<b>4.2.3 O setor público do turismo e suas ações em Mato Grosso do Sul .....</b>	<b>87</b>
4.2.3.1 Organização da atividade turística no município .....	93
4.2.3.2 O potencial turístico de Costa Rica na concepção do setor público: aspectos favoráveis e desfavoráveis ..	100

<b>4.2.4 Comunidade e turistas .....</b>	<b>103</b>
4.2.4.1 Percepção dos turistas sobre a atividade turística no município de Costa Rica/MS .....	108
<b>4.3 PRÁTICAS GERENCIAIS E IMPACTOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>119</b>
<b>4.3.1 Programas de desenvolvimento ambiental .....</b>	<b>119</b>
4.3.1.1 A importância ecológica de Costa Rica para a conservação do meio ambiente.....	119
4.3.1.2 ICMS Ecológico e o desenvolvimento ambiental de Costa Rica.....	121
4.3.1.3 Práticas municipais de proteção ambiental.....	123
<b>4.3.2 Ações de desenvolvimento social no município de Costa Rica/MS .....</b>	<b>130</b>
<b>4.3.3 Ações de desenvolvimento cultural realizadas no município .....</b>	<b>133</b>
<b>4.3.4 Aspectos econômicos do município de Costa Rica .....</b>	<b>136</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>146</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>151</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O turismo constitui uma atividade produtiva, geradora de emprego, e se inclui entre os setores motrizes para o desenvolvimento de certas regiões. É uma área da economia mundial que está se consolidando com um número cada vez maior de turistas e prestadores de serviço.

Entretanto, por conta do fluxo de pessoas, da infra-estruturas e dos equipamentos de que necessita, também pode provocar danos ambientais. Mas com um planejamento e uma gestão territorial integrada com outros setores, essa atividade pode constituir uma valiosa ferramenta para o desenvolvimento regional e local.

Portanto, o turismo ao ser implementado a partir da perspectiva do desenvolvimento local, busca atender às necessidades dos turistas e das populações locais no presente, sem pôr em risco a capacidade das gerações futuras de atender as suas necessidades. Deve ter como principais objetivos a sustentabilidade ecológica, a equidade social e a eficácia econômica.

Pode-se afirmar, com base na literatura investigada, que o Brasil está repleto de potencialidades e atrativos turísticos, prontos para serem explorados de modo racional, capazes de oferecer um produto turístico de qualidade, que contribua para a melhoria da qualidade de vida da população, bem como a preservação e valorização do patrimônio cultural. Contudo, existem diversos entraves ao desenvolvimento da atividade, distribuídos nos setores público, privado, urbano e rural. Existem diferenças, distanciamentos, ausência de efetivas ligações intersetoriais, de consciência e respeito pelo papel de cada um. Essa ausência de visão sistêmica dificulta a integração entre os agentes e limita a contribuição que a atividade poderia dar em locais com potencial turístico.

Verifica-se ainda, com base em estudos, que o turismo em Mato Grosso do Sul está atrelado às questões de ordem ambiental, mais do que a qualquer outro fator. Várias localidades do estado têm se tornado “refúgio” para as pessoas que buscam o convívio com a natureza, mas a atividade turística no estado ainda enfrenta algumas dificuldades.

Apesar do potencial turístico de vários municípios do Estado, este dedica sua atenção a apenas três regiões: à região de Campo Grande, à Serra da Bodoquena e à região do Pantanal (FUNDTUR, 2006). Torna-se necessário, então, identificar e consolidar, mediante ações público-privadas, a cadeia produtiva do turismo nas demais regiões do Estado, como um importante mecanismo para o crescimento econômico.

Este é o caso do município de Costa Rica, localizado na região Norte do estado de Mato Grosso do Sul, que possui atrativos naturais em potencial para o desenvolvimento da atividade turística na região. Entretanto, verificam-se a ausência e a necessidade de uma análise dos aspectos históricos, políticos, econômicos e geográficos, bem como da evolução urbana e turística da região.

Este processo traz consigo expectativas e mudanças no cotidiano da comunidade, que pode sofrer impactos positivos ou negativos em âmbito social, econômico e ambiental com a ampliação da atividade turística no município. Nesse sentido, procurou-se, com esse estudo, investigar o contexto do desenvolvimento turístico em Costa Rica/MS, a fim de relatar o estágio atual em um município que procura alicerçar-se em ações primárias (capacitação, sensibilização para o turismo, infra-estrutura) e necessárias para a implantação do turismo. Essa investigação visa a contribuir para subsidiar políticas públicas e ações privadas para a geração de desenvolvimento local e regional.

Para isso, a presente dissertação foi organizada em quatro capítulos. O capítulo 1 apresenta o problema a ser investigado, em forma de questionamentos que traduzem a preocupação central da pesquisa, justificando sua relevância bem como o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa.

O capítulo 2 contém um relato minucioso do caminho escolhido pelo investigador para atingir os objetivos da pesquisa. São apresentados os procedimentos utilizados na coleta de dados, nas fases da pesquisa, bem como na análise dos dados.

O capítulo 3 trata das bases conceituais que fundamentaram o objetivo da investigação. Apóia-se em autores e obras consideradas relevantes na discussão da problemática, especialmente por procurarem traçar um fio que conduzisse a questão da diferenciação sobre os aspectos traçar um fio que diferencie os vários aspectos da atividade turística, com destaque para o turismo no espaço rural, desenvolvimento local e *cluster* do turismo.

O capítulo 4 analisa e interpreta os dados obtidos na pesquisa de campo, no estudo de caso realizado, valendo-se de gráficos, quadros e tabelas, em razão dos objetivos propostos.

Registram-se, por fim, algumas considerações finais, que não devem ser entendidas como conclusivas, mas como conhecimentos elaborados sistematicamente a partir da análise de uma implantação da atividade turística e das possibilidades de desenvolvimento regional e local no município de Costa Rica/MS.

## 1.1 PROBLEMÁTICA E RELEVÂNCIA

Considerando-se as características do setor turístico e inserindo-o no campo da análise da gestão integrada, do desenvolvimento local e sustentável, existe no Brasil situação que é problemática e limita o fortalecimento do setor. Entre os agentes envolvidos com o turismo, que estão distribuídos nos setores público e privado e nos territórios urbano e rural, existem diferenças e distanciamentos.

Esses aspectos podem ser observados nas formas gerenciais, nos objetivos traçados, nos interesses de cada um e no entendimento de como é formado o setor de turismo no espaço rural. Individualmente, os agentes empreendem suas próprias iniciativas sem consultar, compartilhar ou até cooperar entre si. Existe uma ausência de efetivas ligações intersetoriais, a qual resulta na falta de coesão inter e intra-organizacional, desequilibrando a integração entre os setores. Além dessas diferenças, existem, muitas vezes, entre os agentes, uma falta de

consciência de respeito pelo papel de cada um e uma falta de visão sistêmica. Esse desequilíbrio limita o aumento da competitividade de locais com perfil para o turismo e, em especial, para o turismo no espaço rural.

Assim como as empresas devem detectar o que o mercado demanda e quais as formas de atender essa demanda, o setor do turismo necessita de um planejamento turístico de acordo com as necessidades dos turistas, oferecendo-lhes condições de hospedagem, meio de transporte e alimentação ideal.

Portanto, para que os municípios possam desenvolver seu potencial turístico, usufruindo de benefícios econômicos, sociais e ambientais, através da ampliação do mercado de trabalho e do melhoramento da infra-estrutura básica e de lazer, é necessário um planejamento adequado e coerente com a realidade de cada região. A necessidade de qualidade nos serviços oferecidos no turismo é indiscutível, mas somente será alcançada se houver preparação das comunidades locais, incluindo as entidades públicas e privadas. Como resultado maior dessa parceria ocorrerá o fortalecimento das diferentes entidades que atuam no setor turístico.

Nesse contexto, o presente trabalho procurou investigar o desenvolvimento do turismo no município de Costa Rica/MS, partindo da constatação de que, nesta área, há um patrimônio natural, principalmente hidrográfico, que se torna potencialidade para o turismo, entendendo o turismo. Procura, ao mesmo tempo, entender como a realidade da atividade turística se inter-relaciona com a questão ambiental, as políticas públicas e as ações da iniciativa privada.

Diante das evidências, o turismo no espaço rural (TER) pode ser considerado um meio para o aumento da competitividade e alcance do desenvolvimento local e forma sustentável. Sob essa ótica, abordagens sobre desenvolvimento local, novas formas organizacionais e variáveis de desenvolvimento foram focadas no trabalho. Dentro desse contexto, a problemática central desta pesquisa foi investigar o potencial turístico no município de Costa

Rica/MS. Considera-se como o problema que norteia essa pesquisa o seguinte: Qual a importância da atividade turística para o desenvolvimento do município de Costa Rica/MS?

Entretanto, para abordar a problemática encontrada, procurou-se delimitar o problema, de modo que a preocupação central com o tema pudesse responder as seguintes perguntas: O município de Costa Rica pode ser considerado e/ou classificado como sendo um município rico em potenciais de recursos turísticos? Pode-se tornar um referencial turístico para o Estado e para o Brasil? Esses recursos naturais podem ser considerados de fato um atrativo turístico capaz de atrair turistas nacionais e até mesmo internacionais para o município de Costa Rica? O que se tem feito até o presente momento para que o município seja reconhecido como um município turístico? Quais as ações propriamente ditas realizadas para o processo de implantação dessa atividade turística e as possibilidades de desenvolvimento local e regional? Quais as principais dificuldades, impasses e limitações para o desenvolvimento da atividade turística no município?

Tais questões foram aqui designadas de diretrizes ou orientadoras pelo fato de servirem como orientação para o levantamento dos dados (documentos, entrevistas, questionários) da pesquisa.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

- Analisar o processo de implantação da atividade turística em Costa Rica/MS.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Diagnosticar o potencial local de recursos turísticos no município de Costa Rica, avaliando a oferta dos equipamentos receptivos;
- Identificar as principais ações executadas para a implantação do turismo no município;

- Avaliar os aspectos favoráveis e desfavoráveis relativos ao desenvolvimento da atividade turística no município.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia, segundo Thiollent (2001, p. 25), pode ser vista como “conhecimento geral e habilidade necessária ao pesquisador para orientar-se no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados”. Os procedimentos metodológicos servem de orientação para a investigação pretendida, razão pela qual é importante ter um plano detalhado de pesquisa, objetivando a compreensão do problema a ser estudado e os rumos que se pretende tomar.

### 2.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Pelo fato de haver grande complexidade na estrutura e dinâmica dos negócios de turismo e diante dos objetivos propostos, estabelece-se como orientação mais adequada para o desenvolvimento da pesquisa aquela fundamentada nos pressupostos humanistas, através da adoção da abordagem com ênfase qualitativa, que é útil em estudos relacionados com assuntos que requerem profundidade na investigação. Destaca-se que a pesquisa de cunho qualitativo envolve a “[...] obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p. 58).

Através de uma análise criteriosa dos diferentes tipos de pesquisa, identifica-se como a mais adequada, para o desenvolvimento do presente trabalho, um estudo descritivo exploratório do tipo estudo de caso. Procurou-se, com essa opção, compreender a manifestação do problema, as percepções e expectativas a ele ligadas, sobre uma base empírica que enfatiza o contexto natural em que o problema se encaixa e procura apreender a multiplicidades de variáveis presentes na situação.

Conforme Marshall e Rossman (1995), o propósito desse tipo de pesquisa pode ser exploratório, descritivo ou preditivo. O propósito exploratório visa basicamente à formulação e/ou à sistematização de objetos desconhecidos, explica as forças que causam o fenômeno e identifica os possíveis conjuntos de causas que determinam o fenômeno. Já o propósito descritivo expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. No preditivo, o objetivo é prever os eventos e comportamentos resultantes de um fenômeno

Estudo de caso pode ser definido, de acordo com Yin (2005), como pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos, particularmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são precisos. A contribuição de estudos de caso é justamente dar “força” ou “questionar” determinada teoria ou paradigma. Outro ponto importante para relacionar os dados obtidos às proposições teóricas são o encadeamento e a convergência dos dados obtidos.

O estudo de caso, segundo Ludke e André (1986), apresenta características distintas, tais como: visa à descoberta de algo interessante; enfatiza a “interpretação” ou “contexto”; busca retratar a realidade de forma completa e profunda; usa uma variedade de fontes de informações; revela experiência e permite generalizações naturalísticas; procura representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vistas presentes numa situação social; e utiliza em seus relatos uma linguagem e uma forma mais acessível de que os outros relatórios de pesquisa.

O estudo de caso aqui desenvolvido, de natureza qualitativa, pretendeu atingir um nível de conhecimento aprofundado sobre a implantação da atividade do turismo e as possibilidades do desenvolvimento regional e local, como forma de superar o desafio da complexidade da atividade turística no município de Costa Rica/MS. Busca analisar circunstâncias em que o projeto de implantação foi instituído, seus fundamentos filosóficos e

metodológicos e a opinião dos sujeitos envolvidos no processo, suas ações e, conseqüentemente, os resultados obtidos até o presente momento.

O fato de a pesquisa tratar de um caso isolado desenvolvido em um dos inúmeros municípios do Brasil que apresentam possibilidade de um desenvolvimento local e sustentável na atividade turística não a torna de menor valor. De modo particular, poderá contribuir para o avanço do estudo do processo de implantação da atividade do turismo em outros municípios brasileiros.

Pode-se acrescentar que, apesar da ênfase nos aspectos qualitativos, o aspecto quantitativo também pode ser aplicado. Godoy (1995, p. 26) afirma: “Ainda que os estudos de caso sejam, em essência, pesquisa de caráter qualitativo, podem comportar dados quantitativos para aclarar algum aspecto da questão investigada”.

## 2.2 DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA E DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Nesta pesquisa, utilizou-se em parte uma amostragem não-probabilística, na qual a seleção dos elementos foi definida intencionalmente, em que os elementos escolhidos são aqueles julgados típicos da população que se quer pesquisar. Esta parte se refere aos agentes do setor público, municipal e estadual, e privado, proprietários rurais que possuem recursos naturais em suas propriedades e representantes do comércio local. Já na outra parte a seleção foi baseada em uma amostra probabilística aleatória, em que cada elemento da população tem uma chance conhecida e diferente de zero de ser selecionado, ou seja, turistas e comunidade local.

## 2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como este trabalho é uma pesquisa qualitativa com propósito descritivo exploratório, os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: observação direta, análise documental, entrevistas semi-estruturadas e questionários.

Conforme Dencker (1998, p. 137), “a entrevista é uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa”. As entrevistas podem ser estruturadas, com perguntas determinadas, ou semi-estruturadas, permitindo maior liberdade ao pesquisador.

Já o questionário, conforme a mesma autora, tem por finalidade obter, de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação, em relação a uma população ou amostra determinada. Os questionários são impressos e respondidos pelos entrevistados.

A observação direta utiliza os sentidos na apreensão de determinados aspectos da realidade em que se observam os fenômenos que se desejam estudar. Essa técnica torna-se útil para fornecer informações adicionais sobre o tópico que está sendo estudado e foi utilizada na identificação de evidências nos recursos naturais existentes no município, assim como nos agentes privados.

Na pesquisa documental, a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, tendo como fonte arquivos públicos e estatísticas. Envolve a investigação de documentos internos ou externos.

## 2.4 PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS

A pesquisa iniciou-se com a coleta de dados secundários, em sites relacionados ao turismo e em livros sobre o turismo em um contexto geral. É a fase da pesquisa realizada com o intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse. Inicialmente foi efetuado contato no setor público municipal para a obtenção de documentos e informações relacionados ao município de Costa Rica/MS.

Foram realizadas 10 entrevistas semi-estruturadas de ordem qualitativa, entre os meses de setembro de 2008 e janeiro de 2009, com agentes envolvidos nas atividades turísticas. Para

as entrevistas, foram selecionados agentes dos setores público e privado, diretamente envolvidos com a área turística no município de Costa Rica/MS, sendo os agentes públicos municipais e estaduais. No setor privado, foram entrevistados os agentes representantes do turismo, que são hotéis e proprietários dos locais onde existem atrativos naturais.

<b>Universo envolvido na pesquisa</b>	<b>Amostra da pesquisa</b>	<b>Sujeitos da pesquisa</b>	<b>Letras referentes aos sujeitos da pesquisa</b>
Setor Público	Representantes do poder público municipal; Representante do poder público estadual.	Secretário de Turismo de Costa Rica, Assessora de Turismo de Costa Rica, Sub-Secretario de Agricultura e Desenvolvimento e Coordenador Executivo do COMDECON-Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e Diretora-Presidente da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul – FUNDTUR/MS	SP1, SP2, SP3, SP4
Setor Rural	Representantes de propriedades rurais onde existem atrativos turísticos naturais	Proprietário Rural 1; Proprietário Rural 2.	SR1, SR2
Setor de Turismo e Comércio	Representantes do setor hoteleiro	Proprietário do meio de hospedagem 1; Proprietário do meio de hospedagem 2; Gerente do meio de hospedagem 3; Proprietário do meio de hospedagem 4.	STC1, STC2, STC3, STC4
Turistas e comunidade local	Turistas; Comunidade local	69 representantes da sociedade civil e 50 turistas encontrados na região	

**Quadro 1: Agentes participantes da pesquisa**

Fonte: Elaborado pela autora

Como forma de preservar os sujeitos entrevistados na pesquisa, apresentados no Quadro 1, foram selecionadas letras conforme o setor envolvido e foi delimitada uma numeração conforme a ordem dos agentes entrevistados.

Posteriormente foram aplicados 50 questionários para turistas no dia 18 de janeiro, no Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú. Optou-se por esse local por ser o principal produto turístico do município, com maior fluxo de turistas. Considerando-se o fluxo de turistas estimados em 37.361 no ano anterior, a amostragem estatística elaborada para a pesquisa conta com a confiabilidade de 95% e o erro de estimação de 13,9%.

Foram aplicados questionários também na comunidade local do município nos dias 09 a 11 de fevereiro de 2009. A amostragem estatística elaborada para a pesquisa conta com a confiabilidade de 95% e o erro de estimação de 11,8%. Para o número de habitantes estimados em 18.277, gerou-se uma amostra de 69 questionários.

## 2.5 MÉTODO DE PROCEDIMENTO

A formulação de um método de procedimento torna-se importante para um estudo do tipo estudo de caso, pois destina-se a orientar o pesquisador ao realizar a coleta de dados e conduzir a pesquisa. Como método de procedimento foi utilizado o modelo analítico proposto por Mendonça (2006) em seu trabalho “Gestão integrada do turismo no espaço rural”, por envolver todas as etapas necessárias para cumprir o objetivo do estudo aqui realizado. Entretanto, foram realizadas algumas modificações no sentido de adequar o modelo à realidade local do município selecionado para a pesquisa.

Na elaboração do modelo de análise, foram estruturadas três dimensões para analisar a atividade turística de Costa Rica:

- a. Identificação e análise dos meios de apresentação do local e sua oferta;
- b. Identificação dos agentes envolvidos na atividade de turismo no município e seus procedimentos de coordenação;
- c. Identificação das práticas gerenciais utilizadas e da percepção dos agentes em relação aos impactos gerados pelo turismo sobre o desenvolvimento no município.

### 2.2.1 Meios de apresentação do local e sua oferta

O objetivo desse primeiro passo será identificar como a oferta é formatada e, posteriormente, apresentada no local. Isso se dará através de pesquisa documental, entrevistas semi-estruturadas e observação *in loco*. Os elementos que constituem a oferta nos locais são:

- Bens turísticos
  - Naturais.
  - Culturais – históricos, manifestações e usos tradicionais populares.
  - Eventos e acontecimentos programados.
- Equipamentos turísticos
- Serviços turísticos
- Infra-estrutura de apoio

### **2.2.2 Coordenação dos agentes envolvidos com o turismo no município**

O objetivo desta segunda dimensão é o de identificar e analisar os procedimentos de coordenação utilizados pelos agentes envolvidos com a atividade do turismo, com o intuito de identificar as oportunidades bem como as deficiências encontradas no desenvolvimento desta atividade no município de Costa Rica. Esse objetivo será alcançado através de questionários fechados e entrevistas semi-elaboradas com os agentes envolvidos na cadeia (representantes locais, poder público, empresários do setor, comunidade local e turistas).

### **2.2.3 Programas de desenvolvimento da atividade turística e impactos gerados para a atividade turística no município**

A terceira dimensão pretende apontar as ações já identificadas e as práticas de gestão, pública e privada, na atividade do turismo com vistas ao desenvolvimento e à sustentabilidade conseguidos pelos agentes entrevistados, além dos impactos gerados e percebidos resultantes da gestão que vem sendo implementada na atividade, como:

#### **a) Impactos em relação à variável social**

Programas públicos gerados devido à implantação da atividade de turismo que visem à satisfação das necessidades básicas da população, como: instalações e serviços para a comunidade (água encanada, sistemas de saneamento, estradas, saúde e segurança,

desenvolvimento de novos investimentos na região); maiores oportunidades de formação profissional; queda no índice de marginalização e desigualdade; preparação da mão-de-obra da população para absorção no mercado de trabalho do turismo; participação da população no processo da atividade turística; a existência de um plano de sistema social (empregos, segurança social, erradicação da miséria, do preconceito; contratação da mão-de-obra local, investimento em treinamento e qualificação de pessoal, investimento em iniciativas socioculturais comunitárias incentivando a participação da mão-de-obra.

#### **b) Impactos em relação à variável cultural**

Programas que visem à conscientização da população em relação à atividade turística no município, ou seja, a necessidade da preservação e valorização dos aspectos culturais pela comunidade envolvida, como: preservação da arquitetura, de estabelecimentos históricos e culturais, do artesanato, da linguagem, das tradições, da gastronomia, da arte e música, da história, do tipo de trabalho e tecnologia usada, da religião e suas respectivas manifestações, do sistema educacional, das atividades de lazer e do tipo de vestimenta usada.

#### **c) Impactos em relação à variável ambiental**

Programas que visem à solidariedade para com as gerações futuras por meio da preservação do ambiente, de modo que elas tenham chance de viver, incentivando que se evitem: o acúmulo de resíduos; a contaminação das águas, poluição atmosférica, visual e auditiva; destruição da flora e fauna; congestionamento e construções; destruição; privatização de áreas de lazer.

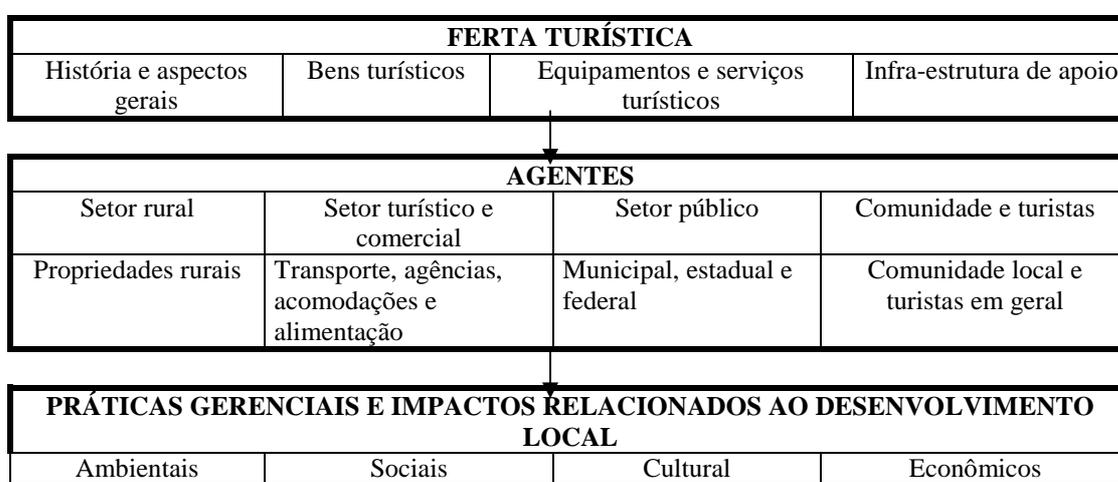
#### **d) Impactos em relação à variável econômica**

Ações públicas que visem à previsão de receitas, arrecadações de impostos, número de empregos a serem gerados, que evitem a especulação fundiária e o baixo retorno sobre o investimento por causa da influência sazonal da demanda. Pretende-se verificar a elaboração

de planejamento e adoção de estratégias contínuas por parte dos setores público e privado, de sustentação econômica devido às variações da demanda, avaliação da capacidade das empresas locais em atender adequadamente aos turistas.

As informações obtidas podem ser positivas ou negativas, indicando que a gestão da atividade turística está contribuindo para o desenvolvimento local de forma sustentável ou não.

O esquema geral do modelo analítico pode ser visualizado na Figura 1.



**Figura 1: Modelo analítico do desenvolvimento da atividade turística.**

Fonte: Adaptado de Mendonça (2006).

Agrupando todos os dados adquiridos a partir do modelo, foi possível identificar as principais questões relativas ao processo de implantação do turismo no município de Costa

Rica e suas contribuições ao desenvolvimento local e regional.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O alcance dos objetivos deste estudo requer a formulação de um quadro de referências que sirva de base para a compreensão do fenômeno turístico estudado. Portanto, nessa sessão serão apresentados os conceitos básicos sobre o turismo e aspectos relativos a seus ambientes de análise, seus principais negócios e sua gestão. A segunda parte apresenta uma revisão do turismo no espaço rural e suas modalidades. Discutem-se, depois, o conceito de desenvolvimento local e a importância do planejamento do turismo para alcançar esse desenvolvimento. Em seguida, trabalha-se com a idéia de arranjo produtivos, incluindo o conceito de *cluster* turístico.

#### 3.1 CONCEITO DE TURISMO

No século XIX, o turismo era uma atividade aristocrática, e ele só se polarizou a partir da criação do turismo de massa. Essa popularização está ligada às transformações no mundo do trabalho, ao surgimento de férias remuneradas e à diminuição da jornada de trabalho, ao processo de urbanização e à melhoria dos meios de transporte. Foi devido a essas mudanças que o fenômeno do turismo vem sendo tema de pesquisa nos mais variados meios acadêmicos em todo o mundo, desde meados do século passado, graças aos altos índices de desenvolvimento e crescimento por ele alcançado (URRY, 1996).

De acordo com Beni (2007), a conceituação do turismo não pode ficar limitada a uma única e simples definição, visto que este fenômeno ocorre em distintos campos de estudo. Devido á complexidade dessa atividade, existe uma grande dificuldade na elaboração de seu conceito.

A primeira definição do termo turismo, elaborada em 1910 por Hermann, afirmava que ele compreendia todos os processos acarretados pela presença de turistas em determinado

município, país ou região. Porém, enfatizava os processos econômicos, que, segundo ele, eram representados pela chegada, permanência e saída do turista destas localidades (BENI, 2007).

Em 1992, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) definiu o turismo da seguinte maneira:

Atividade econômica representada pelo conjunto de transações, compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visitam. (EMBRATUR, 2006).

Entretanto, essa definição gera certa discussão pela predominância dos elementos econômicos em detrimento dos culturais e sociais; pois, antes de ser uma atividade econômica, o turismo é uma atividade social e humana que incita as pessoas ao conhecimento de si mesmas através do contato com o outro.

Menezes (2004) complementa a afirmação acima relatando que essa atividade chamada turismo faz uso da paisagem (natural e construída) como recurso e atrativo para impulsionar a movimentação de pessoas, como um fenômeno socioeconômico, político e cultural. Segundo a autora, os objetivos da viagem variam desde o descanso, a diversão, o trabalho, o aprendizado até o aperfeiçoamento profissional, entre outros. Todas essas movimentações implicam contato humano e cultural, trocas de experiências entre os viajantes e a população local.

Dentro dessa visão humanista e holística do turismo, Jafari (apud BENI, 2004) descreve o turismo como o estudo do ser humano longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora.

O conceito de turismo admitido do ponto de vista formal e que serve como ponto como referência para a elaboração das estatísticas internacionais é o estabelecido pela Organização Mundial do Turismo – OMT, em 1994, que define turismo como:

Conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios ou por outros motivos não relacionados ao exercício de alguma atividade remunerada no local visitado (OMT, 2008).

Já Beni (2007) conceitua o turismo como um fenômeno social que, ao originar uma série de atividades, como transporte, alojamento, recreação e outras, faz com que elas gerem outra série de efeitos sobre o meio ambiente em que se desenvolvem, efeitos que podem ser de caráter econômico, social, cultural e até ecológico.

Dentro desse contexto, pode-se observar que, apesar das diferentes definições da atividade turística, percebe-se a presença comum de três elementos: o espaço físico, o tempo e o indivíduo. Estes configuram, assim, os aspectos básicos que compõem a estrutura do turismo. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica, que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional e de expansão de negócios.

### 3.2 A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO TURISMO

Segundo Oliveira (2005, p. 33), “para definir com precisão a natureza dessa atividade é necessário distinguir entre fazer turismo e explorar o turismo, ou seja, o turismo como modo de vida ou como meio de vida”. O turismo atua como uma migração temporária acompanhada de transferência de renda. Envolve consumo efetuado fora do local de domicílio.

O turismo faz parte do setor de serviços, e este é o setor que mais tem crescido nas economias industrializadas. Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura se encontram. Essa atividade constitui um objetivo para o turista, como também para a região que deseja atraí-lo.

Assim, conforme Oliveira (2005), o turismo pode ser considerado como indústria por muitas razões:

Pela existência de uma organização dentro do setor que promove as viagens e beneficia os locais receptores, pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz. Aproveita os bens da natureza sem consumi-los, nem esgotá-los, emprega uma grande quantidade de mão-de-obra; exige investimento de enormes somas de dinheiro; gera rendas individuais e empresariais; proporciona o ingresso de divisas na balança de pagamentos; origina receitas para os cofres públicos; produz múltiplos efeitos na economia do país; valoriza imóveis e impulsiona a construção civil (OLIVEIRA, 2005, p. 46).

Em 2007 o fluxo internacional de turistas foi de 900 milhões de pessoas, com um crescimento de 6% em relação a 2006. Os principais países receptores de turistas internacionais foram França, Espanha, Estados Unidos, China e Itália. A Europa recebe 30,5% de todo o fluxo internacional, em seguida estão dois países das Américas, com 66,7 milhões de turistas, cerca de 8,7%, e dois países da Ásia, com 63,6 milhões de turistas, algo próximo dos 8,3%; o restante, 52,3%, está dividido entre os outros países (OMT, 2008).

Quanto ao Brasil, segundo a EMBRATUR (2006), em 2005 o País recebeu mais de 45 milhões de visitantes estrangeiros, demonstrando um crescimento da ordem de 12,5% em relação a 2004. Este número é superior ao crescimento do turismo internacional no mundo, que registrou um aumento de 5,5% no mesmo ano. Esse aumento pode ser explicado pelas ações de promoção do país no exterior; pela desvalorização do Real frente às outras moedas, tornando o produto brasileiro mais barato; e, ainda, pelo fato do Brasil estar localizado fora das zonas de conflitos e possuir atrativos turísticos naturais e culturais relevantes. A principal região emissora de turistas para o Brasil é a Europa, seguida pela América do Sul. Contudo, quando a vinda de turistas internacionais no Brasil é comparada com os números mundiais e referentes à América do Sul, o país deixa a desejar. A participação do Brasil na América do Sul é de 29,41%, e de 0,63% no mundo. Tais números reforçam a conclusão de que, dentro do contexto turístico mundial, o Brasil ainda possui pouca representatividade.

Quanto às receitas da atividade, em 2005, o Brasil obteve uma receita cambial turística de US\$ 3,86 bilhões, superior em 19,83% à do ano de 2004, que registrou US\$ 3,22 bilhões,

atingindo a marca de 34 meses consecutivos de crescimento desde março de 2003 (MTUR, 2006). Segundo IBGE (2008), no ano de 2005 atividades características do turismo geraram um total de R\$ 131 755 milhões de valor adicionado. Constituindo-se, predominantemente, como atividades prestadoras de serviços, sua participação no total do valor adicionado gerado pelo setor de serviços foi de 11,00%. Na comparação com a economia brasileira como um todo, o valor adicionado gerado por essas atividades representou 7,15% do total.

Ao se analisar seus segmentos, no tocante à geração de valor adicionado, pode-se observar que a atividade de transporte rodoviário apresentou a maior participação, 41,85%, dentre as atividades características de turismo com R\$ 55 138 milhões de valor adicionado. Seguem-se a ela os serviços de alimentação, responsáveis por 19,53%, registrando um valor adicionado de R\$ 25 729 milhões. As atividades auxiliares dos transportes responderam por 11,00%, com R\$ 14 494 milhões, e as atividades recreativas, culturais e desportivas por 10,03%, com um montante de R\$ 13 220 milhões.

O setor turístico também vem se destacando como importante setor de absorção de mão-de-obra. De acordo com o IBGE (2008), o mercado formal de trabalho em turismo no Brasil passou de 1.499.947 pessoas empregadas em 2001 para 1.913.936 em 2005, representando um aumento de aproximadamente 28% em quatro anos.

Com relação ao turismo doméstico, de acordo com o IBGE (2007), em média um em cada dois brasileiros realiza algum tipo de viagem. De cada 10 em média, pelo menos 4 realizam viagens domésticas, o que representa uma cifra aproximada de 75 milhões de brasileiros viajando pelo Brasil. São Paulo e Minas são os principais emissores e receptores de turistas internos: 27,3% e 10,5% respectivamente de entrantes.

Dentro desse cenário, Mato Grosso do Sul está se tornando um importante pólo turístico; o Estado recebeu, em 2005, 519.752 turistas, representando um aumento de 23,9% em relação ao ano anterior (419 mil turistas). Um turistas e um avanço de quase dez pontos

percentuais acima do incremento médio nacional no mesmo período, que foi de 12,5%. A movimentação financeira gerada em 2005 foi de R\$ 127 milhões, e a média de desembolso individual/dia foi de R\$ 90,00 (IBGE, 2008). Se comparada ao gasto *per capita*/dia no Brasil, a média de desembolso individual/dia no estado é baixa, já que em 2005 o gasto por dia dos turistas que visitaram o país motivados pelo lazer foi de US\$ 81,27 (MTUR, 2006).

Os principais estados emissores de turistas para o Mato Grosso do Sul são, em primeiro lugar, São Paulo (52,7%), seguido pelo próprio Mato Grosso do Sul (13,4%). O Paraná ocupa a terceira posição com um percentual de 12,5% (CARACTERIZAÇÃO E DIMENSIONAMENTO ....., 2006).

O estado de Mato Grosso do Sul possui 78 municípios, com população estimada de 2.264.468 habitantes em 2005 (IBGE, 2007). De acordo com a FCR (2006), a economia sul-mato-grossense é sustentada pelos setores primário e secundário, que, em 2003, representaram 58,7% do Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso do Sul. Em 2003, as atividades relacionadas ao turismo (alojamento e alimentação e transporte e armazenagem) representaram 4,44% do total do PIB, somando R\$ 777,53 milhões.

O setor que compreende os bens e serviços do turismo movimenta cifras da ordem de US\$ 3,6 trilhões, superiores, portanto, a 10% do produto bruto global, e gera algo em torno de 10% de todos os postos de trabalho existentes no mundo. São justamente estes números, referentes à geração de empregos e renda, que transformam o turismo em uma das atividades mais sedutoras quando da implantação de estratégias de desenvolvimento, sejam elas no âmbito local, regional ou nacional.

Entretanto, pode haver uma superestimação do turismo, devido à definição extremamente abrangente adotada pela Organização das Nações Unidas, que classifica praticamente qualquer tipo de deslocamento como turismo. Outro fator a ser considerado é o fato do impacto do turismo sobre o PIB ser estimado a partir da avaliação das despesas de

consumo dos turistas, o que inclui gastos que seriam efetuados independentemente do deslocamento. Todo o faturamento de hotéis, restaurantes e similares está incluído, dessa forma, no setor turístico.

### 3.3 TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Conforme Mariani (2001), novas formas de turismo não convencionais vêm aparecendo em todo o mundo. O turismo litorâneo já não é o único atrativo para a sociedade urbano-industrial. De acordo com o mesmo autor, o movimento ambientalista e o intenso processo de urbanização valorizam locais com aparência natural. Os recursos naturais passam a ser comercializados e consumidos.

Ocorreram mudanças na estrutura da economia, acompanhadas por mudanças culturais, caracterizadas pelo movimento moderno e pós-moderno, além de um crescente movimento ambientalista. Tais mudanças contribuíram para explicar o surgimento de novas formas de gestão que resultassem em um turismo denominado responsável. Por esse novo modelo, a idéia defendida é a de harmonizar a satisfação da necessidade de conservação e preservação de aspectos ambientais e culturais com as necessidades econômicas (SHEYVENS, 2002, apud MENDONÇA, 2006).

O mercado turístico, por influência de uma demanda diversificada, constitui-se de várias modalidades de turismo, que, segundo Pires (2002), podem ser: turismo de sol e praia, turismo natural, turismo rural, turismo de aventura, turismo esportivo e de saúde, e turismo de negócios.

Muitas dessas novas formas de turismo se incluem no que muitos autores chamam de turismo no espaço rural (TER). A expressão “turismo em áreas rurais ou no meio rural” tem significado amplo e envolve qualquer atividade de lazer e turismo que seja realizada em áreas

rurais, incluindo outras atividades não relacionadas com propriedades agropecuárias produtivas ou com a produção agropecuária (CAMPANHOLA; SILVA, 2002).

O TER apresenta características particulares quando comparado com as outras modalidades convencionais de turismo. Seu objetivo principal é oferecer aos turistas a oportunidade de desfrutar, por meio da participação, das práticas, dos valores, das tradições culturais, da gastronomia e do acolhimento personalizado nas hospedagens das sociedades rurais. Avaliado pela perspectiva do desenvolvimento rural, Mendonça (2006) destaca que o TER é uma das atividades que pode assegurar não apenas a revitalização econômica do meio rural, como também os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região.

Essa forma de turismo não é considerada apenas um fator de diversificação das atividades agrícolas. Ela também é vista como um fator de pluriatividade, por meio da dinamização de um conjunto de outras atividades econômicas que com ela interagem. Dentre essas atividades, podem-se citar o artesanato, a produção e a venda de produtos tradicionais, entre os quais se destacam os produtos agrícolas e gêneros alimentícios certificados, os serviços de transporte, de animação, de guias, entre outros.

Turismo no espaço rural, portanto, é entendido como um produto completo e diversificado que integra os componentes de acomodações, alimentação, recreação e lazer, com base no acolhimento hospitaleiro e personalizado e nas tradições mais genuínas da gastronomia, do artesanato, da cultura popular, da arquitetura, do folclore e da história. Atualmente, no Brasil, existem uma oferta variada e um livre uso de denominações das diversas formas de turismo no espaço rural.

Tulik (1997) sugere o uso da terminologia “turismo no espaço rural” porque inclui tanto visitas às propriedades rurais como também o interesse pela visita à natureza com objetivos diferenciados. Ainda segundo o autor, existem alguns aspectos que são considerados necessários para o TER, sendo eles: proximidade da natureza, ausência de multidões, sossego,

ambiente não mecanizado, contato pessoal, senso de estabilidade e continuidade da história, preservação da identidade e controle local envolvendo os agentes e a comunidade rural.

Zimmermann (1996) conceitua diversas modalidades de turismo no espaço rural, sendo elas:

- a) Turismo Rural: segmento do turismo, desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado com a convivência e alojamento na sede da propriedade ou em edificações próprias (pousadas) nas quais os turistas participam das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas neste espaço, como lazer, oferta de produtos turísticos naturais de origem local ou regional, assim como a gastronomia típica e o conhecimento da cultura local.
- b) Agroturismo: denominação dada ao deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e observação, vivência e participação em atividades agropastoris. Destacam-se, aqui, dois grandes aspectos que distinguem esse segmento do turismo rural: o primeiro é a produção agropastorial em escala econômica, que representa a maior fonte de rendimento da propriedade, e o turismo como receita complementar, e o segundo é que as próprias atividades agropastoris constituem em si mesmas o principal diferencial turístico. Nesse caso, os turistas, para viverem uma autêntica experiência de vida do campo, poderão participar ou não da rotina diária dos afazeres domésticos ou produtivos da propriedade.
- c) Turismo Ecológico: denominação dada ao deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno. Nesse sentido, pode ser também chamado de turismo de natureza ou turismo verde. Incluem-se, aqui, também aquelas pessoas que buscam uma

observação participante e interativa com o meio natural, na prática de longas caminhadas, escaladas, desbravamentos e aberturas de trilhas, *rafting* e de outros esportes radicais para os quais a natureza é apenas o pano de fundo para o desafio de superar limites físicos de tolerância, como *canyoning*, *off road*, *rapel*. Segundo alguns autores, nesse sentido, ele também pode ser confundido com o chamado turismo de aventura e se inserir ainda no turismo desportivo.

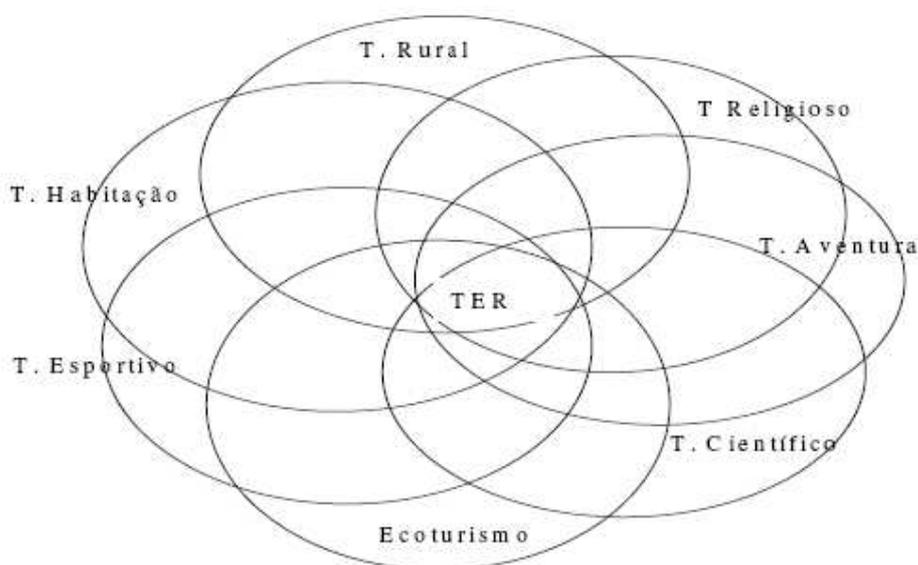
- d) Turismo de Aventura: modalidade de turismo que utiliza o entorno rural ou meio natural como recurso para produzir nos participantes sensações de descobrimento e emoção, necessitando-se para esses objetivos espaços poucos explorados. Já no Turismo Esportivo a essência é a prática de qualquer atividade esportiva. Utilizam-se também espaços rurais ou naturais: vela, *windsurf*, tiros com arco, canoagem, *raft*, balonismo, esqui, hipismo, etc.
- e) Turismo Cultural: Atividade turística embasada na utilização dos recursos culturais de um território em área rural, recursos artísticos, históricos, costumes, etc., orientando-se sempre para a preservação do mesmo.
- f) Ecoturismo: trata-se de uma modalidade de turismo em áreas rurais e/ou naturais, em que a paisagem é o principal componente, como ponto de encontro entre fatores ambientais e os antrópicos (resultado da atividade humana), e cujo objetivo é a integração dos visitantes no meio humano natural. A população local geralmente participa recepcionando os turistas. Prioriza-se a preservação do espaço rural onde se desenvolve a atividade turística, razão pela qual qualquer intervenção deve considerar, antes de tudo, a conservação do meio ambiente natural.

Já para Beni (2007), “ecoturismo” é a denominação dada ao deslocamento de pessoas para espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. Conforme o autor, para esse tipo de turismo receber essa

denominação, é necessário que haja uma utilização controlada de uma área com planejamento do uso sustentável de seus recursos naturais e culturais. As atividades previstas no turismo ecológico podem, em geral, ser realizadas, desde que rigorosamente observadas as restrições de uso desses espaços.

A particularidade do “ecoturismo” em relação às outras modalidades de “turismo no meio rural” é que, neste caso, o espaço geográfico e a qualidade dos recursos naturais constituem o bem turístico disponibilizado aos visitantes. Assim sendo, bens naturais (cachoeiras, cordilheiras, vales, piscinas naturais, etc.) e não-materiais (clima, paisagem, liberdade, etc.) deixam de ser intangíveis para se tornarem uma atividade econômica em que esses recursos adquirem valor de uso (CAMPANHOLA; SILVA, 2002).

Todas essas modalidades de turismo estão interligadas, como mostra a Figura 3, pois existe uma complementação mútua entre elas.



**Figura 2: Inter-relação das atividades de Turismo no Espaço Rural**

Fonte: MENDONÇA, M. C. A. de. **Gestão integrada do turismo no espaço Rural**. 2006. 290 f. Tese. (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

Pode-se verificar que uma forma de turismo influencia e complementa a outra, visto que uma localidade pode se destacar em uma modalidade, mas as outras também fazem parte dos seus atrativos.

O estado de Mato Grosso do Sul, especificamente a região da serra da Bodoquena e do Pantanal, é privilegiado por recursos naturais, e as modalidades de turismo existentes recebem os nomes de ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura, turismo cultural e esportivo.

### 3.4 O TURISMO E SUA FORMA SISTÊMICA

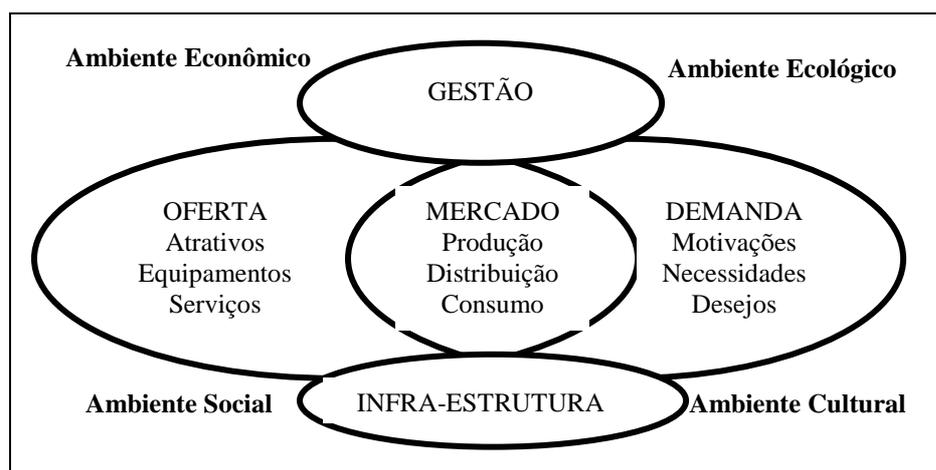
As mudanças verificadas nas últimas décadas implicaram alterações no comportamento produtivo e competitivo das organizações. Neste contexto, as empresas estão aprimorando a sua capacidade competitiva através da implementação de novas estratégias, assim como novas técnicas de gerenciamento e negociação. A vantagem competitiva da empresa resulta da estratégia adotada por ela, mas sob influência de fatores ambientais propulsores.

Para Batalha e Silva (2001, p. 26), “a competitividade sustentada de uma empresa somente pode ser construída no âmbito de um sistema igualmente competitivo no seu conjunto”. Para tanto, as empresas devem adaptar sua estrutura organizacional e funcional a esta nova realidade. Esta interdependência estabelece que a dinâmica de cada segmento produtivo influencia e é influenciada pelos padrões de mudanças tecnológicas dos outros segmentos, através da difusão de inovação, mudanças em preços relativos e de demanda derivada (DOSI, 1984, apud FARINA; ZYLBERSZTAJN, 1992).

O setor de turismo deve ser analisado na visão sistêmica e gerenciado mediante uma gestão baseada em análises dos ambientes interno e externo e da interação de ambos. Atualmente, o turismo tem sido tratado como uma indústria, a soma de operações de natureza econômica, um fenômeno social e econômico, entre outras coisas. Por ser um fenômeno

complexo, vários setores interagem para que o turismo possa ser explorado: operadoras, agências de viagens, hotéis, guias, infra-estrutura local, etc., fomentando a geração de empregos e a economia local; conseqüentemente, necessita de ordenamento.

A visão sistêmica do turismo tem no Sistema de Turismo – Sistur, elaborado por Beni, o principal modelo organizacional da área, o qual tenciona situar o turismo em toda a sua abrangência e complexidade. Dentro desse sistema, os elementos são organizados e caracterizados em três diferentes conjuntos: das Relações Ambientais, da Organização Estrutural e das Relações Operacionais. O Sistur é formado pelos ambientes: Econômico, Social, Ecológico e Cultural (BENI, 2007). O esquema proposto por Beni pode ser observado na Figura 3.



**Figura 3: Sistema de Turismo - SISTUR**

Fonte: Beni (2007).

No ambiente econômico estão inseridos o homem e sua capacidade de trabalho, a organização dos processos produtivos, a distribuição e o intercâmbio dos meios materiais de vida na sociedade. O turismo é uma atividade produtiva, geradora de renda, que se acha submetida a todas as leis econômicas que atuam nos demais ramos e setores industriais ou de produção. Por outro lado, provoca indiretamente acentuadas repercussões econômicas em outras atividades produtivas através do efeito multiplicador.

Existem alguns aspectos econômicos que são inerentes ao setor turístico e podem contribuir para seu desenvolvimento, tais como a rentabilidade dos investimentos como fator estimulador da capacidade empreendedora, a especificidade da mão-de-obra demandada como propulsora de elevação do nível social do emprego e a disponibilidade de recursos no âmbito do sistema financeiro para financiar a prestação de serviços públicos bem como novos equipamentos receptivos.

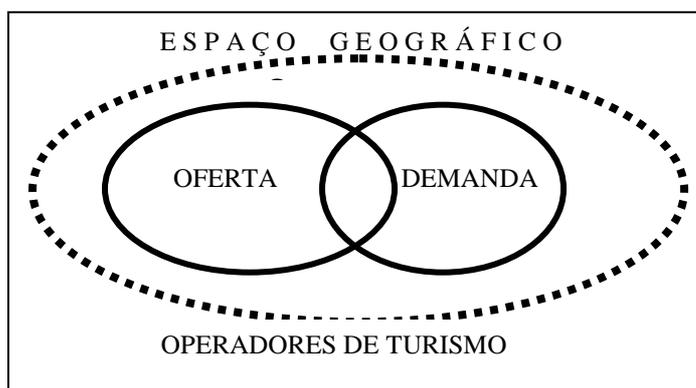
O ambiente social refere-se aos impactos gerados pelo turismo através da mobilidade social que acarreta impactos às comunidades receptoras. As atividades materiais do homem produzem impactos no meio ambiente. O crescimento em certos indicadores que medem o grau de desenvolvimento humano revela os impactos sociais produzidos, que podem ser negativos ou benéficos. O papel do governo local é enfatizado nesse ambiente, e a busca de alternativas para a gestão pública, a ação intersetorial e a participação social são fundamentais para aquele processo que guarda íntima relação com o turismo e suas diferentes modalidades.

A cultura pode ser entendida como o conjunto de crenças, valores e técnicas para lidar com o meio ambiente, compartilhado entre os contemporâneos e transmitido de geração a geração. Logo, o ambiente cultural representa aquela parte da superfície terrestre que teve sua fisionomia original mudada pela ação do homem. A interpretação de patrimônio natural e cultural trabalha de forma integrada a biodiversidade, a cultura e a história por meio da visão da comunidade local. Os recursos turísticos culturais são, pois, os produtos diretos das manifestações culturais. Por sua extrema importância, esse conceito deve estar sempre na base de todo desenvolvimento interior.

O ambiente ecológico tem como principal elemento a contemplação e o contato com a natureza. Nele são analisados os fatores: espaço turístico natural e urbano e seu planejamento territorial; atrativos turísticos e conseqüências do turismo sobre o meio ambiente; preservação da flora, fauna e paisagens, compreendendo todas as funções, variáveis e regras de

subsistência de cada um desses fatores. Portanto, é imprescindível incorporar a perspectiva ecológica em todas as etapas do processo de planejamento turístico em determinado local.

De acordo com Beni (2007), os elementos básicos para o desenvolvimento da atividade turística são o espaço geográfico, a demanda, a oferta e as operadoras de mercado (Figura 5). Esses elementos formam um conjunto complexo de diferentes fatores inter-relacionados, característicos de um sistema, que evolui de forma dinâmica.



**Figura 4: Elementos básicos do turismo**

**Fonte:** Beni (2007)

- a) **Espaço geográfico** é o local onde ocorrem as experiências turísticas em um determinado momento. Esse espaço pode ser chamado espaço turístico (zona, área, complexo, centro ou núcleo turístico), município turístico ou destino turístico. A denominação mais usada é destino turístico, que faz referência a um lugar de chegada, de acolhida, de recepção aos visitantes e introduz o elemento dinâmico no conceito.
- b) **A demanda turística** é constituída por todos aqueles turistas que, de maneira individual ou coletiva, deslocam-se além de seu domicílio habitual, motivados pelos produtos ou serviços turísticos criados para satisfazer suas necessidades de lazer, recreio, descanso, diversão, cultura, etc., em seus períodos de lazer (BALANZÁ; NADAL, 2003).

Em função da origem dos turistas e seus destinos, o turismo pode ser classificado como: turismo doméstico (turistas que visitam seu próprio país); turismo receptivo (não-residentes, provenientes de um determinado país); e turismo emissor (turistas de um país

que visitam outro país). Estas três classificações podem combinar entre si: turismo interior (doméstico e receptivo); turismo nacional (doméstico e emissor); e turismo internacional (emissor e receptivo).

Os principais fatores que influenciam a demanda turística, de acordo com Lage e Milone (2001), são:

1. Preço dos produtos turísticos: quanto mais alto o preço dos produtos turísticos, menor será a quantidade demandada e vice-versa;
2. Preço de outros bens e serviços: se o preço for relativamente menor do que os preços dos outros bens e serviços concorrentes, o consumidor racional demandará mais do produto turístico;
3. Nível de renda dos turistas;
4. Gostos dos turistas.

Lemos (2001) complementa relatando que os principais fatores que delimitam a demanda pelo produto turístico são: preferências, informações, renda disponível, tempo disponível, gastos turísticos, taxa de câmbio, distância e tempo de viagem, preços e alternativas de gastos, disponibilidade de bens e produtos turísticos, qualidade de bens e produtos turísticos e publicidade. Outro aspecto importante a ser analisado, conforme o autor, é a elasticidade da demanda, uma vez que é sensível a reações nos preços e na renda.

c) **A oferta turística** é entendida como o “conjunto de recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria-prima da atividade turística porque, na realidade, são esses recursos que provocam a afluência de turistas” (LAGE; MILONE, 2001, p. 72). A esse conjunto agregam-se os serviços, os quais compõem os elementos que integram a oferta no seu sentido amplo, numa estrutura de mercado.

Dentro desse enfoque, Beni (2007) classifica a oferta turística em: oferta turística original, composta pelo atrativo em si, isto é, a matéria-prima do turismo; e a oferta turística

agregada, composta pelos transportes, pelas diversas formas de alojamento, lazer e recreação, pelos organizadores de viagens, pelas agências de viagens, pelos prestadores de serviços alimentícios e pelos prestadores de serviço de informação turística.

Para Lemos (2001), a oferta turística é influenciada pelos seguintes fatores: preço do produto turístico, preço de outros bens e serviços, preço dos fatores de produção, nível de avanço tecnológico, infra-estrutura disponível, impostos e subsídios.

A divisão das atividades econômicas em três setores supõe uma distinção clara e não ambígua entre produto (agrícola e industrial) e serviço. No entanto, a interação entre ambos é muito mais complexa e de larga escala, principalmente quando se aborda a atividade turística.

Kotler e Armstrong (2007, p. 200) definem produto como:

[...] algo que pode ser oferecido a um mercado para apreciação, aquisição, uso ou consumo e que pode satisfazer um desejo ou necessidade. Produtos incluem mais do que apenas bens tangíveis. Definidos amplamente, incluem objetos físicos, serviços, pessoas, locais, organizações, idéias ou um misto de todas essas entidades.

Os autores classificam ainda os produtos segundo a sua durabilidade ou tangibilidade, podendo ser rotulados como bens duráveis e bens não-duráveis, além de serviços. Os serviços são um tipo de produto que consiste em atividades, benefícios ou satisfações oferecidas para venda que são essencialmente intangíveis e não resultam na posse de nada. A atividade turística é um produto composto por bens e serviços tangíveis e intangíveis.

Para Beni (2007), o produto turístico é resultado do processo produtivo da atividade turística, que consiste na exploração dos recursos turísticos, isto é, atrativos naturais e culturais de um determinado país, fazendo uso de tecnologia, trabalho e capital. É o resultado da soma de recursos naturais e culturais e serviços produzidos por uma pluralidade de empresas, algumas das quais operam a transformação da matéria-prima em produto acabado, enquanto outras oferecem seus bens e serviços já existentes. De acordo com o autor, no caso do turismo, há uma característica ainda mais marcante: o produto turístico é produzido e consumido no mesmo local, e o consumidor é que se desloca para a área de consumo.

De acordo com Lage e Milone (2001), um produto turístico surge da seguinte equação:

$$\text{ATRATIVO TURÍSTICO} = \text{RECURSO NATURAL} + \text{INFRA-ESTRUTURA} + \text{SERVIÇOS}$$

1. Atrativos turísticos: Entendem-se como atrativos turísticos todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los. Entre os principais atrativos turísticos destacam-se: recursos naturais, recursos históricos-culturais, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados.
2. Equipamentos e serviços turísticos: Conjunto de edificações e instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística. São constituídos pelos meios de hospedagem, alimentação, entretenimento, agenciamento, informações e outros serviços que visam atender as necessidades dos turistas.
3. Infra-estrutura de apoio turístico: Formada pelo conjunto de edificações, instalações de estrutura física e de base que proporciona o desenvolvimento da atividade turística, tais como: comunicação, transporte, serviços urbanos (água, luz, saneamento, etc.).

O produto turístico apresenta características distintas dos demais produtos industriais e comerciais, além de se diferenciar da prestação de outros tipos de serviço. Na produção, distribuição e consumo do produto turístico surgem várias empresas diferentes umas das outras. Disso resulta a grande dificuldade de padronização da qualidade do produto turístico, pois envolve uma combinação entre diversos serviços e equipamentos, originando uma infinidade de produtos turísticos. Como a prestação de um bom serviço turístico está interligada aos demais, cria-se uma relação de interdependência de vários fornecedores.

- d) **Operadoras de mercado:** São empresas e organizações cuja função principal se relaciona com a oferta e a demanda turística: agências de viagens, companhias de transporte e instituições públicas ou privadas que organizem e promovam o turismo. As informações de mercado de interesse das operadoras são obtidas em um conselho

de turismo. Este conselho busca informações sobre produtos complementares e concorrentes e as apresenta em pacotes para as operadoras, agências de viagem e ao público nos países cujo mercado se quer atingir. Esses conselhos também criam e implementam campanhas publicitárias, projetam, publicam, distribuem materiais promocionais, disponibilizam folhetos informativos para visitantes, além de organizarem cursos de treinamento para equipes e fazer registros dos guias turísticos, no intuito de garantir a qualidade dos serviços.

### 3.5 A ATIVIDADE TURÍSTICA COMO PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A concepção de desenvolvimento contempla a geração de riquezas, com o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração a qualidade ambiental do planeta.

Almeida (2002) salienta que o conceito de desenvolvimento pode ser apresentado em cinco tipos principais, sendo eles: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como modernização, desenvolvimento como distribuição justa, desenvolvimento como transformação socioeconômica e desenvolvimento como organização espacial.

O desenvolvimento como crescimento econômico prioriza o aumento da produção, desconsiderando o recurso humano. O desenvolvimento como modernização prioriza o comportamento orientado para a prosperidade e valores individuais. O desenvolvimento como distribuição justa enfatiza o crescimento, a mudança e a igualdade social, com redução do nível de pobreza. O desenvolvimento como transformação socioeconômica enfatiza que mudanças básicas no modo de produção podem refletir ou gerar grandes mudanças na

sociedade. Por fim, o desenvolvimento como organização espacial prioriza a reorganização social como um modo de desenvolvimento.

A concepção estratégica de desenvolvimento local emergiu com o objetivo de reativar o desenvolvimento econômico, independentemente das iniciativas do governo central em territórios. Nesse sentido, Benko (1996, apud ALMEIDA, 2002) afirma que, para acontecer o desenvolvimento local, há a necessidade de ocorrer a descentralização dos níveis de decisão política, econômica e financeira. A idéia defendida é a de que o desenvolvimento acontece quando a sociedade toma consciência dos problemas, expressa suas preocupações e aspirações e se empenha em resolvê-los. A base para o processo de construção do ambiente competitivo e cooperativo é a ação local. No local, os agentes influenciam e sofrem influências, e o resultado desse movimento é a renovação do papel do território e a vantagem competitiva.

Conforme Campeão (2004), o território passa a ser visto como o ponto de encontro entre os atores do desenvolvimento, o lugar onde se organizam as formas de cooperação entre empresas e onde se decide a divisão social do trabalho; ele é, enfim, o ponto de encontro entre as formas de mercado e as formas de regulação social.

Portanto, o desenvolvimento local visa não somente o aumento de indicadores econômicos, mas sim um processo dinamizador que utiliza a comunidade como principal instrumento na busca pela melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, Carpio (apud MARQUES, 2001) comenta o seguinte:

O desenvolvimento local é o processo dinamizador da sociedade local, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos existentes em uma determinada zona, capaz de estimular e diversificar seu crescimento econômico, criar emprego, sendo resultado de um compromisso pelo qual se entende o espaço como lugar de solidariedade ativa, o que implica mudanças de atitudes e comportamentos de grupos e indivíduos (CARPIO apud MARQUES, 2001, p. 51).

O progresso, ou crescimento econômico, nem sempre promove melhorias no bem-estar social, podendo até mesmo gerar resultados indesejáveis para a sociedade, como a deterioração da natureza e a diminuição da segurança pública. O desenvolvimento local deve

buscar harmonizar os diversos fatores presentes num território, como os aspectos econômicos, sociais e ambientais (CAMPEÃO, 2004).

A partir da preocupação com a preservação do meio ambiente, criou-se o conceito de desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável é aquele que permite satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

O conceito de desenvolvimento local, para ser sustentável, deve contemplar seis aspectos prioritários, segundo Mendes (1997): a satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc.); a solidariedade para com as gerações; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc.); a elaboração de um sistema social, garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e, por fim, a efetivação dos programas educativos.

Para Menezes (2004), a atividade turística está diretamente ligada ao desenvolvimento local no que concerne à utilização das potencialidades e da mão-de-obra da comunidade, na relação desta com o ambiente, integrando-a e recuperando a iniciativa e a autonomia na busca pelo bem comum, com perspectivas de resgatar e valorizar o saber do local, respeitando os hábitos e as formas de organização da comunidade, fazendo com esta se sinta como fator indispensável para a concretização do plano de desenvolvimento. De acordo com a autora, o turismo, quando bem planejado, pode trazer consigo grandes benefícios para o espaço, como geração de emprego, aumento da renda do local e comunidade, promoção do local, incentivos para uma melhor infra-estrutura, diversificação da economia, entre outros.

Cunha (1997) sustenta que a participação do turismo no desenvolvimento local e regional pode acontecer em três ambientes distintos:

a) O desenvolvimento pode ser integrado quando o turismo surge como um promotor dominante do processo de desenvolvimento. Neste caso, as demais atividades a serem

desenvolvidas devem ser compatíveis com a do turismo, não podendo afetar seu crescimento. O turismo é eleito como setor estratégico do desenvolvimento, e todas as atividades que o afetam negativamente terão de se subordinar às suas exigências de crescimento equilibrado;

b) O desenvolvimento pode ser catalítico quando as atividades turísticas surgem como estimuladoras do desenvolvimento, assumindo um papel complementar, e, neste caso, as atividades turísticas têm de ser compatíveis com todas as outras. A eleição do turismo como fator de desenvolvimento econômico regional resulta da sua compatibilização com o restante das atividades econômicas, algumas das quais lhe são preexistentes;

c) O desenvolvimento pode ser útil quando as atividades turísticas são úteis ao desenvolvimento regional e constituem um meio de diversificação da atividade econômica, mas não a influenciam. As atividades turísticas surgem sem necessidade de esforços de compatibilização em nível de desenvolvimento da região.

De acordo com Mendonça (2006), as variáveis de desenvolvimento, no caso do turismo, estão situadas nas dimensões ecológica, social, econômica e cultural. A dimensão ecológica, também denominada de “capital natural”, pode ser dividida em três sub-dimensões, focando a ciência da ecologia, a qualidade do ar e da água (poluição) e a conservação e a gestão de recursos renováveis e não renováveis. A dimensão social, também denominada “capital humano”, consiste do aspecto social relacionado a qualidades humanas, como habilidade, dedicação e experiências, tanto internamente às organizações como externamente, em relação à comunidade. A dimensão social pode variar de uma organização para a outra, mas horas de trabalho, remuneração, segurança, ambiente saudável, proibição de trabalho infantil e de trabalho forçado são comuns a todas. A dimensão econômica, ou a dimensão do lucro, inclui não só a economia formal, mas também as atividades informais. O lucro é gerado pela produção de produtos e serviços que satisfazem às necessidades humanas por meio da geração de fontes de renda para os empresários, os empregados e os provedores de capital. O

retorno financeiro desses esforços se reflete na satisfação dos consumidores e na eficiência no uso dos fatores de produção. A dimensão cultural inclui padrões, normas, regras e modelos, os quais são manifestados mediante relações sociais. Os elementos culturais são: artesanato, linguagem, tradições, gastronomia, arte e música, história, tipo de trabalho e tecnologia usada, arquitetura, religião e suas respectivas manifestações, sistema educacional, atividades de lazer e tipo de vestimenta usada.

Cunha (1997) destaca as razões que levam o turismo a ser considerado um motor de desenvolvimento local e regional:

a) O desenvolvimento do turismo é função das especificidades de cada região e só se torna viável quando existem valores locais que garantam uma vocação turística. Deste modo, o turismo é a atividade que melhor pode endogeneizar os recursos locais, sejam eles naturais, humanos, históricos ou culturais. É a atividade econômica que melhor se pode inserir num processo de desenvolvimento regional que resulta do aproveitamento do patrimônio e dos valores locais;

b) O turismo opera uma transferência de rendimentos das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas e ocasiona uma exportação de bens e serviços no interior da região que, de outro modo, não se verificaria;

c) O turismo em nível regional obriga e justifica o lançamento de infra-estruturas e de equipamento social que, de outro modo, seriam difíceis de ser implantados e que servem não só à população local, mas também permitem a instalação de outras atividades que se acrescentam à produção local. A construção de vias de comunicação, as redes de saneamento básico, o abastecimento de água e eletricidade, a instalação de estabelecimentos e serviços públicos só se justificam, em muitas regiões, a partir de certa dimensão, em função do seu desenvolvimento turístico, tornando-se a população local beneficiária desses equipamentos.

d) O turismo contribui para a dinamização e modernização da produção local. No domínio agropecuário, proporciona condições para o desenvolvimento de formas de cultura mais vantajosas do ponto de vista econômico, não só por criar um novo mercado, mas também pelo fato de o consumo turístico exigir melhor qualidade dos produtos.

Neste sentido, de acordo com o autor, o turismo desempenha o papel de atenuar os desequilíbrios regionais, o que permite alcançar uma distribuição mais equitativa do nível de vida entre as regiões desenvolvidas e as regiões menos desenvolvidas.

A importância da atividade turística para o desenvolvimento regional também é destacada por Nogueira (2000):

O incremento do turismo é considerado de grande importância para o crescimento econômico regional por desdobrar-se em iniciativas e realizações muito diversificadas, projetando-se direta ou indiretamente sobre os vários setores da economia: O setor primário é favorecido, uma vez que amplia o mercado consumidor de produtos agropecuários, bem como aqueles oriundos da agroindústria, pois os turistas, de modo geral, possuem um maior poder de compra, colaboram para a abertura de novos mercados e para produções mais especializadas dos produtos locais, como frutas, laticínios, entre outros. No setor secundário – industrial, ocorre um aumento da produção, em decorrência da ampliação do mercado de consumidores potenciais. Desenvolve-se, principalmente, a construção civil, a indústria de alimentos, a de equipamentos elétricos, a de equipamentos sanitários e de cozinha, a têxtil, entre outras. Já no setor terciário incidem os maiores benefícios do incremento turístico, dada a diversidade dos serviços suscitados (NOGUEIRA, 2000, p. 77).

Entretanto, os impactos gerados pelo turismo em geral podem ser negativos ou positivos. Portanto, é preciso rever os conceitos de planejamento e trabalhar de maneira integrada e sistemática de forma a se adequar à complexidade dos ambientes destinados ao desenvolvimento turístico, tanto do mercado produtor como também dos consumidores.

### **3.5.1 Planejamento turístico para o desenvolvimento local sustentável**

Para Sachs (2003, apud PELLIN, 2004), o planejamento para o desenvolvimento com enfoque territorial tem ganhado importância. No Brasil, experiências inovadoras vêm surgindo, com destaque para as discussões acerca da implantação de um Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), que define estratégias locais de desenvolvimento

através do envolvimento das comunidades, no âmbito de instâncias coletivas de participação, tais como conselhos e fóruns de desenvolvimento (municipais, regionais e estaduais).

Para promover o desenvolvimento local, segundo Pellin (2004), torna-se essencial a prática de duas ações políticas. A primeira consiste na participação de todas as esferas da sociedade – Estado, mercado e sociedade civil – através de arranjos institucionais, considerados ações coletivas que produzem o bem-estar social. A segunda consiste em assegurar investimentos locais, provenientes de boa parcela da riqueza gerada pela própria localidade, a fim de garantir o desenvolvimento local sustentado que, então, deverá ser regulado no próprio município. Em virtude disto, o planejamento da atividade turística se caracteriza como o primeiro passo para uma organização eficaz da atividade.

Na opinião de Ruschmann (1997):

O planejamento da atividade turística constitui-se em uma tarefa bastante complexa, pois envolve aspectos relativos à ocupação territorial, à economia, à sociologia e à cultura dos núcleos receptores. [...] o planejamento dos espaços com potencial turístico é sobretudo tarefa do Estado, que para desenvolvê-los vê-se diante de dois objetivos conflitantes: o primeiro, que é o de prover a oportunidade e o acesso a estes locais pelo maior número de pessoas possível, contrapondo-se ao segundo, relacionado com aquele de proteger e evitar a descaracterização dos locais privilegiados pela natureza e a cultura original da população receptora (RUSCHMANN, 1997, p. 64).

Percebe-se que o maior problema da ausência de planejamento em localidades turísticas reside no seu crescimento descontrolado, descaracterizando a originalidade das destinações que motiva o fluxo dos turistas, e no empreendimento de ações isoladas, esporádicas e desvinculadas de uma visão ampla do fenômeno turístico. Isto acontece, em grande parte, porque o planejamento e a gestão turística vigentes privilegiam quem se desloca – o turista – e não quem o recebe – as comunidades autóctones.

Mendonça (2006) chama a relação entre os agentes envolvidos no planejamento da atividade turística nesses ambientes de “gestão integrada”. Na gestão integrada, aspectos como o perfil da gestão e dos agentes envolvidos são considerados fundamentais para o alcance do desenvolvimento local e sustentável. Nesse caso, a coordenação das atividades

entre os agentes é um meio importante no processo de gestão. Essa coordenação diz respeito à organização, ao controle e à orientação das ações e comunicações entre os participantes da organização, tendo por fim a consecução de um determinado objetivo.

Deve-se levar em conta que o fomento de atividades sem ordenamento dos recursos ambientais e turísticos para a satisfação humana acarreta o desequilíbrio do ecossistema, podendo exauri-lo em um curto período, dificultando ou até mesmo inviabilizando a exploração do meio ambiente. O turismo, se não for controlado, pode levar a uma rápida degradação dos frágeis ecossistemas locais (SABINO, 2001, apud MENEZES, 2004).

Além disso, um planejamento bem desenvolvido é importante, também, para o desenvolvimento econômico local; para isso é necessário o comprometimento de todos os agentes envolvidos na cadeia da atividade turística em âmbito municipal, estadual e federal, pois é fundamental para o desenvolvimento que haja ação e participação dos poderes públicos territoriais fortalecendo a economia regional. Entende-se, então, que todos os segmentos devem estar envolvidos no processo do planejamento do desenvolvimento local, pois cada um deles tem a sua importância e responsabilidade na gestão das ações a serem promovidas.

### **3.5.2 O turismo como vetor de desenvolvimento no espaço rural**

A atividade turística vem se destacando como uma das principais estratégias de desenvolvimento de espaços locais. Este tipo de atividade pode proporcionar uma possibilidade de desenvolvimento local e regional, sobretudo para pequenos municípios que estão, de certa forma, excluídos dos circuitos produtivos dos pólos industriais. Trata-se de municípios que, em sua maioria, têm a agricultura de pequena escala como principal fonte econômica.

O cenário agrícola em pequenos municípios parece emergir para uma busca gradual da multifuncionalidade do espaço rural, com a inserção de atividades não agrícolas. Estas

atividades podem contribuir para agregar renda e emprego para a comunidade autóctone, proporcionando um desenvolvimento endógeno, alicerçado nos princípios de um desenvolvimento sustentável, em que a preocupação com a preservação ambiental é crucial. O desenvolvimento de atividades turísticas nestes espaços constitui um fator importante para tentar dinamizar a economia de pequenas propriedades rurais, colaborando com a empregabilidade da população local (sobretudo dos próprios familiares) e contribuindo para o aumento no nível de renda das famílias, propiciando uma melhoria em sua qualidade de vida.

Atualmente, em muitos municípios brasileiros, é possível constatar ações de fomento ao turismo rural. Para Zimmermann (1996), o processo de turismo rural que se desenvolve hoje no país é fruto da necessidade que o produtor rural tem de buscar novas fontes de renda para a sua sobrevivência.

Esta tentativa de melhorar as condições de vida de pequenos produtores rurais, através do desenvolvimento de atividades turísticas em seus espaços agrários, também é defendida por Fucks (2001):

As atividades turísticas no meio rural devem ser entendidas enquanto nova alternativa econômica para viabilizar o desenvolvimento local, uma vez que proporcionam estímulos ao crescimento de inúmeras e pequenas atividades geradoras de renda, que passam a despertar interesse, sendo, pois, disponibilizadas para o consumo e usufruto dos visitantes e dos turistas. Essas atividades assumem importante papel no contexto social na medida em que oferecem novas oportunidades para o incremento da renda familiar e para a geração de empregos na comunidade, o que proporciona condições para melhoria na qualidade de vida das famílias envolvidas (FUCKS, 2001, p. 57).

Portanto, a importância do turismo no desenvolvimento local e regional se reflete no planejamento econômico estratégico do setor, que deve contemplar uma distribuição espacial mais eficiente e justa dos recursos e atividades econômicas. Neste sentido, está também intimamente associada à questão da distribuição de renda provocada pela atividade turística.

Sendo assim, revitalizar espaços locais através da atividade turística pode se constituir em uma forma de promover um desenvolvimento local e, conseqüentemente, proporcionar uma melhoria na qualidade de vida da população envolvida.

Se bem planejado, o turismo pode ser uma estratégia de suplementação ou complementação dentro da propriedade rural, permitindo a estabilidade da organização e a integração das atividades tradicionais. Além disso, permite a interação entre o setor rural e urbano, ou seja, a inter-relação social, envolvendo pessoas de diferentes espaços. Essa modalidade de turismo passou a ser considerada uma alternativa de exploração econômica, resgate da valorização do meio rural e também um instrumento de desenvolvimento para o local.

### 3.6 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: CLUSTER DE TURISMO

A idéia de desenvolvimento regional tornou-se importante e baseou-se na criação de territórios que passaram a ser vistos como ponto de reunião dos agentes promotores do desenvolvimento por meio da cooperação, de acordo com as formas de mercado e as formas de regulação social. Em decorrência desse pensamento, as relações na economia, o ambiente e as redes locais entre firmas passaram a ser fundamentais, constituindo a base para economias externas à firma, mas internas ao território.

Um fator importante a ser analisado na noção de desenvolvimento local é a participação dos agentes locais como essencial no processo de desenvolvimento. Os agentes são de entidades governamentais, privadas e organizações locais. A integração e o associativismo desses agentes, somados à potencialização das vocações produtivas territoriais, contribuirão para o desenvolvimento local.

Diante de tais considerações, as novas formas de organização de produção, como o conceito de arranjos produtivos locais, *clusters* e cadeia produtiva, têm sido cada vez mais visadas como a chave para o desenvolvimento local integrado e sustentável.

Segundo Haddad et al. (1999), é difícil imaginar a sobrevivência de atividades econômicas, de qualquer natureza e em qualquer escala produtiva, numa região que não

disponha de competitividade dinâmica em termos de preço e de qualidade para enfrentar bens e serviços equivalentes que chegam aos seus municípios. Por isso, foram desenvolvidas algumas formas de integração para tornar o meio empresarial mais eficiente, como é o caso dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Os APLs podem ser entendidos como uma nova forma de organização da produção local, na qual se abandona a idéia de trabalhar isoladamente e se passa a trabalhar de forma integrada. É uma oportunidade, principalmente, para que pequenas e microempresas possam participar de um mercado cada vez mais globalizado e exigente, gerando renda e trabalho para a população local (PELLIN, 2004).

No Brasil e, mais precisamente, no setor turístico, a literatura especializada trata os arranjos produtivos locais como “clusters”. Para Porter (1999), os *clusters* são concentrações, em áreas geográficas determinadas, de empresas e instituições interconectadas em um campo particular, que podem promover a competição e a colaboração.

Conforme Haddad et al. (1999, p. 24), “a essência do desenvolvimento de clusters é a criação de capacidades produtivas especializadas dentro de regiões para a promoção de seu desenvolvimento econômico, ambiental e social”. Os *clusters* consistem de indústrias e instituições que têm ligações particularmente fortes entre si, tanto horizontal quanto verticalmente, e, usualmente, incluem: empresas de produção especializada; empresas fornecedoras; empresas prestadoras de serviços; instituições de pesquisas; instituições públicas e privadas de suporte fundamental.

Um *cluster*, ao contrário de um sistema produtivo disperso, oferece condições significativas para a ação conjunta entre as empresas de forma a promover ganhos decorrentes da eficiência coletiva (CAMPEÃO, 2004). Nesse sentido, é preciso, inicialmente, que se distingam as vantagens econômicas específicas de cada região.

Na concepção de Haddad et al. (1999), alguns itens são importantes para a análise de *cluster*, sendo eles:

- Delimitação da área geográfica relevante: para fazer essa delimitação, podem ser utilizados três critérios de regionalização: área homogênea; área polarizada; área-programa;
- indicadores de *performance* setorial (produção, produtividade, qualidade);
- aglomerados ou complexos produtivos;
- serviços de suporte empresarial ao *cluster*;
- suporte fundamental;
- indicadores de desenvolvimento social da região onde opera o *cluster*;
- indicadores ambientais;
- desenvolvimento da cultura organizacional;
- demanda e necessidades de insumos de conhecimento, de pesquisa e de ciência e tecnologia no *cluster*;
- mecanismos de inserção da Embrapa e do CNPq (formas de cooperação público-privada).

O *cluster* considerado pleno é também uma combinação de competição e cooperação que resulta em melhorias organizacionais e de produto. Para Porter (1999, p. 102), “a concorrência convive com a cooperação porque elas ocorrem em dimensões diferentes e participantes distintos”.

Portanto, podem-se observar, nos sistemas organizados em APLs, sinergias altamente benéficas entre empresários de uma mesma atividade. O fato de competirem entre si não exclui iniciativas e ações compartilhadas, voltadas a soluções de problemas comuns, ao aprimoramento da infra-estrutura e da rede de serviços locais, à atuação conjunta nos mercados para compras e vendas compartilhadas, à negociação com os poderes públicos locais e nacionais. Entretanto, isso não significa que essa busca por eficiência em *clusters*

elimine a competição. Ao contrário, observam-se rivalidades muito fortes dentro do *cluster*, embora esse fato não impeça a existência de ações conjuntas para resolver problemas coletivos.

Nos mercado de bens e serviços em geral, a construção de vantagens competitivas apóia-se sobretudo em inovações que possibilitem a redução de custos ou a diferenciação como estratégias para conquistar os consumidores. Já em um *cluster* em torno do turismo é a interação entre empresas e instituições que deverá possibilitar, especialmente, a otimização no uso das vantagens competitivas naturais de forma sustentável.

Em um *cluster* tipicamente de turismo, a qualidade dos serviços prestados a um visitante não depende somente da atração turística primordial, mas também da qualidade e da eficiência dos negócios complementares, tais como hotéis, restaurantes, facilidade de transporte, acesso a compras. Neste sentido, os membros de um *cluster* são mutuamente dependentes. O bom desempenho de um setor pode impulsionar o sucesso do outro.

Na opinião de Beni (2007), um *cluster* turístico pode ser definido como um conjunto de atrativos com destaque diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado, dotado de equipamentos e serviços de qualidade, eficiência coletiva, coesão social e política, articulação da cadeia produtiva e cultura associativa, com excelência gerencial em redes de empresas que geram vantagens estratégicas comparativas e competitivas.

Portanto, a idéia principal é tentar construir uma cadeia produtiva na atividade turística, com o objetivo de envolver os vários atores ligados ao turismo: empreendedores locais, a comunidade local, o poder público local, os próprios turistas, e, assim, tornar a atividade mais competitiva.

[...] a satisfação do turista não depende apenas do apelo da atração primária do local, mas também da qualidade e eficiência de empresas correlatas – hotéis, restaurantes, centro comercial e meios de transporte. Como membros de um cluster são mutuamente dependentes, o bom desempenho de uns pode aumentar o sucesso dos demais (PORTER, 1999, p. 105).

Entretanto, para o sucesso de um *cluster* torna-se indispensável construir uma sinergia entre poder público, comunidade local e empresários. Nesse caso, o Estado torna-se o maior responsável pelo desempenho da atividade, sendo ele o facilitador de um processo em que participam os diversos setores do turismo, que permite implementar ações consensuais, dirigidas ao benefício coletivo e leva a uma sustentabilidade do setor. Portanto, cabe ao Estado o papel de facilitador e incentivador destes modos de organização produtiva através da formulação de políticas públicas eficientes.

De acordo com Suzigan (2000, apud PELLIN, 2004, p 60):

[...] para incentivar e fortalecer a iniciativa de organização em Arranjos Produtivos Locais deve-se definir políticas públicas e formas de ações coletivas adequadas a cada caso. Algumas diretrizes gerais, porém, já estão consagradas na literatura: estímulos a P&D; a treinamento de mão de obra; ao suprimento de serviços industriais especializados (informação sobre mercados, tecnologias, normas e padrões técnicos, regulamentações governamentais, métodos gerenciais modernos, certificação de qualidade, registro de marcas e patentes, e outras), e a atividades de promoção comercial e de marketing; (2) estímulos à cooperação entre empresas sob alguma forma de governança, como por exemplo ações coletivas para criar consórcios de exportação ou de compras de matérias primas, estabelecer instituições locais de prestação de serviços especializados etc., ou iniciativas de cooperação sob a liderança de empresas líderes, e (3) estímulos à criação de fóruns locais de discussão e ação estratégica de empresas visando resolver rapidamente problemas de curto prazo, discutir tendências de longo prazo da indústria e elaborar estratégias para o desenvolvimento local em resposta a crises, novas tendências de mercado, mudanças tecnológicas, desafios e oportunidades.

Portanto, numa visão sistêmica, cada elo da cadeia está interconectado e cada parte está inserida num todo, não existindo a atuação da empresa isoladamente. As estratégias não ocorrem dentro do ambiente interno da empresa, mas existem vários outros fatores que vão orientar as estratégias empresariais, como leis, regulamentos, políticas governamentais, tecnologias, fatores culturais, mudança no comportamento dos consumidores e a relação de forças entre concorrentes, fornecedores e clientes.

Outro aspecto relevante é a convergência de propósitos entre o modelo de *cluster* e os princípios do desenvolvimento sustentável do turismo. A sustentabilidade será alcançada através do equilíbrio dos fatores econômicos, socioculturais e ambientais, propondo

cooperação, inovação, aprendizagem e integração social, tendo como resultado pretendido o aumento da competitividade, que, por sua vez, possibilita a sustentabilidade do turismo.

Entre as desvantagens para a aplicação do modelo de *cluster* em turismo, Garrido (2001) indica que o destino turístico tende a depender unicamente do turismo, como atividade que movimenta a economia local. Em alguns casos, esta dependência se concentra em apenas um segmento turístico. Para evitar que se estabeleça essa dependência monoprodutiva, a teoria do turismo recomenda que os destinos turísticos busquem a diversificação econômica, se possível em mais de um setor de atividade, e, caso não seja possível estabelecer outras atividades econômicas viáveis, que se procure promover a diversificação dentro do próprio turismo, por meio do incremento de mais de um segmento e/ou nicho de mercado.

Por fim, construindo uma ponte entre o setor de turismo e o modelo de *cluster*, percebe-se que os *clusters* turísticos podem constituir uma alternativa favorável de desenvolvimento local sustentável.

Dentro desse contexto, para que um *cluster* de turismo seja competitivo e bem-sucedido, é necessário o sustento das ações dinâmicas de seus elos a fim de manter a eficiência econômica (custos mínimos) e o nível de qualidade esperado pelos consumidores do produto turístico. Assim, a categoria “cluster turístico” servirá como instrumental descritivo e analítico para o estudo do turismo no município de Costa Rica/MS. Esse estudo é importante para a formulação de um planejamento turístico, pois assim é possível identificar os agentes que estão interferindo na atividade e quais os pontos fortes e fracos do turismo no município.

## **4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Este capítulo tem a finalidade de apresentar os dados obtidos através da análise documental e da aplicação de entrevistas e questionários e de observação direta. Optou-se por organizar cada dimensão separadamente, conforme o modelo analítico. Primeiramente são apresentados os aspectos gerais do município de Costa Rica/MS e sua oferta turística, formada pelos atrativos naturais, atrativos culturais, equipamentos de infra-estrutura turística e infra-estrutura de apoio. Em seguida apresentam-se os agentes envolvidos com a atividade turística no município e discutem-se seus comportamentos em relação a essa atividade. Por fim, são apresentados os programas de desenvolvimento implementados no município e seus impactos em relação a atividade turística.

### **4.1 OFERTA TURÍSTICA**

#### **4.1.1 Aspectos gerais do município**

O estudo foi realizado no Município de Costa Rica, o qual está localizado na região Norte do estado de Mato Grosso do Sul. Limita-se ao Norte com o Estado de Mato Grosso, a Leste com o Estado de Goiás e o município de Chapadão do Sul, ao Sul com o município de Água Clara, a Oeste com o município de Camapuã e a Noroeste com Alcinópolis.

Esse município foi escolhido pelo fato de estar atuando na atividade de turismo no espaço rural e por apresentar uma significativa quantidade de recursos naturais com potencial para o desenvolvimento da atividade turística.

O povoamento de Costa Rica teve início por volta de 1926, mas somente em 21 de janeiro de 1964 a localidade foi elevada a distrito de Camapuã pela Lei 2.132. Conseguindo sua emancipação política em 12 de maio de 1980, foi elevada à categoria de município com a

denominação de Costa Rica pela Lei 76. Atualmente, o município é constituído de três distritos: Costa Rica, Baús e Paraíso.

O município se localiza a 339 km da capital, Campo Grande, com acesso partindo da capital pela BR-163 até a BR-060, alcançando a MS-316 no distrito de Paraíso e pela MS 306 no município de Chapadão do Sul, entrando depois na MS 223.

Costa Rica pertence às bacias hidrográficas dos rios Paraná e Paraguai, às sub-bacias dos rios Verde, Taquari e Sucuriú, e dos ribeirões Baús, Monte Alto, Cascavel, São Luiz, Jauruzinho e Córrego Prata.

De acordo com a contagem da população em 2007, o município de Costa Rica conta com aproximadamente 18.277 habitantes e um território de 5.723 km<sup>2</sup>.

A sua base produtiva ainda está pautada, em sua maior parte, na agricultura (culturas de algodão, milho, sorgo, trigo e soja, que ocupam a maior quantidade de área colhida) e na pecuária de corte. Entretanto, atualmente, a monocultura de cana-de-açúcar também começa a despontar (ATLAS, 2007).

Costa Rica possui grande potencial para o desenvolvimento do turismo sustentável, seja através do turismo ecológico, de pesca, técnico, científico, cultural ou de eventos. O município é rico em recursos naturais, como parques e cachoeiras, conta com exuberante fauna e flora, possui grande patrimônio histórico-cultural, com sítios arqueológicos, inscrições rupestres, lendas e tradições, e realiza eventos já consagrados, como festas populares, exposições agropecuárias e competições esportivas. Possui um potencial turístico considerável; pelo fato de ser um divisor de águas de três bacias, apresenta atrativos variados e distintos de bacia para bacia.

#### **4.1.2 Oferta turística de Costa Rica**

Conforme a teoria sobre a atividade do turismo, a oferta turística é composta por um conjunto de atrativos naturais, atrativos culturais, equipamentos de infra-estrutura turística e

infra-estrutura de apoio. Só com uma ação conjunta desses elementos é que a atividade consegue se destacar, atraindo visitantes para um determinado território. Portanto, nesse estudo foram identificados esses elementos que compõem a oferta turística do município de Costa Rica.

#### 4.1.2.1 Atrativos Naturais

Nos limites do município de Costa Rica, localizam-se os seguintes parques: Parque Nacional das Emas (PNE), o Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari, o Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú e o Parque Natural Municipal da Laje.

– Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú (PANSS): ocupa uma área com 57 hectares, localizada na área urbana de Costa Rica, com vegetação típica do Cerrado. Nele estão os saltos Majestoso (64 metros de altura) e Macaco Preggo (36 metros). Além das belezas naturais, o parque conta com outros atrativos, como esportes de aventura (tiroleza, rafting e rapel) e área para lazer (quiosques para churrasco, redário e lanchonete).

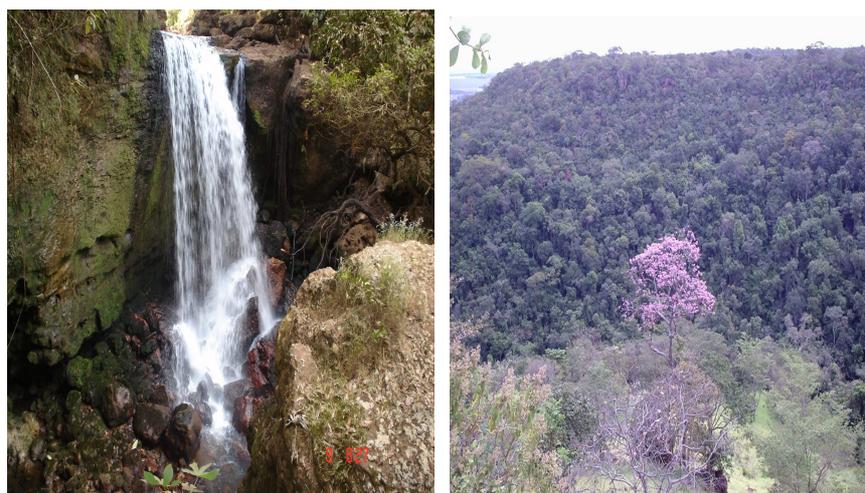
O PANSS foi criado no ano de 2000, através da Lei Municipal nº 515, como resultado da medida de compensação ambiental pela instalação e operação da Usina Hidrelétrica de Costa Rica – MS (PCH Costa Rica Energética). Naquele período, o Parque foi denominado Parque Municipal de Costa Rica e, posteriormente, em 2002, sofreu adequação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, tornando-se Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú através da Lei Municipal nº 809, de 07 de março de 2006.

O Parque Municipal é de fácil acesso e está próximo ao perímetro urbano do município. A área é também de considerável importância cultural, social e econômica para o município, por sua notável beleza natural e por sua localização, sendo um dos principais locais de visitação da região.



**Figura 5: Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú**  
 Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica (2008)

- **Parque Natural Municipal da Lage:** o local, com aproximadamente 6,3 hectares, situado na margem direita do Ribeirão da Lage, de águas límpidas e cristalinas, apresenta flora e fauna exuberante, podendo ser explorado com fins educativos, científicos, recreativos e turísticos. Localiza-se a 16 km de Costa Rica, no Distrito de Lages/Rodovia MS-306. Possui mirantes, um pequeno *canyon* com queda d'água, trilhas, grutas sob rochas e mata virgem.



**Figura 6: Parque Natural municipal da Lage**  
 Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica (2008)

- **Parque Nacional das Emas:** com 133 mil hectares, é o maior parque de cerrado do mundo, conhecido como um dos mais ricos ecossistemas da América Latina. Localizado a 43

km de Costa Rica, na divisa com os municípios goianos de Mineiros e Chapadão do Céu, na divisa das bacias dos rios Araguaia, Prata e Taquari, abriga cerrados, campos, cerradões e matas de galerias. Possui a maior população de veado campeiro, ameaçado de extinção, entre 78 espécies de mamíferos, 300 espécies de aves e mais de 60 espécies de répteis. No parque também são encontrados os cupins luminosos (bioluminescência dos cupinzeiros).



**Figura 7: Parque Nacional das Emas**

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica (2008)

- **Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari:** localizado a uma distância de 40 km de Costa Rica, é um importante corredor ecológico do Cerrado-Pantanal, com 30.618 hectares, abrangendo os municípios de Costa Rica e Alcinópolis. Possui nascentes dos formadores do Rio Taquari, compondo-se de um conjunto de seis grandes *canyons*. Possui potencial para a prática do turismo contemplativo, ecoturismo, turismo científico, de pesquisa e de educação ambiental.



**Figura 8: Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari**  
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica (2008)

- **Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN):** localizada a 56 km da cidade de Costa Rica. No local, o rio Sucuriú mergulha embaixo de blocos de pedras, criando uma ponte natural; esta característica marcante deu ao lugar o nome de Ponte de Pedra. A conservação da área faz parte do Projeto Corredor Cerrado/Pantanal, cujo objetivo é contribuir para a efetiva conservação da biodiversidade do Cerrado e do Pantanal de forma integrada, garantindo a manutenção da interação natural entre seus ecossistemas.



**Figura 9: Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)**  
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica (2008)

Além dos parques citados, o município conta com outros recursos naturais com possibilidades turísticas. Mas esses atrativos estão localizados em propriedades rurais particulares, sendo eles: Água Santa do Paraíso, Balneário Lage, Cachoeira da Rapadura, Cachoeira das Araras, Estância Maranata, Gruta Tope da Pedra.

- **Água Santa do Paraíso:** localizada no Distrito do Paraíso, a 4 km da sede do distrito e a 63 km de Costa Rica. O derrame basáltico da Bacia do Rio Paraná, exercendo pressão constante na água, de baixo para cima, faz com que qualquer corpo que adentre a lagoa se mantenha na superfície da água e não afunde.



**Figura 10: Água Santa do Paraíso**

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica (2008)

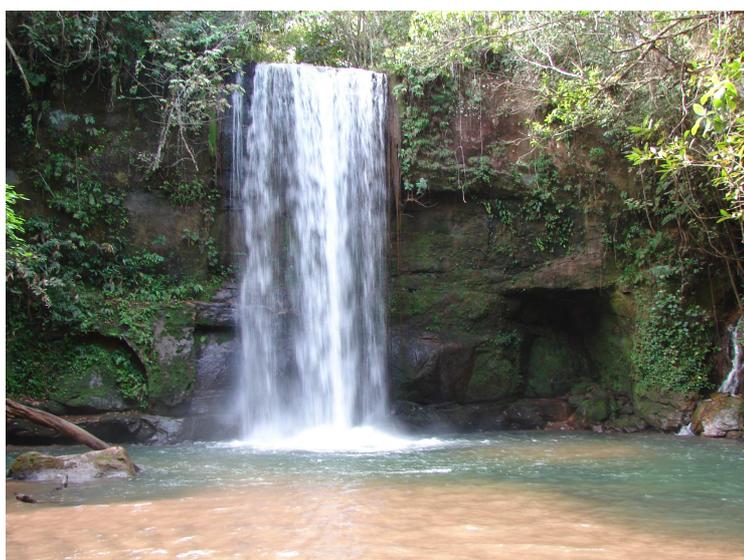
- **Balneário Lage:** localizado no Distrito de Lages, a 16 km de Costa Rica. É um balneário natural localizado às margens da rodovia MS-306, composto por piscinas naturais do Ribeirão de Lages e um pequeno *canyon* com saltos, grutas sob pedras, corredeiras e mata virgem.



**Figura 11: Balneário Lage**

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica (2008)

- **Cachoeira das Araras:** queda de água com aproximadamente 30 metros. Possui também uma seqüência de pequenos saltos com água cristalina. O local fica a 45 km do centro da cidade, na rodovia que liga Costa Rica a Alcinópolis. Apresenta uma vegetação rica em espécies do Cerrado, mata estacionária e ciliar de encosta, com formação de vale profundo, propício para trilhas e rapel.



**Figura 12: Cachoeira das Araras**

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica (2008)

- **Cachoeira da Rapadura:** o local apresenta uma seqüência de pequenos saltos com águas cristalinas, estando localizado no início da descida do Rio Sucuriú, na borda do Planalto Central Brasileiro, a 45 km do centro da cidade.



**Figura 13: Cachoeira da Rapadura**

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica (2008)

- **Estância Maranata:** conjunto de pequenas cachoeiras e praia natural formadas pelas águas do Rio Sucuriú. Localizada a 30 km de Costa Rica, no Distrito de Capela de Baús.



**Figura 14: Estância Maranata**

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica (2008)

- **Gruta Tope da Pedra:** compõe-se de um imenso bloco de arenito, cujo interior apresenta abundância de inscrições rupestres. Dista 54 km do centro da cidade.



**Figura 15: Gruta Tope da Pedra**

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica (2008)

- **Orquidário Natural:** localizado a 12 km de Costa Rica. Compõe-se de um imenso bloco de arenito silicificado de coloração branca, medindo cerca de 400 metros de extensão e coberto por um jardim natural de várias espécies de orquídeas, cactos e bromélias nativas da região.

#### 4.1.2.2 Atrativos Culturais

A existência de recursos de caráter histórico-cultural é um elemento muito forte para a criação de produtos turísticos. No entanto, para que estes sejam atrativos turísticos, é preciso transformá-los em produtos de qualidade.

Os bens culturais estão divididos em históricos, manifestações e usos tradicionais populares e eventos e acontecimentos programados.

**Recursos históricos**

- Capela Senhor Bom Jesus
- Praça Manoel Romualdo Gonçalves
- Casa do Artesão
- Exposição Agropecuária Laerte Paes Coelho
- Mercado do Produtor
- Clube do Laço
- Estrada Caminho da Fé

**Manifestações e usos tradicionais populares**

- Comemorações religiosas: dia de Nossa Senhora Aparecida, dia de São Sebastião, dia do Senhor Bom Jesus;
- Lendas: lenda do Santo Fujão, Maldição do Rio Sucuriú, Nego d'água, Come-línguas.
- Gastronomia típica: farofa de carne seca, comida caipira. Pratos salgados: galinhada, frango com bacuri, frango com gueirova, quibebe de mandioca, arroz com gueirova, arroz com pequi, angu de milho, pamonha, frango caipira ao molho, farofa com torresmo e rapadura, farofa de carne seca batida no pilão. Doces: doce de caju, mangaba, doce de queijo, geléia de mocotó, rapadura, melado de cana, bolo de fubá de milho, biscoito de goma.
- Artesanato: Casa do Artesão, Oficina dos Sonhos, Rica Trama. A produção de artesanato é relativamente significativa na cidade. Entre os produtos artesanais estão os utensílios em madeira e palha, tais como gravuras, esculturas, carros de boi, abanicos, jogos, brinquedos, etc. Trabalhos manuais também merecem destaque, como o bordado, o crochê, a tecelagem e a pintura.
- Eventos: os eventos são distribuídos durante os meses do ano. Alguns já se tornaram consagrados na região. Esses eventos podem ser visualizados no Quadro 2.

MESES	EVENTOS
Janeiro	Costa Rica Viola Festa do Arrepio Festa de São Sebastião
Fevereiro	Costa Folia (Carnaval de Rua)
Maio	Exposição Agropecuária e Festa do Peão Aniversário da Cidade Festa de N. Sr <sup>a</sup> Fátima (Lagoinha)
Junho	Festa de Santo Antônio Festa de São João Costa Caipira
Julho	Festa do Arrepio
Agosto	Festa do Senhor Bom Jesus da Capela
Setembro	Etapa do Campeonato Estadual de <i>Motocross</i> Desfile Cívico Festa de N. Sr <sup>a</sup> da Guia
Outubro	Festa de Santa Luzia
Dezembro	Arte-Rica – Feira de Artesanato Reveillon

**Quadro 2: Eventos promovidos no município de Costa Rica em 2008**

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo (2008)

#### 4.1.3 Equipamentos de infra-estrutura turística

A rede hoteleira no município de Costa Rica conta com oito meios de hospedagem, que disponibilizam 145 unidades habitacionais e 296 leitos. Ela se divide em meios de hospedagem econômicos (hotéis 2 e 1 estrela, e dormitórios) e apenas dois hotéis 3 estrelas, cujos quartos têm ar condicionado, televisão, frigobar, internet *wireless*, café da manhã e estacionamento. Além disso, são os únicos que aceitam cartão de crédito e débito como pagamento. O valor da diária varia entre R\$ 15,00 e R\$ 82,50 o quarto individual e R\$ 30,00 a R\$ 130,00 o quarto duplo. Encontra-se em fase de construção no município um hotel 5 estrelas, um empreendimento idealizado por empresários locais, que deve entrar em funcionamento até o final de 2009. Apesar da grande disponibilidade de recursos naturais em propriedades privadas, não existem no município hotéis-fazenda ou pousadas rurais, próprias para o Turismo Rural, nem área disponível para *camping*.

Na cidade podem ser encontradas pizzarias, restaurantes, churrascarias, confeitarias, sorveterias e restaurantes *self-service*. São 18 os principais estabelecimentos responsáveis

pelos serviços de alimentação, sendo quatro restaurantes, oito lanchonetes, três padarias e três sorveterias.

O município não dispõe de agências e operadoras de viagens; todos os serviços de informações são disponibilizados pela Secretaria de Turismo Municipal. Na cidade também não existem guias, mas ela conta com monitores ambientais que realizam o trabalho de guiar o turista quanto requisitados.

O município dispõe de apenas uma empresa de aluguel de carros, mas existem à disposição dos turistas serviços de táxi e mototáxi.

Costa Rica conta com dois estabelecimentos comerciais especializados na venda de artigos para turistas. Entre os produtos comercializados encontram-se peças confeccionadas pelos artesãos da cidade e por dois projetos da cidade, a Oficina dos Sonhos e a Rica Trama, que ficam à disposição do turista na Casa do Artesão, localizada na praça central. O outro estabelecimento encontra-se no Parque Municipal; este contém principalmente camisetas com estampas inspiradas em temas e paisagens locais e *souvenirs* padronizados.

#### **4.1.4 Infra-estrutura de apoio**

Quanto a infra-estrutura para o atendimento ao turista, o município conta com 15 oficinas mecânicas, quatro agências bancárias, quatro postos combustíveis, duas emissoras de rádio, quatro jornais, dois parques industriais, uma usina de energia renovável e uma indústria têxtil em funcionamento e uma em construção. Na área de segurança, conta com uma delegacia da polícia civil e um posto da polícia militar. Na área de saúde, existem um centro de saúde, um hospital municipal e um particular, quatro postos de saúde e oito farmácias.

Como vias de acesso, existem no município a estrada de ferro FERRONORTE e as estradas de acesso, que são MS-306, MS-223, MS-135 e BR-359. O município conta com uma rodoviária, na qual atuam as empresas de transporte intermunicipais e interestaduais;

entre elas estão: Viação São Luiz e Expresso Itamaraty. Possui, também, um aeroporto, denominado José Antonio Moraes, com uma pista pavimentada de 1.380 metros, para aviões particulares e táxi aéreo.

Para lazer a cidade conta com: Estádio Municipal de Futebol Laerte Paes Coelho, Ginásio de Esporte Luiz Carlos Yamashita de Souza; dois clubes de recreação e cinco praças públicas, com de academias da terceira idade (ATIs) instaladas, além dos parques naturais já descritos.

A cidade é relativamente bem servida de infra-estrutura básica: 100% das vias urbanas são pavimentadas; 99% de cobertura da rede de energia elétrica, 100% de água tratada, 60% dos domicílios tem rede de esgoto. Para melhorar a qualidade de vida na cidade foi constituída uma usina de reciclagem.

Com abundância de recursos hídricos, Costa Rica possui hidrelétrica própria, que gera 16.000 kW/h, garantindo auto-suficiência em energia para impulsionar o crescimento urbano e a instalação de indústrias no município.

Costa Rica também se encontra bem servida de estabelecimentos de ensino nos níveis fundamental e médio; existem 15 instituições de educação: duas escolas estaduais, duas escolas particulares, sete escolas municipais e quatro centros de educação infantil. Existe uma instituição de ensino superior da rede particular que oferece os cursos de pedagogia, administração e letras. Também se encontram na cidade duas instituições particulares de ensino a distância, além da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

## 4.2 AGENTES ENVOLVIDOS COM O TURISMO NO MUNICÍPIO

### 4.2.1 Setor Rural

Costa Rica conta com diversas propriedades particulares com atrativos naturais que têm potencialidades turísticas. Porém, de acordo com o entrevistado SP2, os empresários

rurais não têm interesse em desenvolver a atividade turística em suas propriedades. De acordo com esse agente, falta engajamento dos empresários rurais em cujas propriedades estes atrativos naturais estão localizados. Os proprietários rurais não têm a consciência de que não só a atividade da agricultura e da pecuária gera renda, mas o turismo também; basta saber trabalhar em paralelo.

Por outro lado, não puderam ser observadas políticas públicas que incentivem e conscientizem esses proprietários rurais a investirem em suas propriedades. Além disso, o Plano Diretor do município não contempla nenhuma ação ou estratégia para desenvolver esse turismo nas propriedades rurais, apenas impõe a elas um compromisso ambiental.

Percebe-se, portanto, a ausência de um relacionamento entre o poder público local e esses proprietários rurais. O grande problema é que a maioria dos proprietários não residem no município, mas estão domiciliados no estado de São Paulo e deixam algumas pessoas para cuidarem de suas propriedades. Conforme o entrevistado SP2, os agentes públicos municipais não conseguem ter acesso a esses proprietários, mas admitem que necessitam realizar um trabalho de conscientização com essas pessoas.

Apenas um dos produtores rurais que tem sua economia voltada para a pecuária está começando a explorar a atividade turística em sua propriedade. Começou a cobrar entrada no valor de R\$ 3,00 e está oferecendo refeição cujo preço varia de R\$ 12,00 a R\$ 17,00, mas ainda não oferece hospedagem. O proprietário começou a se estruturar efetivamente em 2008. O atrativo natural já era conhecido há mais tempo, entretanto, só agora o proprietário começou a explorar a atividade, construiu um refeitório e pretende instalar equipamentos para a prática de rapel na cachoeira.

Quando questionado sobre a sua visão da atividade do turismo como um complemento de renda para a sua propriedade, o entrevistado SR1 demonstra uma visão positiva sobre o turismo em sua propriedade:

“[...] olha, eu vejo que futuramente pode ser uma atividade que a gente pode trabalhar só em cima disso, né, tem tudo pra desenvolver aqui em Costa Rica.”

Portanto, o proprietário tem a percepção de que essa é uma atividade lucrativa, que, além dos benefícios econômicos, proporciona qualidade de vida para ele e sua família, apesar da idéia inicial de começar a explorar a atividade ter partido do secretário de Turismo do município.

Além da exploração dos recursos naturais existentes na propriedade, o agente rural está desenvolvendo um prato típico de Mato Grosso do Sul, chamada de paçoca de carne seca, que pretende comercializar em toda a região e demais estados brasileiros. Ele já comercializa o produto no próprio município, com a ajuda da secretaria de Turismo, no Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú e na Casa do Artesão. Já fez divulgação em feiras estadual e nacional, além da participação em eventos municipais. Entretanto, falta um apoio administrativo, pois o empresário não sabe quantificar a sua produção, custos e lucro.

A administração pública municipal procura incentivar esse proprietário, fornecendo todo o auxílio possível para que consiga desenvolver a atividade turística em sua propriedade com sucesso. Está ajudando na divulgação e estruturação do local, pois essa é uma propriedade estratégica para o desenvolvimento do turismo no meio rural no município.

Mas a principal dificuldade para o desenvolvimento da atividade turística na propriedade é o acesso, pois ela se localiza a 45 km da sede do município, além da falta de infra-estrutura para receber os turistas.

Além desse atrativo, existe no município um atrativo natural conhecido como Água Santa, reconhecida como uma área de preservação ecológica permanente, que se localiza mais próximo do município, a 34 km, do que a divulgada pelo município como produto turístico, localizada a 63 km da sede do município. Dessa maneira, o acesso é mais viável, mas a propriedade se encontra fechada para visitantes.

Conforme o entrevistado SR2, ele não tem intenção de explorar esse recurso natural e desenvolver a atividade turística na propriedade. De acordo com o agente foram realizados estudos pelo SEBRAE para verificar a viabilidade de implantar a atividade turística na propriedade, entretanto comprovou-se, segundo o entrevistado SR2, que o investimento não é viável devido ao alto custo do investimento que deve ser realizado e à pequena carga de turistas que o atrativo suporta. Além disso, falta uma infra-estrutura de apoio, principalmente estradas. Portanto, o entrevistado afirmou preferir preservar o atrativo natural existente em sua propriedade do que explorá-lo economicamente.

O poder público está revitalizando o Parque Natural Municipal da Laje, que é uma Unidade de Conservação, portanto um território público, mas não no Balneário Laje que é uma propriedade privada, a prefeitura não pode realizar investimentos. A prefeitura do município tem a intenção de adquirir esse balneário e acoplá-lo ao Parque Natural Municipal da Laje, pois ele se encontra degradado.

Sobre a política implementada para o desenvolvimento do turismo em Costa Rica pelo governo municipal, o entrevistado SP2 relata o seguinte:

“As principais ações eu acredito que é na parte de auxílio em infra-estrutura turística nos atrativos, porque a maioria deles são particulares, então a gente auxilia e faz a parte de consultoria com os proprietários. Araras foi assim, a gente deu todo o auxílio ao proprietário pra ele tá fazendo a construção e a implementação das atividades dele dentro da propriedade rural. A parte de incentivo fiscal também aos proprietários que queiram estar implantando agências, hotéis, então isso o município vem desenvolvendo também. Aí projetos, assim, desenvolvidos na parte de sinalização turística que a gente dá implementação”.

Entretanto, percebe-se que falta uma infra-estrutura nessas propriedades para receber os visitantes, além da infra-estrutura de apoio debilitada do município, como estradas, guias e meios de locomoção específicos.

Nesse sentido, percebe-se que o poder público municipal busca auxiliar os proprietários rurais com posse de atrativos naturais turísticos, que tenham interesse em explorar o turismo como atividade econômica, através de consultoria e infra-estrutura de apoio no local. Além disso, proporciona-se uma sinalização turística para esses atrativos localizados no setor rural. Outra forma de auxílio é garantir uma demanda turística a esses possíveis pontos turísticos através da divulgação em *folders*, elaborando um roteiro conjunto incluindo todos os pontos turísticos.

Porém, percebeu-se, durante a pesquisa, que não existe interesse por parte dos proprietários para desenvolver essa atividade. Necessita-se, para um desenvolvimento turístico nesse setor rural, de um trabalho conjunto entre o poder público e os proprietários rurais para que consigam alavancar esse promissor segmento.

#### **4.2.2 Setor de turismo e comércio**

Para analisar o setor de turismo e comércio foram entrevistados e observados o setor de hospedagem, considerado um dos principais elementos de infra-estrutura turística e responsável pelo desenvolvimento do turismo em uma determinada região.

Na pesquisa com os representantes desse setor, porém, chama a atenção a falta de organização e cooperação entre os agentes do setor hoteleiro no município. Conforme o entrevistado SP1, a rede hoteleira pode ser considerado como o maior gargalo ao desenvolvimento da atividade turística no município:

“[...] por nosso turismo ser o ecoturismo, não temos um hotel à altura, o grande problema é a rede hoteleira. Hoje em nosso município temos hotéis de médio porte, mas as camas já estão deixando um pouco a desejar, e o preço está quase à altura dos grandes hotéis de Campo Grande.”

Dentre os estabelecimentos avaliados do setor hoteleiro, apenas um dos entrevistados afirmou estar apto para atender turistas; os demais estão cientes que não estão preparados e

que devem fazer mudanças em seus estabelecimentos, por ser esse um grupo diferenciado e exigente. De acordo com o entrevistado STC1:

“Falta um hotel mais estruturado, pois o turista não pede preço, mas sim conforto.”

O município de Chapadão do Sul, município vizinho de Costa Rica, possui uma infraestrutura hoteleira e de restaurantes melhor que a de Costa Rica; por esse motivo, muitas pessoas vão até Costa Rica realizar suas atividades, seja a negócio ou por lazer, mas retornam para pernoitar em Chapadão do Sul. Dois aspectos devem ser levados em conta para entender esse acentuado avanço no desenvolvimento desses segmentos no município vizinho, segundo o entrevistado SP1:

“Em primeiro lugar as grandes empresas agrícolas estão localizadas no município de Chapadão do Sul, que são um grande potencial, em maquinários da região, defensivos agrícolas, e isso prende o pessoal lá. Em segundo lugar, agora estamos contando com a Brenco e a West Cotton, e está faltando hotel, leito, os que tem são caros, aí o pessoal tem que ir pra lá.”

Por esse fato, os agentes da rede hoteleira de Costa Rica estão começando a investir em seus estabelecimentos, devido ao aumento do fluxo de clientes por causa das empresas instaladas em Costa Rica e Chapadão do Sul. Pelos relatos dos entrevistados desse setor, a maioria do público vem a negócios ou é formada por trabalhadores de fazendas que vêm passar o final de semana e trabalhadores de usinas instaladas na região.

Os agentes afirmam ter recebido poucos turistas durante esse tempo de trabalho; eles aparecem mais na época de férias, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, mas principalmente no carnaval e em outros eventos festivos promovidos no município. A maioria dos turistas que eles recebem são de Mato Grosso do Sul, sendo poucos estrangeiros. Por serem poucos esses turistas estrangeiros, a mão-de-obra dos hotéis não está preparada para recebê-los. O entrevistado STC3 diz que uma das dificuldades do estabelecimento para atender esses turistas estrangeiros é que seus funcionários não dominam o idioma deles.

Apesar de dizerem acreditar que a atividade turística pode se desenvolver e gerar renda para o município, apenas quatro dos estabelecimentos ligados ao setor hoteleiro de Costa Rica são cadastrados no Ministério do Turismo, pois explicam que são muitas as obrigadoriedades e estruturas exigidas para conseguirem se cadastrar; portanto, é necessário um certo investimento que não acham viável realizar no momento.

Os empresários afirmam que a principal dificuldade para desenvolver a atividade turística nos estabelecimentos são questões de ordem financeira. Relatam que, caso houvesse uma linha específica de crédito ou incentivo fiscal, poderiam estar investindo mais e se adequando para desenvolver o setor e atender melhor os turistas. Entretanto, o entrevistado STC2 afirma o seguinte:

“Não adianta fazer investimentos e não ter retorno. Não faço investimentos porque acho que não compensa.”

Portanto, existe uma falta de credibilidade em relação à atividade turística do município. O que se percebe é que os agentes do setor hoteleiro esperam o desenvolvimento da atividade para depois investir.

Pode-se notar que os estabelecimentos estão no setor há mais de dez anos (apenas um foi fundado em 2005), mas não fizeram muitos investimentos durante esse período. Não possuem a consciência de que precisam caminhar juntos com os demais agentes envolvidos no turismo e que eles também são responsáveis pelo desenvolvimento dessa atividade.

Apenas dois estabelecimentos dispõem de ar condicionado, frigobar, internet *wireless*, telefone, TV para oferecer aos clientes e equipamento para o pagamento em forma de cartão de crédito. Muitos ainda possuem banheiros coletivos e oferecem apenas ventilador e TV. Além disso, nenhum dos agentes nenhum dos agentes demonstrou que faz divulgação ou possui um *site* na internet para facilitar a busca do turista. Apenas um dos agentes afirmou estar com um *site* em fase de construção na internet para divulgar melhor seu estabelecimento.

Muitos deles afirmaram que o seu diferencial está no atendimento, porém não realizam treinamentos para ensinar seus funcionários a lidar com esse tipo de público, e apenas um, o agente STC3, afirmou participar de eventos promovidos pela Secretaria de Turismo. Além disso, com base na observação pessoal realizada, pôde-se verificar que dificilmente alguém se encontrava na recepção; além disso, os funcionários não estavam uniformizados e os equipamentos eram antigos.

Em apenas um dos estabelecimentos, considerado o mais estruturado para receber turistas, há uma infra-estrutura adequada, todos os seus funcionários encontram-se uniformizados e à disposição na recepção, o ambiente é agradável e limpo. Conta, desde julho de 2008, com a supervisão de uma nova gestão do interior do estado de São Paulo. Desde então, começou a fazer reformas em suas estruturas e se adequar a um público mais exigente.

Apesar de todo esse desinteresse, as pessoas entrevistadas acreditam que a atividade turística pode se desenvolver e trazer renda para o município, mas faltam investimentos físicos e morais, conforme se observa no depoimento do agente STC1 em um dos depoimentos:

“Depende de fazer acontecer, conversar com o pessoal dos pontos turísticos, conscientizar os proprietários dos atrativos particulares.”

Acreditam que entre as dificuldades para o desenvolvimento da atividade no município estão a falta de preparo dos representantes públicos e do setor de infra-estrutura turística, falta de um trabalho mais acentuado com esse setor no sentido de estruturá-lo, falta de divulgação dos atrativos turísticos no município e falta de estruturação de outros pontos turísticos para ampliar o roteiro e tornar mais atrativa a visita do turista.

Uma estratégia para isso seria promover mais eventos na cidade e fortalecer os que já acontecem, pois as pessoas que vão para o município por causa de algum evento acabam visitando os pontos turísticos. Portanto, dever-se-ia estar unindo o turismo de eventos com o turismo ecológico; dessa forma, todos os agentes seriam privilegiados. Além disso, os agentes

privados entrevistados acreditam que falta uma participação mais ativa das outras esferas do governo, faltam investimentos estaduais e federais.

Há ainda, de acordo com o entrevistado STC1, muitas reclamações em relação à alimentação no município, principalmente à noite, as pessoas reclamam do som alto nos estabelecimentos e da ausência de pratos típicos da região.

São 18 os estabelecimentos responsáveis pelos serviços de alimentação no município, sendo quatro restaurantes, oito lanchonetes, três padarias e três sorveterias. Entretanto, no período noturno apenas dois restaurantes, algumas lanchonetes e as sorveterias se encontram em funcionamento. Mas nenhum deles tem em seu cardápio pratos típicos, para que o turista tenha a possibilidade de desfrutar da gastronomia do Estado.

Contudo, os estabelecimentos gastronômicos vêm se estruturando, mas não em reconhecimento do potencial turístico que a cidade possui, e sim para se adequar às exigências das novas empresas da região. Reformas estão sendo feitas para atrair esse público; contudo, indiretamente a atividade turística se beneficia com esses investimentos que estão sendo realizados.

A estrutura de alimentação deixa a desejar também nos atrativos turísticos; apenas o Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú, a Cachoeira das Araras, o Parque Natural Municipal da Laje e o Balneário Laje contam com um sistema de alimentação.

No Parque Municipal Salto do Sucuriú existe um restaurante terceirizado que serve almoço, além de lanches e bebidas todos os dias. Já na Cachoeira das Araras, como ainda não tem um fluxo constante, o visitante deve entrar em contato com os proprietários para marcar a refeição. Podem ter acesso ao telefone da propriedade na Secretaria de Turismo. Como nas demais rotas estabelecidas pela secretaria não há sistema de alimentação, o visitante já é estimulado a levar o seu próprio lanche. No Parque Natural Municipal da Laje e no Balneário Laje existe um restaurante localizado na estrada de acesso.

Outro problema em relação à infra-estrutura turística está na ausência de agências de turismo no município. Nesse caso, a Secretaria de Turismo Municipal acaba fazendo a ligação entre turistas e atrativos; portanto, esse órgão é a principal fonte de apoio aos visitantes. Sendo assim, elaborou um plano de rota, conforme a localização dos atrativos, mas ele não está roteirizado ainda, apenas tem potencialidade para isso. Conforme os comentários do agente SP2:

“O turista vem na secretaria, como não tem nenhuma agência, a gente faz esse trabalho de estar oferecendo pra ele um guia, de monitor ambiental, mas no carro dele, nós não temos nenhuma transportadora aqui. Então o visitante chega aqui e fala o que quer conhecer, então nós temos as rotas.”

Portanto, quando visitante chega à cidade, a Secretaria de Turismo procura recomendar o seu plano de rota, que vai depender da motivação do turista, ou seja, do que ele busca no município. Ele tem a opção de contratar um monitor que trabalha como guia turístico. A diária de um monitor para guiar o turista pelo município é de R\$ 80,00. A secretaria também não dispõe de conduções para levar o turista até os pontos turísticos; por isso, ele tem de ir em seu próprio carro.

Além disso, a secretaria não possui um sistema de plantão para atender os turistas que chegam no final de semana; o que existe na cidade é um centro de informações turísticas que funciona na Casa do Artesão. Lá os visitantes têm acesso aos telefones dos monitores e das pessoas responsáveis pela gestão do turismo no município.

Existe ainda o aspecto relativo à divulgação dos atrativos e à venda de pacotes. Conforme o SP2, existem duas operadoras disponíveis para comercializar produtos turísticos da região; entretanto, comercializam roteiros integrados, ou seja, roteiros que não são específicos de Costa Rica, mas sempre incluem esse município, Alcinópolis, Chapadão do Sul, Coxim e São Gabriel. Portanto, torna-se necessário que os municípios localizados na região se desenvolvam para que possam complementar o roteiro do visitante.

Existe uma operadora em Campo Grande que está trabalhando os produtos de Costa Rica e sua região. Essa agência divulga um roteiro internacional, que foi aprovado pelo Ministério do Turismo, pelo programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil. Entretanto, o município não recebeu nenhum grupo enviado por essa agência. Conforme o agente público SP1:

“Agora tem uma operadora que trabalha na região que não quer fazer parceria com a gente; eles vêm, passam um dia e vão embora; na minha idéia não tem mais como fazer isso sozinho mais, nós temos que ter esta conscientização. O turista vem, passa 1 dia 2 dias, passa no Taquari e vai dormir em Alcinópolis, e isso fica legal. Cada um deve fazer seu trabalho melhor que os outros, Costa Rica é Costa Rica, Alcinópolis é Alcinópolis, isso é importante. Dentro desses aspectos procuramos manter o cara aqui por 2 ou 3 dias em nosso município, ele poderia passar dois dias lá e ir embora”.

Não pode haver competição entre os municípios, mas não é o que está acontecendo na região, conforme relatou o agente público. Esse reconhecimento das potencialidades de cada região é importante para a comercialização de produtos, pois, conforme o entrevistado SP4, a grande tendência é trabalhar com roteiro, com regionalização, e não especificamente com um ou dois municípios.

Comprovou-se, portanto, diante da pesquisa realizada, que o agente que faz a coordenação do processo de gestão do turismo, no que diz respeito à organização, ao controle, à orientação das ações e à comunicação é a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Turismo, através de orientações, realização de cursos, palestras, disponibilização de material de informação para ser entregue ao turista. Todos os entrevistados afirmaram que o poder público está desempenhando seu papel de coordenador da atividade turística no município, mas está deixando a desejar, demorou muito para investir na atividade.

Apesar de reconhecerem esse esforço do poder público, eles não colaboram com o desenvolvimento da atividade no município. Estão à espera do desenvolvimento da atividade, principalmente a estruturação dos atrativos turísticos, para depois começarem a investir em

seus estabelecimentos. Portanto, pode-se concluir que os agentes privados no município de Costa Rica/MS não percebem o seu papel em relação ao desenvolvimento do turismo.

#### **4.2.3 O setor público do turismo e suas ações em Mato Grosso do Sul**

A primeira política pública de turismo instituiu-se no Brasil somente a partir de 1996, com a Política Nacional de Turismo. Teve como objetivo ordenar o setor público, com o apoio estatal e a utilização de recursos públicos para o desenvolvimento social, definindo padrões de planejamento, além de orientar o setor privado, de modo a reconfigurar o território turístico nacional para a inserção do país no mercado turístico mundial (LAZARINI, 2006). Conciliando diversos programas do governo para a atuação para a implementação dessa política nos seus mais variados âmbitos, o Mato Grosso do Sul foi beneficiado com o programa PRODETUR/SUL.

A idéia do desenvolvimento do turismo nacional baseado nos atrativos naturais ganhou força política em 2002 com a criação do comitê gestor do programa Pólos de Ecoturismo no Brasil, fomentado pelas diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, de 1994, com o objetivo de desenvolver pólos ecoturísticos selecionados pela EMBRATUR. As novas políticas de turismo agora voltadas para áreas naturais enfatizavam regiões específicas do país, entre elas a região do Pantanal em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e a região de Bonito em MS.

Porém, as mudanças profundas na estrutura política do turismo ocorreram a partir de 2003, quando foi lançado o Plano Nacional de Turismo – PNT (2003-2006), para a orientação dos estados e do governo federal quanto às atividades de turismo a serem implementadas. Ele tinha o objetivo de desenvolver o produto Brasil de acordo com suas diversidades regionais, naturais e culturais, estimulando o consumo no mercado nacional e internacional (MTUR, 2006).

Para complementar o PNT (2003-2006) e suprir algumas deficiências deixadas pelo plano, foi criado em 2007 o Plano Nacional de Turismo 2007-2010. Ele mantém a busca pelo fortalecimento da regionalização do turismo, enfoca a sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional e a implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Como se pode verificar, o estado de Mato Grosso do Sul sempre esteve envolvido em discussões políticas por causa de seus recursos naturais, principalmente as bacias hidrográficas e o Pantanal. O Pantanal é a região do estado com maior número de ações, planos e programas focados no turismo, sendo a região indutora do desenvolvimento da atividade turística no estado e servindo principalmente para a venda dos produtos turísticos no mercado interno e externo (BERSANI, 2008).

O turismo está vinculado, desde o ano 2000, à Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo – SEMACT. Em 2001 foi instituída a FUNDTUR/MS – Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, ligada à administração direta, mas com personalidade jurídica de entidade de direito público. De 2006 até os dias atuais, mantém-se na estrutura administrativa da Secretaria de Desenvolvimento da Produção e do Turismo – SEPROTUR/MS. O estado conta ainda com o Fórum Estadual do Turismo, como prevê o Plano Nacional do Turismo – PNT (2003-2006), como órgão consultivo para o direcionamento das políticas públicas pela integração da cadeia produtiva do setor.

Visando impulsionar a atividade turística nos demais município do estado, foi formulado o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul – PDTUR/MS. Ele foi instituído no período de 1998 a 2001 pela SEPRODES – Secretaria de Estado da Produção e do Desenvolvimento Sustentável, em parceira com a EMBRATUR, SEBRAE/MS e SENAC/MS. A formulação do PDTUR/MS tem como base as diretrizes do

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, programa do governo federal que faz parte do PNT - 2003-2006 (PDTUR/MS, 2001).

A apresentação do PDTUR-MS tem como seu fundamento proporcionar com objetividade uma visão da realidade turística estadual em três níveis: o estado e sua política,; a visão regional através de sua potencialidade e a realidade e propostas de ações municipais. Para um melhor detalhamento, foi realizada uma divisão do estado em sete regiões turísticas, que podem ser observadas no Quadro 3.

MACRORREGIÃO	CIDADES
MRT 1 - Região da Capital	Campo Grande, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.
MRT 2 - Região da Bodoquena	Antonio João, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho.
MRT 3 - Região do Pantanal	Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Ladário e Miranda.
MRT 4 - Região Norte	Alcinópolis, Bandeirantes, Camapuã, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Coxim, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste e Sonora.
MRT 5 - Região dos Lagos	Água Clara, Anaurilândia, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Brasilândia, Inocência, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas.
MRT 6 - Região Sudoeste	Angélica, Bataiporã, Deodápolis, Glória de Dourados, Ivinhema, Jateí, Juti, Naviraí, Nova Andradina, Novo Horizonte, Taquarussu.
MRT 7 - Região de Negócios e Lazer	Amambaí, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Iguatemi, Itaporã, Japorã, Laguna Caarapã, Maracaju, Mundo Novo, Nova Alvorada do Sul, Paranhos, Ponta Porá, Rio Brillante, Sete Quedas, Tacuru e Vicentina.

**Quadro 3: Macrorregiões Turística de Mato Grosso do Sul e suas cidades**

Fonte: PDTUR/MS (2001).

De acordo com a divisão do PDTUR (2001), o município de Costa Rica localiza-se na Macrorregião Turística Norte, que é formada por 11 municípios. Nos municípios que a compõem se encontram dois conjuntos de situações: um grupo, formado pelos municípios de Rio Verde de Mato Grosso, Coxim e Costa Rica, que, embora em pequena escala, já desenvolvem a atividade turística. O segundo conjunto, formado pelos municípios de Bandeirantes, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Pedro Gomes, Alcinópolis, Chapadão do Sul, Cassilândia e Sonora, tem como características o potencial para a atividade turística, mas ainda não a explora.

Entretanto, apesar desse plano de desenvolvimento promovido pelo poder público, a atividade turística continuou concentrada em algumas regiões do estado. O plano trouxe resultados inexpressivos, apenas conseguiu definir roteiros, mas não promoveu a atividade em si. Não houve uma atualização do seu banco de dados.

Os objetivos do PDTUR estão em concordância com as suas diretrizes de desenvolvimento sustentável; o que não fica claro no plano é a intersectorialidade e a participação local, visto que a preocupação do plano deveria ser com as comunidades que não vivenciam a atividade turística nem compreendem seus desdobramentos, pois trata-se de uma atividade que requer reflexões e debates, já que ocasiona transformações no ambiente em que as pessoas vivem, e as transformações podem ser positivas ou negativas.

Em junho de 2003 foi elaborado e lançado o Plano de Ação (2003-2006) para o desenvolvimento do turismo no estado de Mato Grosso do Sul, conhecido como PATUR/MS, sob a orientação do Ministério do Turismo, devido ao incentivo de R\$ 1,8 bilhões recebido pelo setor através das linhas de crédito financiadas pelo PROGER Turismo, FCO, Caixa Econômica Federal e BNDES, para empreendimentos turísticos em todo o território nacional (LAZARINI, 2006). Ele tinha como objetivo buscar o fortalecimento da atividade turística com a promoção do estado dentro do roteiro turístico nacional e internacional, procurando promover a formulação de novos destinos turísticos dentro do estado e o fortalecimento dos pólos em fase de consolidação – Campo Grande, Pantanal e Serra da Bodoquena. Surgiu para se readequar a uma nova realidade do turismo no estado, ou seja, contemplava a formulação de uma política estadual condizente com a estruturação econômica e cultural de Mato Grosso do Sul.

Em agosto de 2003 foi regulamentada a Lei nº 2.652, de 17 de julho de 2003, que criou o Fundo para o Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul, com a finalidade de apoiar as ações da Fundação de Turismo (FUNDTUR, 2003). Para a efetividade das

políticas públicas necessárias discriminadas pelo PATUR/MS são imperativas a disponibilidade de recursos, a dotação orçamentária e a alocação de recursos para o desenvolvimento das atividades propostas de forma específica. Essa legislação permite o acompanhamento, a fiscalização e a proposição de ações.

Mas não foi criado nenhum programa específico para a Região Norte, como ocorreu com a Região Sul com a criação do PRODETUR/SUL em 2002. A única medida em termos regionais e não estaduais que beneficiou o município foi a criação do Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari, em outubro de 1999, pelo Decreto nº 9.662.

Devido às deficiências ainda existentes no estado quanto ao desenvolvimento da atividade turística, a Fundtur/MS está desenvolvendo um planejamento estratégico para o período de 2008-2020 para impulsionar as cidade e/ou regiões com potencial turístico, mas que ainda não conseguiram fazer a atividade “decolar”. Esse planejamento contempla um período de 12 anos.

Sobre essa política de desenvolvimento, o agente público estadual SP4 observa o seguinte:

“[...] o planejamento estratégico não é da fundação, é do turismo do estado, esse é o diferencial. E no planejamento estratégico nós vamos montar planos de ações para capacitação, para infra-estrutura e para *marketing*, obedecendo às características e às particularidades que cada região turística tem. Tanto do município como da região, eu não posso dar o mesmo tratamento de uma região com a outra, serão tratamentos diferenciados, mas com a mesma política.”

Esse planejamento vai englobar todos os municípios de Mato Grosso do Sul, porque visa implantar políticas públicas para o desenvolvimento do turismo, e, sendo assim, todos devem ser beneficiados e receber as mesmas informações. A partir daí é possível diferenciar os que são indutores turísticos, como o caso de Campo Grande, Bonito e Corumbá.

Visto que a intenção desse planejamento é ajudar a conhecer todo o estado e como algumas regiões estavam com muitos municípios, de acordo com a divisão efetuada pelo

PDTUR/MS, para facilitar e fortalecer a gestão local tornou-se necessário diminuir o número dessas regiões. Portanto, foi estipulada uma nova divisão turística dentro do estado, sendo ele repartido em 10 regiões, três a mais do que no PDTUR, como se pode observar no Quadro 4.

<b>REGIÕES DE MS</b>	<b>CIDADES</b>
CAMINHO DOS IPÊS	Ribas do Rio Pardo, Nova Alvorada do Sul, Campo Grande, Jaraguari, Terenos, Rochedo, Corguinho, Rio Negro, Sidrolândia, Dois Irmão do Buriti.
PANTANAL	Corumbá, Miranda, Aquidauana, Ladário, Anastácio.
BONITO - SERRA DA BODOQUENA	Bodoquena, Bonito, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Bela Vista, Nioaque, Caracol, Porto Murtinho.
ROTA NORTE	Alcinópolis, Bandeirantes, Camapuã, Costa Rica, Coxim, Figueirão, São Gabriel d'Oeste, Rio Verde, Pedro Gomes, Sonora.
VALE DO APORÉ	Paranaíba, Cassilândia, Inocência, Água Clara, Chapadão do Sul.
COSTA LESTE	Aparecida do Taboado, Selvíria, Três Lagoas, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Bataguassu, Anaurilândia.
CAMINHOS DA FRONTEIRA	Amambaí, Antonio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas, Tacuru.
GRANDE DOURADOS	Maracaju, Rio Brilhante, Douradina, Itaporã, Deodópolis, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Dourados, Vicentina, Caarapó.
VALE DAS ÁGUAS	Angélica, Batayporã, Ivinhema, Jateí, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu.
CONE SUL	Juti, Naviraí, Itaquiraí, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo.

**Quadro 4: Divisão de Mato Grosso do Sul em Regiões e suas cidades**

Fonte: FUNDTUR (2008).

Nessa nova divisão, Costa Rica continua na Região Norte, região essa que conta agora com 10 municípios, e não 11 como na divisão do PDTUR. Os municípios de Cassilândia e Chapadão do Sul passam a integrar uma nova região, a Região do Vale do Aporé. Entretanto, Figueirão, que até 2004 era distrito de Costa Rica, mas agora é reconhecido como município, passa a integrar a Região Norte.

Contudo, pode-se verificar que um dos maiores problemas enfrentados nos planejamentos em nível governamental no estado é a descontinuidade dos trabalhos e dos planos. Por isso, verifica-se uma constante readequação e reestruturação nos planos, e são justamente essas mudanças que interferem drasticamente nos resultados, que podem não ser satisfatórios em virtude dos desvios de objetivos e metas.

Percebe-se, portanto, devido aos programas criados pelo estado, que as políticas de turismo desenvolvidas pelo governo estadual apresentam uma interface com as políticas nacionais. Toda política da Fundtur é orientada pelo Plano Nacional de Turismo, em que é executado apenas o que determina o Ministério do Turismo. Porém, o PNT é apenas um conjunto de orientações e programas a serem seguidos pelos órgãos estaduais e municipais, e não uma política de desenvolvimento.

Além disso, conforme Lazarini (2006), essa política se contrapõe ao seu próprio ideal de desenvolvimento social e regional, dando ênfase à importância econômica. Isso quer dizer que a aplicabilidade dos planos estaduais de Mato Grosso do Sul também apresenta as mesmas divergências metodológicas, pois centra a sua efetividade nas bases econômicas, de infra-estrutura, sem considerar as relações socioculturais regionais.

#### 4.2.3.1 Organização da atividade turística no município

Costa Rica é uma cidade privilegiada pelo grande potencial turístico e diversidade cultural e histórica, como já relatamos. Entretanto, a atividade turística demorou para receber incentivo público e se desenvolver no município. A Secretaria Municipal de Turismo foi criada em 10 de março de 1998, mas ficou fechada durante algum tempo, sendo reaberta em janeiro de 2004, quando o atual secretário de Turismo assumiu a sua direção. Atualmente funciona junto com as secretarias de Cultura, Esporte e Lazer e Meio Ambiente.

O PDTUR/MS, elaborado em 2001, foi de extrema importância para o desenvolvimento do turismo no município, pois, a partir da identificação de suas potencialidades e deficiências, a administração pública municipal passou a promover as ações apontadas como importantes pelo plano.

▪ Elaboração de um projeto com estabelecimento das prioridades de melhoria das vias de acesso aos atrativos turísticos;
▪ Desenvolver estudo de capacidade de carga e infra-estrutura turística dos recursos;
▪ Manter contato com os proprietários dos recursos, conscientizando-os sobre o exercício da atividade turística;
▪ Desenvolvimento de projeto de <i>marketing</i> turístico;
▪ Criação de um plano estratégico de fomento da atividade turística no espaço rural e natural;
▪ Criação de um grupo de trabalho para a conscientização da necessidade da melhoria paisagística urbana;
▪ Criação de incentivos para fomentar a melhoria e recuperação de áreas descaracterizadas;
▪ Formulação de parcerias públicas e privadas com o objetivo de facilitar a orientação técnica no desenvolvimento de projetos específicos;
▪ Informar e conscientizar a população do conteúdo do Plano de Desenvolvimento Turístico do Município, ressaltando a responsabilidade da iniciativa privada na exploração dos equipamentos turísticos (meios de hospedagem, alimentação, transportes transporte ], comércio de artesanato, lazer etc.);
▪ Aplicar estudos de confronto entre a oferta e a demanda objetivando originar políticas de crescimento sustentável;
▪ Implantar mecanismos de controle e fomento de empreendimentos turísticos;
▪ Implantar o ecoturismo na Unidade de Conservação do Parque Estadual do Taquari.

**Quadro 5: Diretrizes consideradas importantes pelo PDTUR/MS para o desenvolvimento do município de Costa Rica/MS**

Fonte: PDTUR (2001).

Porém, apesar desse estudo, foi somente a partir de 2004 que a administração pública começou a implementar essas diretrizes e investir realmente na atividade turística e o Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú passou a ser o seu principal produto.

A maior parte dos investimentos realizados na área de turismo no município nos últimos quatro anos foi no PANSS. No ano de 2005, foi realizada uma reforma geral no parque (piscina, escadaria, quiosques, pintura, urbanização, calçamento, construção da bilheteria, mirantes, iluminação), com gastos de R\$ 250 mil.

Em 2006 e 2007, foram investidos na atividade turística em Costa Rica cerca de R\$ 199 mil. Nesse ano, a administração pública municipal continuou com investimentos no Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú, principalmente, nos esportes de aventura, como na estruturação da tirolesa e compra de material esportivo. Além disso, houve a construção de uma Casa de Suco dentro do parque, além da compra de 3,84 hectares anexados ao parque. O restante do valor foi gasto na implementação de melhorias em outros atrativos do município, como na Cachoeira das Araras e Água Santa do Paraíso. Também foram investidos em

sinalização turística nesses anos e em fevereiro de 2006, foi contratada uma especialista em turismo para trabalhar na Secretaria Municipal de Turismo.

No ano de 2008, foram gastos cerca de R\$ 1.172 milhão em infra-estrutura na atividade turística. O maior gasto foi com a pavimentação para o PANSS, também foram feitos investimentos na construção de um depósito para os equipamentos de esportes de aventura no parque, construção de um orquidário e instalação de equipamentos para a prática de arvorismo. Foram gastos, ainda, nesse ano com a revitalização e compra de 25 hectares anexados ao Parque Natural Municipal da Laje.

Além desses investimentos realizados, também foram gastos com o Plano de Manejo do parque, com estrutura, divulgação, banda e segurança em carnaval e cerca de com divulgação do turismo – feiras, *sites*, fotos, *banners*, *folders*.

O orçamento estipulado para o ano de 2009 para as quatro secretarias (Turismo, Meio Ambiente, Cultura e Esporte) é de R\$ 2.565 milhões. Para a Secretaria de Turismo especificamente, é de R\$ 988 mil, para serem gastos com material de consumo, funcionários, desapropriação de área, instalações, entre outras atividades. Todos esses custos foram financiados com verba municipal, ICMS ecológico e compensação ambiental quando destinados à atividade turística.

Como se pode observar foi realizado nos últimos anos um alto investimento em esportes de aventura. O entrevistado SP1 relata sobre a importância da promoção de esportes de aventura:

“Sempre tivemos uma idéia de tudo o que é contemplativo você vai ver, cachoeiras todos os lugares tem, aí nós tentamos prender os turistas um ou dois dias aqui, foi quando nós entramos com os esportes de aventura radical, aí começamos com o rafting , fizemos a tirolesa, o arvorismo.”

Ele complementa seu comentário demonstrando a importância do Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú:

“Acho que dessa forma estamos conseguindo dar uma caminhada, e hoje, modéstia à parte, temos um parque que no estado de Mato Grosso do Sul não tem um parque completo como o nosso, que tenha tanta diversidade de esportes, que ele nos dá a oportunidade de fazer rafting, rapel, trilha, arvorismo, nós temos que focar nosso projeto nas atividades.”

Dessa maneira, o município consegue atrair o visitante, oferecendo outros entretenimentos e fazendo com que ele permaneça mais do que apenas um dia, seguindo a teoria de que uma categoria de turismo complementa a outra. E o PANSS busca esse objetivo, oferecer o maior número de entretenimento turístico em um mesmo lugar, mas em união com a preservação do ambiente.

Para atender as diretrizes estipuladas pelo PDTUR/MS, no Plano Diretor de Costa Rica desenvolvido em 2006, também foram definidas algumas diretrizes e estratégias destinadas ao desenvolvimento da atividade turística; além disso, como o turismo está ligado às questões do meio ambiente, cultura e lazer, não se podem esquecer as estratégias de desenvolvimento dessas questões.

O capítulo I do Plano Diretor do município de Costa Rica discute algumas políticas para o desenvolvimento socioeconômico urbano e rural; tem-se como objetivo principal reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida da população. Para que se realize essa política de desenvolvimento, algumas diretrizes devem ser privilegiadas, e entre estas estão algumas ligadas ao turismo, como: o fortalecimento do turismo, explorando sustentavelmente o potencial do território, e incentivo à sensibilização da população para o uso do potencial turístico local.

Pensando nisso, foram estipuladas algumas estratégias específicas para o desenvolvimento do turismo e da cultura no município, definidas no art. 17 da seção VII do Capítulo I do Plano Diretor:

Art. 17. Para o desenvolvimento do potencial turístico e fortalecimento da cultura, o Município implementará o Plano Municipal do Turismo e Cultura, considerando as seguintes estratégias:

- I – preservação de locais de interesses turístico;
- II – programa de incentivos ao Turismo e Cultura, destacando a parceria público-privada para investimentos na área;
- III – elaboração de calendário anual dos eventos no município;
- IV – programa de cooperação técnica e financeira que estimule as práticas culturais;
- V – fiscalização dos serviços turísticos para que sejam de boa qualidade;
- VI – destinação de uma casa de caráter histórico-simbólico como espaço para a Casa da Cultura e a Casa do Artesão;
- VII – obrigatoriedade de que todas as praças tenham espaço adequado para apresentações culturais;
- VIII – incentivo à criação de grupos culturais;
- IX – sinalização identificando ruas, bairros, regiões e locais turísticos;
- X – estruturação do centro de informações turísticas e culturais;
- XI – incentivo e desenvolvimento das atividades de turismo ecológico;
- XII – incentivo à formação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos;
- XIII – obrigatoriedade de elaboração do plano de uso múltiplo dos lagos para futuros empreendimentos hidrelétricos de forma participativa e sendo aprovado pela municipalidade de acordo com a legislação ambiental em vigor;
- XIV – incentivo às iniciativas culturais particulares desde que seja revertido 5% do lucro ao fundo municipal de cultura (PLANO DIRETOR DE COSTA RICA/MS, 2006, p. 20).

Várias dessas estratégias já foram implementadas e podem ser verificadas com mais detalhes nas próximas seções referentes ao estudo de programas relacionados aos ambientes social e cultural, sendo de extrema importância para o avanço da atividade turística no município.

Além dessas estratégias, foram definidas algumas diretrizes para impulsionar o turismo nas áreas vizinhas ao município. Na área urbana do povoado de Lages, onde se localizam o Parque Nacional Municipal Lajes e o Balneário da Laje, o governo municipal pretende promover algumas mudanças, como garantir a coleta seletiva do lixo, conter a ocupação de áreas ambientalmente fragilizadas, fomentar empreendimentos turísticos, elaborar programa urbanístico-paisagístico. Já na área urbana do distrito de Paraíso, onde está localizado o recurso natural Água Santa do Paraíso, não existe nenhuma ação que contemple o desenvolvimento do turismo.

Dentre todas essas medidas estipuladas como necessárias para o desenvolvimento da atividade turística no município, tanto para o PDTUR/MS como para o Plano Diretor Municipal de Costa Rica, a administração pública conseguiu realizar algumas ações que podem ser visualizadas no Quadro 6.

- Realização de palestras e <i>workshop</i> na área do turismo para profissionais da rede hoteleira, restaurantes, comércio e população em geral;
- Criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e Conselho Deliberativo do Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú;
- Contratação de bacharel em Turismo em 2006;
- Realização de 02 FAMTUR (visita técnica com agências e operadoras nos pontos turísticos);
- Realização de três edições do Curso de Formação de Monitores Ambientais, sendo capacitados 90 (noventa) monitores ambientais;
- Incentivos para a abertura de novos empreendimentos no setor turístico (meio de hospedagem);
- Melhoria na malha viária de acesso aos pontos turísticos;
- Apoio aos empreendimentos turísticos: Cachoeira das Araras, Água Santa do Paraíso, ao Parque Estadual das nascentes do Rio Taquari e Parque Nacional das Emas;
- Construção de infra-estrutura turística no Parque Natural Municipal da Laje;
- Implantação de placas de sinalização turística;
- Construção do Centro de Atendimento ao Turista e Casa do Artesão na Praça Central;
- Iniciação da construção do Centro de Eventos Ramez Tebet;
- Revitalização do Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção do portal de entrada, almoxarifado, Casa do Suco, Orquidário, escadarias e trilhas suspensas;</li> <li>• Elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú;</li> <li>• Criação de circuitos para a prática de esportes de aventura (arvorismo, rapel, rafting e tirolesa) e aquisição de materiais para o desenvolvimento das atividades de esporte de aventura;</li> </ul>
- Apoio na criação da Associação de Guias e Monitores Ambientais de Costa Rica – AGMA;
- Participação no Fórum de Turismo Rota Norte MS, uma estância de governança que começou a ser constituída em julho de 2008, na cidade de Coxim, no Coxim, da qual a assessora de Turismo de Costa Rica é a secretária. O governo do Estado foi o idealizador do fórum, mas ele foi uma recomendação do Ministério do Turismo;
- Estabelecimento de parceria com instituições turísticas, com intuito de regulamentação e fiscalização do desenvolvimento do <i>trade</i> local;
- Criação de roteiros turísticos;
- Criação e confecção de material promocional ( <i>banners, folders, flyers</i> e CDs);
- Criação de sites de turismo de Costa Rica ( <a href="http://www.parquesaltosucuriu.com.br">www.parquesaltosucuriu.com.br</a> e <a href="http://www.costaricams.com.br">www.costaricams.com.br</a> );
- Contratação de fotógrafo profissional para captação de imagens dos pontos turísticos;
- Participação em Eventos Estaduais e Nacionais de Turismo (I Salão de Turismo de Mato Grosso do Sul, II e III Salão Nacional de Turismo, I Congresso Nacional de Ecoturismo, V Feira Nacional de Turismo Rural, V Congresso de Unidade de Conservação).

**Quadro 6: Ações realizadas para o desenvolvimento do turismo no município de Costa Rica/MS no período de 2004/2008**

Fonte: Secretaria de Turismo Municipal (2009).

Percebe-se que o poder público municipal vem buscando o desenvolvimento dessa atividade no município, procurando fazer com que os agentes privados se organizem e participem. Mas pode-se verificar que grande parte das ações desenvolvidas pelo município foram no sentido de divulgar seus atrativos turísticos. Conforme o entrevistado SP2:

“A gente está participando mais em eventos, então nós participamos agora do primeiro salão estadual do turismo e nós estivemos lá fazendo a divulgação do nosso material do Parque Natural Municipal, que é o nosso produto, que é o que nós podemos divulgar com firmeza porque está pronto para receber o visitante.”

São confeccionados *banners*, para divulgar em eventos, e *folders* para fornecer aos visitantes, para que eles divulguem o município em suas localidades. Todo esse material é financiado pelo poder público municipal.

Uma forma de apoio do governo federal aos municípios é quanto à confecção do material de divulgação, mas não em termos financeiros, e sim quanto à informação que devem disponibilizar no material.

Pode-se observar que as medidas de divulgação realizadas pelo município são as medidas realizadas também pelo estado. O governo estadual trabalha com as feiras nacionais, feiras internacionais, *road shows* e agora está começando a trabalhar com outras além das feiras específicas de turismo. Quando os municípios participam juntamente com o estado, não precisam arcar com custos com o espaço físico que irão ocupar, mas só terão o gasto com o material de divulgação e com o envio de um representante para fazer essa divulgação.

Os agentes públicos estaduais realizaram, com o propósito de divulgar o turismo no estado, o Salão Estadual de Turismo em 2007. Esse evento foi constituído para ser um evento bienal, onde existe um espaço para que cada região possa mostrar os seus municípios e seus produtos, além do espaço para a rodada de negócios. Ali estão operadoras nacionais e internacionais para fazer a comercialização nessa rodada de negócios. Nesse evento a Rota Norte apresentou 11 roteiros, entre eles um internacional. Isso demonstra um avanço não só em termos de quantidade, mas também de qualidade dessa região em relação à atividade turística.

Essas são as medidas institucionais, porém, conforme o entrevistado SP4, comercialmente o ideal é que as agências, os donos dos atrativos e a Secretaria de Turismo Municipal elaborem um roteiro integrado de qualidade para que as operadoras possam comercializá-lo. Portanto, os empresários da região devem se organizar, estabelecer e formatar os roteiros e entregá-los para a operadora comercializá-los.

#### 4.2.3.2 O potencial turístico de Costa Rica na concepção do setor público: aspectos favoráveis e desfavoráveis

Costa Rica tem um amplo potencial para ser um pólo turístico em Mato Grosso do Sul como se pode observar na seção em que está demonstrada a oferta do município; o próprio governo estadual reconhece que é um importante município na Rota Norte, o que pode ser constatado nos comentários do agente SP4:

“Costa Rica sem dúvida nenhuma é um dos principais municípios turísticos que nós temos na região. [...] já recebeu o asfalto indo por Chapadão do Sul, então isso viabilizou em grande parte a ida para Costa Rica, e eu não tenho dúvida não só do potencial que Costa Rica ainda tem para ser explorado, mas do produto que eles já estão oferecendo hoje, extremamente de qualidade.”

Entretanto, o que é produto efetivamente é apenas o Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú e o Parque Nacional das Emas. O agente SP2 considera que o atrativo Cachoeira das Araras também já pode ser considerado um produto, pois já está com uma estrutura para receber turistas. Porém, o que realmente a Secretaria de Turismo Municipal opera é o PANSS, por ser ela o responsável por esse parque.

Segundo o agente público SP4, o município se estruturou nessa última gestão, conseguindo implantar um produto de alto interesse turístico. E definiu como aspectos favoráveis para o desenvolvimento da atividade turística no município os seguintes:

- A proximidade com o estado de Goiás, pois isto pode aumentar consideravelmente o número de visitantes no município, desde que seja melhor trabalhada;
- O Parque Nacional das Emas, produto reconhecido nacional e internacionalmente, mas precisa ser mais explorado pelo município;
- Os atrativos ainda não explorados como produto na região e os produtos que já estão sendo desenvolvidos com qualidade;

- Os investimentos realizados pelo poder público local de Costa Rica, visto que quando esse agente faz investimentos, ele demonstra para a iniciativa privada que a atividade está se desenvolvendo e faz com que os empresários locais comecem a investir também;
- O Parque Estadual da Nascente do Taquari torna-se um ponto favorável não só para Costa Rica, mas para toda a região próxima, pois a FUNDTUR/MS, juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente, está desenvolvendo um trabalho para transformar os parques estaduais em produtos turísticos. Entre os parques existentes no Estado, três foram selecionados, e um deles é o Parque do Taquari.

Porém, de acordo com o agente SP1, apesar dos aspectos favoráveis oferecidos pelo município, todos, inclusive o próprio governo estadual, vêem o turismo no estado de Mato Grosso do Sul somente como Pantanal e não conseguem ver o resto do estado. Costa Rica tem o Parque das Emas, que é um patrimônio mundial e deve ser valorizado, pois os poucos vestígios de cerrado que restam estão no Centro Oeste.

Percebe-se, conforme os comentários do agente SP1, que o governo estadual, apesar de afirmar reconhecer que Costa Rica tem grande potencial turístico, não desenvolve políticas que estimulem o seu desenvolvimento como faz nas outras regiões do Estado em que o turismo já está estruturado. Deve haver uma sintonia maior entre o setor público estadual e o setor público municipal na preparação e execução de suas políticas.

Já o agente público SP3 constatou outro aspecto favorável para o turismo no município e região, o agronegócio, como pode ser observado em seu comentário:

“Eu vejo assim, que a região tem suas belezas naturais e o agronegócio, não só o turismo de contemplação, mas o agronegócio. Porque o agronegócio da região, ele é de tecnologia avançada, e não só em Costa Rica, mas em toda a região.”

Na região existem grandes e importantes propriedades rurais que se utilizam de alta tecnologia de produção e são referência na criação de animais e na produção de algodão e soja.

O agente SP3 acredita que é possível desenvolver um agroturismo no município, desde que seja em parceria com Chapadão do Sul, promovendo um intercâmbio de tecnologia e conhecimento. Segundo ele, Chapadão do Sul fica na frente de Costa Rica na questão do turismo tecnológico nas propriedades. Em Costa Rica, a Fazenda SLC Planalto desenvolve esse turismo. Portanto, acredita-se que a atividade de turismo tem grande possibilidade de se desenvolver juntamente com o agronegócio.

O agente SP2 Costa Rica complementa em seu relato:

“Acho que ponto forte nosso aqui é a paisagem mesmo, é a beleza natural que nós temos, de estar desenvolvendo essas propriedades rurais. Assim tá fazendo com que os proprietários desenvolvam uma visão de que o turismo é uma atividade que gera muito dinheiro também, não é só a pecuária. E estar fazendo com que eles se conscientizem e venham junto da administração, junto com poder público, estar tendo o fomento da atividade mesmo, na parte da infraestrutura, que a gente já tá operando, a parte receptiva que a gente não tem.”

Conforme o comentário do agente público municipal SP2, o maior ponto favorável ao desenvolvimento da atividade turística no município são os seus atrativos naturais, mas estes devem ser transformados em produtos turísticos, ou seja, devem fornecer uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento dessa atividade. E esse é o maior ponto fraco, conforme esse agente; para resolver isso, seria necessários investimentos em agências, hotéis e transportadoras.

Quanto aos aspectos desfavoráveis, o agente SP4, destaca o acesso, não apenas pela distância, mas também pelas condições das estradas que ligam essa cidade aos demais municípios. Na saída de Campo Grande para a região, a rodovia conhecida como BR-163 demonstra ser um sério problema para o desenvolvimento do turismo em toda a Região Norte; por causa das condições em que se encontra, tornou-se extremamente perigosa para o visitante. O problema é que Campo Grande, por ser a capital do estado, transformou-se no eixo de ligação entre as cidades do interior, pois é o ponto de chegada dos visitantes, visto que

é ali que se localizam o aeroporto e a maioria das empresas rodoviárias. Então, muitas pessoas preferem se deslocar para outras regiões do estado que possuem uma infra-estrutura viária melhor, como Aquidauana, Jardim e Bonito.

Outra questão relacionada ao acesso são as estradas que ligam Costa Rica aos demais municípios da região, como Alcinópolis e Figueirão, e ainda aos estados de Mato Grosso e Goiás, e que não são pavimentadas.

Portanto, pode-se considerar como os principais aspectos desfavoráveis para a atividade turística no município a estrutura, ou seja, a falta de adesão e sensibilização por parte da iniciativa privada, e a infra-estrutura viária.

Além disso, falta uma presença mais efetiva do estado nesse município. Apesar de considerar o município importante na Rota Norte, com potencial para se tornar um pólo turístico dentro do estado, não são realizadas ações no sentido de promover o crescimento da atividade em Costa Rica, apenas medidas em termos gerais, ou seja, ações que contemplam todo o estado. O governo municipal é quem está realizando todo o processo de coordenação da cadeia para desenvolver essa atividade. Talvez falte um pouco de entrosamento entre todas as esferas de governo e falta esse município divulgar os seus feitos e suas vitórias, ou seja, deve realizar um estudo de demanda e um estudo econômico e demonstrar a sua real importância para o estado.

#### **4.2.4 Comunidade e turistas**

A participação da comunidade é de extrema importância para o desenvolvimento da atividade turística de uma localidade. Quando questionado sobre a aceitação do turismo pela comunidade local, o agente SP2 relata:

“Nós sentimos que sim, nós sentimos que realmente ela tá receptiva ao visitante, então os visitantes, quando passam e deixam lá no parque a impressão que teve do município, a gente consegue ver que a população tem vontade de que o turismo chegue no município e que ela seja de alguma forma beneficiada. Falta um pouco de

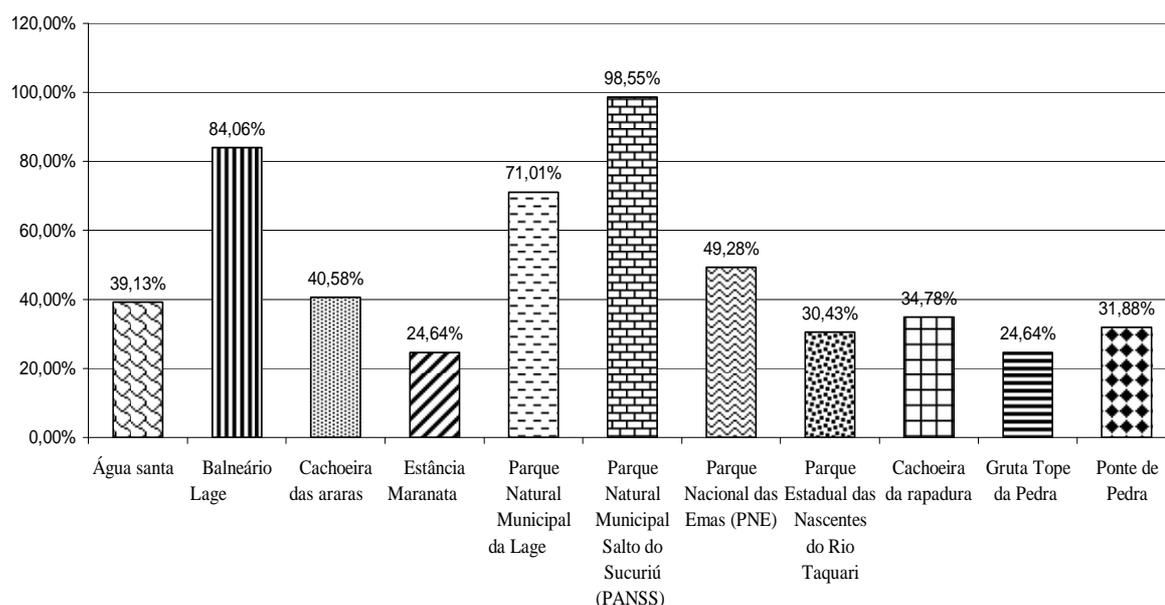
engajamento? Talvez falte. Falta um pouco talvez de interação com a comunidade? Talvez falte, mas a gente acredita que sim, que a comunidade aceita o turismo, que a população visita o parque, o lazer da comunidade de Costa Rica é ir com a família fazer um churrasquinho no parque, passar a tarde lá de lazer.”

Todos os entrevistados do setor público acreditam que o município tem a visão de que o município tem potencial para desenvolver a atividade turística e que o poder público está procurando desenvolver ações no sentido de promover esse potencial.

Em uma pesquisa realizada com 69 moradores do município, pode-se constatar que a comunidade local está de acordo com os entrevistados do setor público: 100% da população entrevistada responderam acreditar que Costa Rica tem potencial para ser um pólo turístico no estado. Dos entrevistados, 65,22% eram do sexo feminino e 34,78% do masculino. Dos pesquisados, 63,77% são solteiros, 33,33% são casados e 2,90% divorciados. A maioria da população entrevistada (53,62%) tem entre 15 e 25 anos; 30,43% tem entre 26 e 35 anos; 14,49% fica na faixa de 36 a 45 anos e 1,45% acima de 45 anos.

Além de acreditarem nesse potencial turístico, essas pessoas desfrutam dos recursos turísticos naturais oferecidos pelo município, visto que 86,96% dos entrevistados afirmaram ter o hábito de freqüentar os pontos turísticos existentes no município, e apenas 13,04% disseram que não freqüentam; isso pode ser visualizado no Gráfico 1.

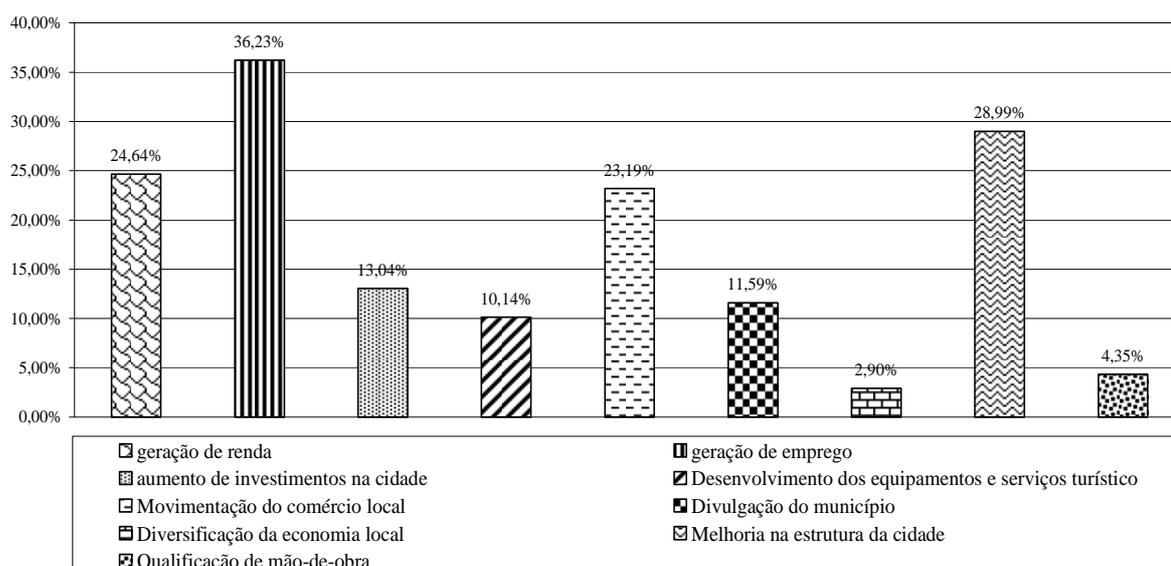
Por esse gráfico, pode-se perceber que a comunidade local está explorando os atrativos existentes na cidade, principalmente o PANSS. Esse, que já é um atrativo consolidado no município e visitado por turistas, serve também como uma área de lazer para a comunidade costarricense. Esse maior índice de freqüentação se dá devido á proximidade do parque com a região habitada do município, além da infra-estrutura que ele oferece.



**Gráfico 1: Atrativos turísticos naturais de Costa Rica frequentados pela comunidade local**

Fonte: Pesquisa empírica, jan.2009.

Com o desenvolvimento dessa pesquisa, pôde-se constatar que a população local reconhece a importância da atividade turística para o desenvolvimento e crescimento econômico do município. Alguns benefícios destacados na pesquisa podem ser observados no Gráfico 2.



**Gráfico 2: Benefícios do turismo para o município conforme a comunidade local**

Fonte: Pesquisa empírica, jan. 2009.

Como demonstra o gráfico, o principal benefício percebido pela comunidade local é a geração de emprego, apontada por 36,23% dos pesquisados. Em segundo lugar está a melhoria na estrutura da cidade, com 28,99% das respostas; a comunidade reconhece que, com a vinda de turistas para a região, o comércio e os equipamentos turísticos terão que se estruturar para atendê-los, e, conseqüentemente, eles serão beneficiados com a melhoria da qualidade nesses setores. Em terceiro lugar está a geração de renda (24,64%), visto que o fluxo de turistas aumentará a demanda por produtos e serviços no município.

Percebeu-se também com essa pesquisa que a população, além de acreditar no potencial do município para o desenvolvimento da atividade turística, tem percepção dos aspectos favoráveis e desfavoráveis do município. Os pontos destacados pela população podem ser visualizados no Quadro 7.

ASPECTOS FAVORÁVEIS	ASPECTOS DESFAVORÁVEIS
Belezas naturais; Receptividade; Localização privilegiada do município; Organização da atividade; Investimento do poder público municipal; Aspectos culturais; Crescimento econômico do município; Clima favorável; Esportes de aventura; Infra-estrutura do Parque Municipal Salto do Sucuriú; Diversidade de fauna e flora.	Mão-de-obra desqualificada; Dificuldade de acesso aos pontos turísticos (estradas e sinalização); Falta de infra-estrutura dos equipamentos e serviços turísticos (hotéis e restaurantes); Distância dos pontos turísticos; Falta de infra-estrutura nos pontos turísticos; Ausência de agência de turismo; Má conservação das estradas de acesso a outros municípios; Exploração de maneira indevida; Falta de crença por parte da população e empresários no desenvolvimento da atividade; Falta de divulgação do município e dos pontos turísticos; Ausência de guias turísticos na região; Ausência de comidas típicas; Ausência de lugares de lazer noturno.

**Quadro 7: Aspectos favoráveis e desfavoráveis do município de Costa Rica/MS para o desenvolvimento da atividade turística conforme a comunidade local**

Fonte: Pesquisa empírica, jan. 2009.

Entretanto, mesmo diante dessa percepção da sociedade, observa-se que é preciso que os instrumentos de coordenação dessa atividade sejam estimulados para se desenvolverem. Este é o caso do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, que se encontra constituído,

mas não está ativo; sendo assim, todas as decisões são tomadas pela Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, sem a participação da comunidade. Conforme o agente público municipal SP2:

“[...] falta um pouco de interesse em acreditar que Costa Rica realmente tem o potencial, e esse interesse quem tem que ter não é o poder público, é a população também vim buscar isso. Então, a gente sente um pouco falta da população, apesar dela estar participando da atividade, ela não está engajada realmente nas atividades. Porque o COMTUR tem que ser a sociedade civil, não é só o poder público, tem o membro do poder público, mas a sociedade tem que estar engajada realmente em abraçar a causa do turismo e desenvolver junto com o poder público.”

Conforme o entrevistado do poder público estadual SP4, o COMTUR é um instrumento de extrema importância para o desenvolvimento da atividade turística em um local:

“É o que a gente chama de governança local, quer dizer, quando a gente estabelece essa governança local, independente do poder público ela caminha, e daí o poder público tem que caminhar junto, senão ele fica pra trás, porque daí é o povo que quer, são os empresários que levam pra frente.”

Como no município de Costa Rica esse mecanismo não está em funcionamento, o poder público fica responsável por todas as decisões. Porém, na concepção do agente SP4, isso já pode ser considerado uma grande vantagem para o desenvolvimento da atividade turística nesse município, pois o poder público está querendo esse desenvolvimento; basta a sociedade se organizar e reconhecer isso. O agente ainda complementa sua fala dizendo o seguinte:

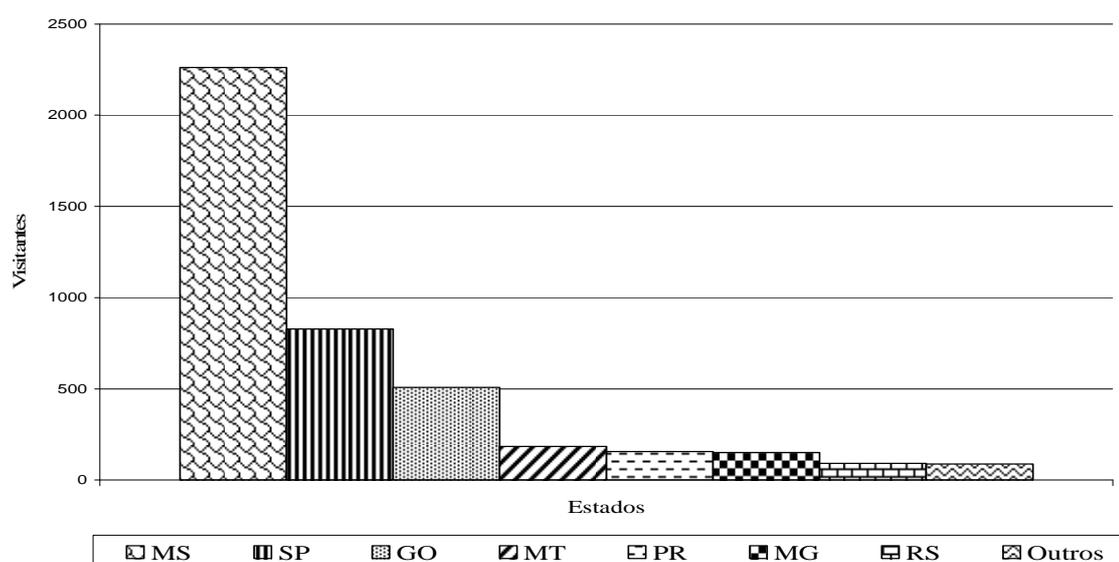
“A sociedade precisa se organizar porque daqui a pouco quem vai desistir é o poder público, e a sociedade não vai poder reclamar. E, pra não deixar isso acontecer, tem que montar o conselho municipal, precisa se organizar [...] acho que essa sinergia que tem que ter, entre o poder público, a sociedade e o estado”.

Portanto, visto que a comunidade tem a percepção de que o município tem potencial turístico e o poder público tem a concepção de que o desenvolvimento local pode ser

promovido pela atividade turística, torna-se necessário que o empresário local acorde e veja essas oportunidades que estão surgindo com o turismo e comece a investir em seus negócios e que a comunidade local, de uma maneira geral, passe a participar mais ativamente do processo de implementação dessa atividade, buscando unir forças e tomar decisões para que ela possa se tornar economicamente sustentável.

#### 4.2.4.1 Percepção dos turistas sobre a atividade turística no município de Costa Rica/MS

Com base nos dados coletados de uma pesquisa de demanda no PANSS realizada pela Secretaria Municipal de Turismo, foi possível identificar a origem dos visitantes no município. Com relação aos estados, a maior demanda de visitantes é interna; em seguida destaca-se São Paulo com 102 visitantes, subseqüentemente estão Goiás, Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, que juntos perfazem 98% do número de pessoas que visitaram o Parque, no período de 2006 a 2008. Contudo, há visitantes de locais mais remotos, como do estado do Amazonas, Roraima e da região nordestina (Gráfico 3). Por essa pesquisa, pode-se observar que a maioria dos visitantes são provenientes do próprio estado de MS, sendo a maioria de Chapadão do Sul e Campo Grande.



**Gráfico 3: Origem dos visitantes do Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú de Costa Rica/MS no período de 2006 a 2008**

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica, 2009.

Analisando estes resultados, nota-se que, em parte, o Parque recebe visitantes dos locais acima referidos devido à sua localização relativamente próxima aos mesmos. Por outro lado, isto está diretamente relacionado às características socioeconômicas do município, uma vez que se trata de uma região fortemente agrícola e que emprega significativa mão-de-obra oriunda da região Sul do país e de São Paulo. Essas pessoas ou estão de passagem no município prestando serviços locais ou residem ali e acabam recebendo a visita de familiares, os quais, normalmente, são levados para conhecer os pontos turísticos do município. Outra característica marcante de Costa Rica se refere à sua na fronteira com outros estados, o que seguramente influencia na visitação aos atrativos oferecidos pelo município.

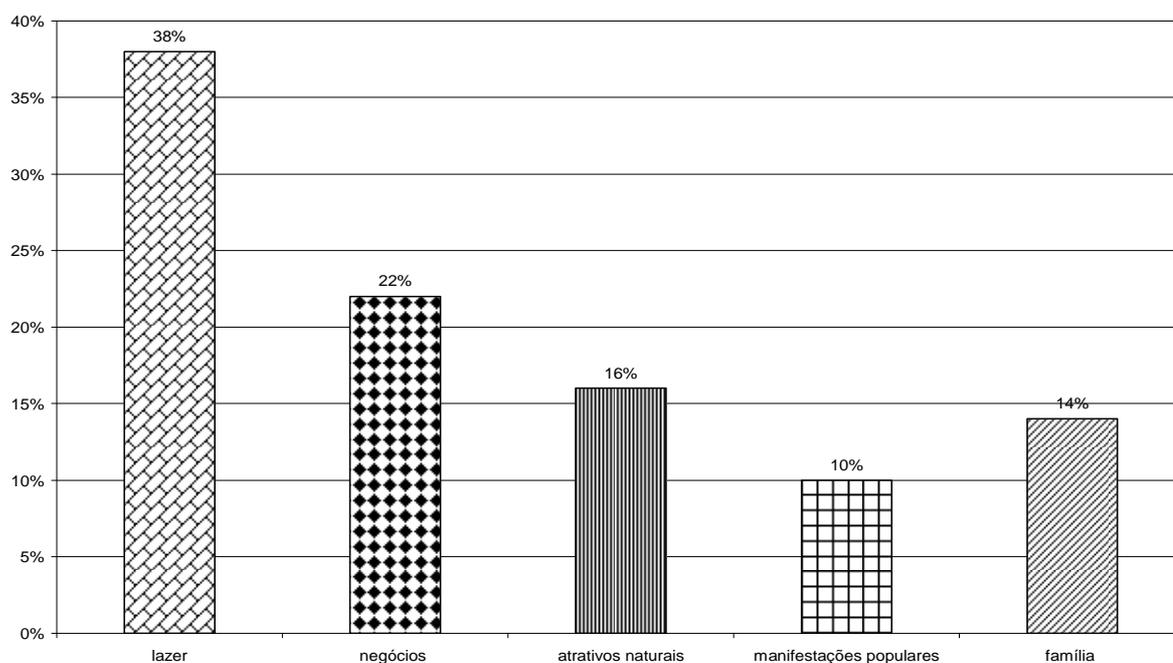
Mas não somente visitantes brasileiros chegam ao Parque, visto que também 78 pessoas de outros países estiveram nele nesse período. Com significativa frequência, esses visitantes vão primeiramente ao Parque Nacional das Emas e agregam Costa Rica a seu roteiro. Isso denota a importância da integração do turismo na região e da criação e implementação de roteiros turísticos regionais integrados envolvendo os estados de Goiás, MS e MT.

Na pesquisa empírica realizada com os turistas neste trabalho, também fica comprovada a presença da população desses estados no município. A maioria (60%) são procedentes do estado de Mato Grosso do Sul, seguidos por Goiás (12%) e São Paulo (10%), e o restante provém de outras localidades, como Paraná, Mato Grosso, Pernambuco, Tocantins e Minas Gerais. Observou-se, ainda, que 46% dos entrevistados visitavam o município pela primeira vez, enquanto que 54% já conheciam o destino.

A Secretaria Municipal de Turismo está procurando realizar uma pesquisa de demanda com os hotéis cadastrados no Ministério do Turismo; assim, poderá quantificar melhor essa demanda no município. Essa parceria ainda não havia sido realizada porque esse cadastro foi efetuado apenas em agosto de 2008. Entretanto, essa medida não trará muitos resultados, visto

que uma pequena parte dos visitantes do município se hospeda em hotéis (16%), outra parte fica alojada em casa de familiares (26%) e 18% em casa de amigos. Mas a maioria, 36% dos visitantes, responderam “outros”, justificando que, por residirem perto do município, deslocam-se para Costa Rica para passar o dia e voltam para seu município de origem no fim da tarde.

Isso também pode explicar o fato de o motivo de visita ao município de maior destaque entre os entrevistados ser o lazer, com 38% dos participantes da pesquisa. Em seguida está o quesito negócios, com 22% das respostas, e em terceiro lugar a visita a familiares, com 14%, conforme o Gráfico 4.



**Gráfico 4: Motivo da visita ao município de Costa Rica/MS**

Fonte: Pesquisa Empírica, jan. 2009.

Verificou-se que o tempo de permanência no município: 60% dos turistas afirmaram permanecer no município menos de três dias, em sua maioria ficavam apenas um dia. A renda familiar média dos visitantes de Costa Rica não pode ser considerada alta, pois 60% deles relataram possuir renda média de 1 a 5 salários mínimos, 36% de 6 a 10 salários e 4% de 11 a 15 salários.

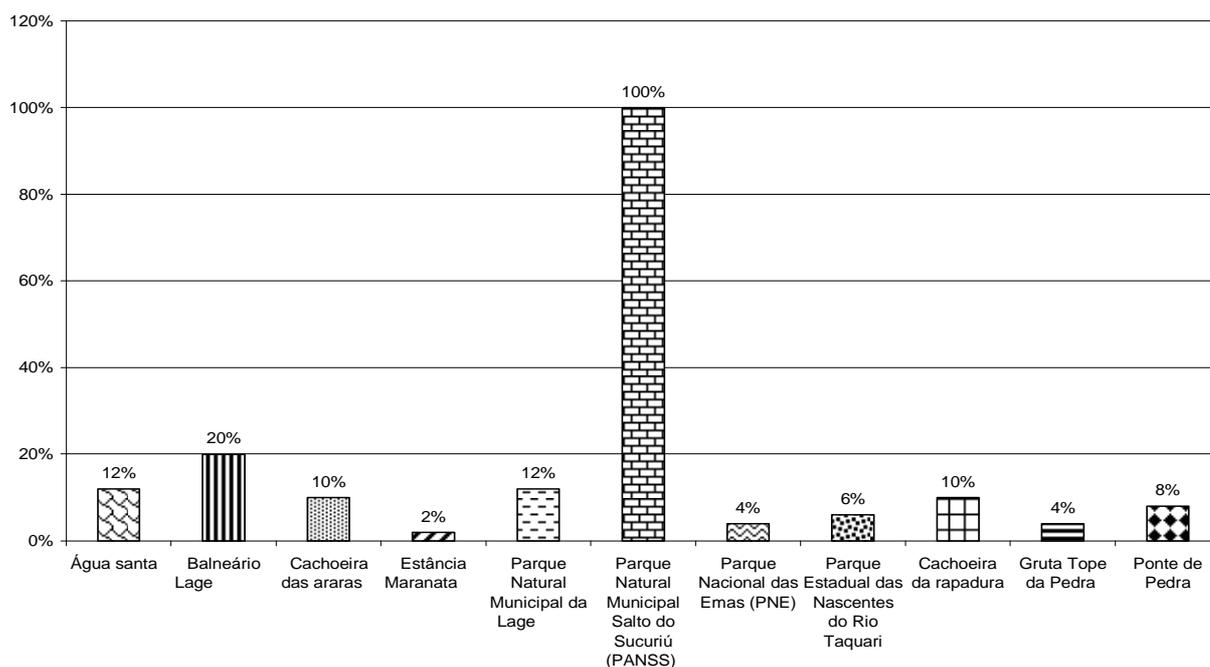
Percebe-se, ainda, que a área de Costa Rica constitui em grande parte uma área de lazer familiar, sendo que 50% dos turistas entrevistados relataram que procuram o município para desfrutar dos atrativos turísticos com sua família e 40% com amigos.

Portanto, verifica-se que Costa Rica/MS serve como centro de lazer principalmente para a comunidade do município vizinho, Chapadão do Sul, e para os municípios mais próximos, como Cassilândia, Paranaíba e Chapadão do Céu, sendo esses os principais municípios emissores de turistas para Costa Rica. Eles buscam desfrutar com suas famílias da paisagem e recursos hídricos oferecidos pelo município, principalmente pelo PANSS.

Entretanto, apesar de ser reconhecido pelos turistas como uma região que serve de lazer, por causa de seus recursos naturais, principalmente a abundância de água, uma pequena parte dos entrevistados indicou conhecer outros atrativos turísticos que o município oferece. O Gráfico 5 demonstra os atrativos naturais de Costa Rica visitados pelos turistas pesquisados. Pode-se visualizar imediatamente a grande diferença do PANSS perante os outros atrativos, mas, apesar de o parque ser o principal produto turístico oferecido pelo município, essa não é a principal explicação, mas esse resultado se deve ao fato de que a pesquisa foi realizada neste local.

Verifica-se que poucos atrativos são conhecidos pelos visitantes; portanto, seria indicada uma maior divulgação dos outros atrativos oferecidos, até mesmo no próprio PANSS, para aumentar o tempo de permanência dessas pessoas no município.

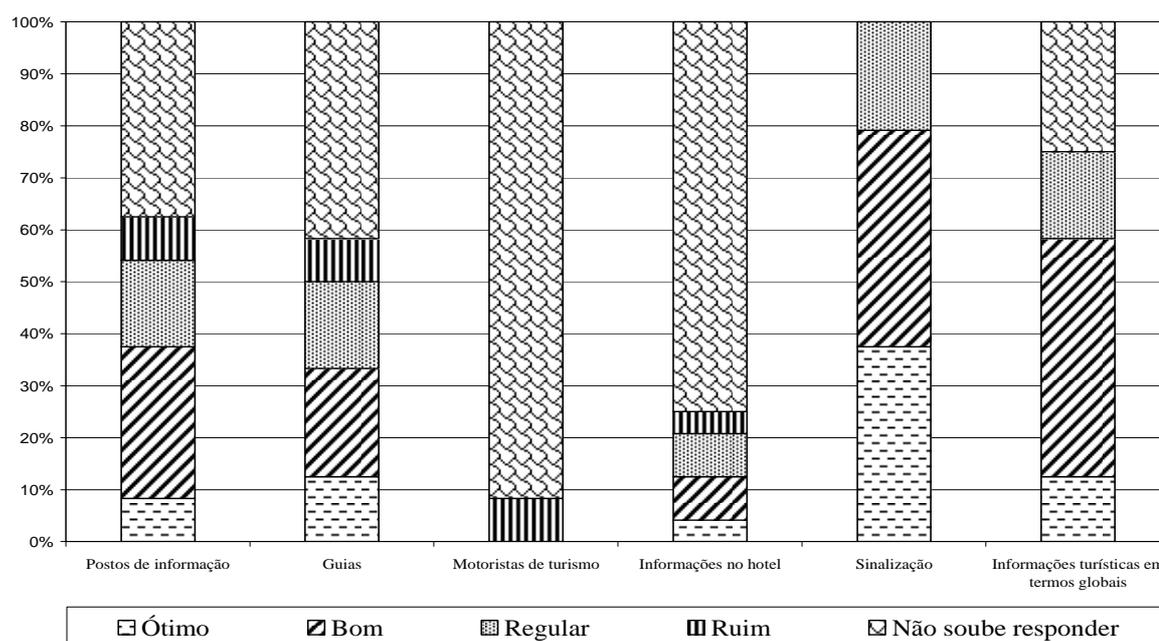
Pôde-se verificar durante a pesquisa que a maioria dos visitantes, 52% dos entrevistados, não procuram obter informações sobre esses outros pontos turísticos, talvez por não existir no município uma agência turística que ofereça maiores informações e serviços como: guias, veículos e motoristas.



**Gráfico 5: Atrativos turísticos naturais de Costa Rica/MS visitados**

Fonte: Pesquisa empírica, jan. 2009.

Mas, diante dos 48% que afirmaram procurar essas informações, conforme o Gráfico 7, 29% consideraram boa a quantidade e qualidade dos postos de informação, enquanto 38% não souberam opinar sobre esse item. Pode-se verificar também que o poder público, responsável por toda a divulgação da atividade no município, vem desempenhando um bom trabalho no que se refere à sinalização dos atrativos turísticos, sendo que 38% dos entrevistados consideraram ótima a sinalização e 42%, boa. Contudo, 46% dos participantes consideraram boas as informações turísticas de uma maneira global.



**Gráfico 6: Opinião dos turistas quanto às informações turísticas no município de Costa Rica/MS**

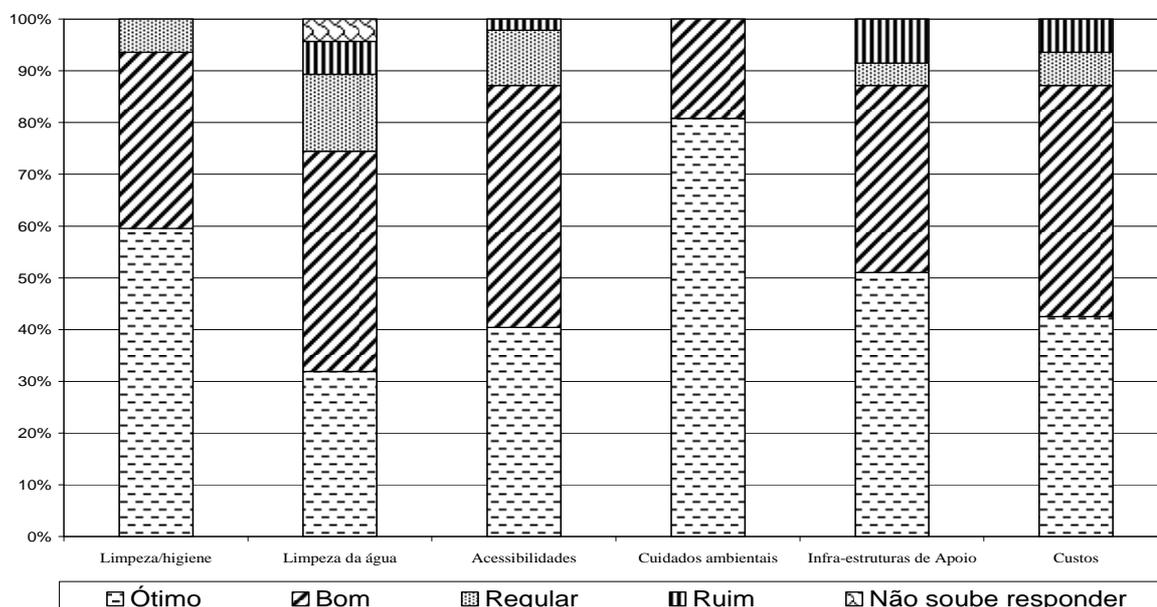
Fonte: Pesquisa empírica, jan. 2009.

Essa falta de conhecimento sobre os serviços de informações pode ser explicada por serem os visitantes de cidades vizinhas e já procurarem o município com o objetivo de conhecer ou desfrutar do PANSS; nesse caso, já procuram diretamente esse local sem se preocuparem com informações sobre os outros atrativos.

Quanto à situação dos atrativos, 47 turistas responderam a questão, porém a maioria fez a avaliação tendo como base o PANSS, único atrativo conhecido por muitos deles. Dos entrevistados, 60% consideram ótima a limpeza/higiene dos locais, 34% a consideram boa e 6% regular. Quanto à limpeza da água, 32% a consideram ótima 43% boa, 15% regular, 6% ruim e 4% não souberam responder. No item acessibilidade, 40% a identificaram como ótima 47% boa, 11% regular e 2% ruim.

Quanto aos cuidados ambientais, 81% dos turistas percebem como ótimos. Quanto à infra-estrutura de apoio, 51% a consideram ótima, 36% boa, 4% regular e 9% ruim, mas são referentes aos outros atrativos turísticos visitados e não ao PANSS. Os custos se apresentaram

aceitáveis para os turistas, sendo que 43% os consideraram ótimos, 45% bons, apenas 6% regulares e ruins.



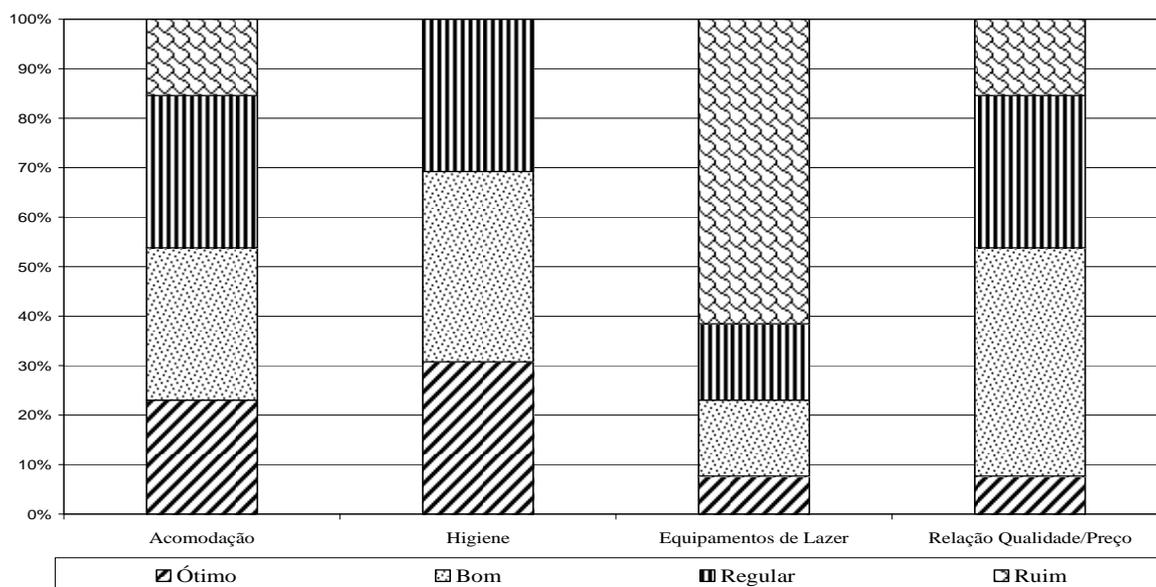
**Gráfico 7: Opinião dos visitantes quanto aos atrativos turísticos de Costa Rica/MS**

Fonte: Pesquisa empírica, jan. 2009.

A renda familiar média dos visitantes de Costa Rica não pode ser considerada alta, pois 60% deles relataram possuir renda média de 1 a 5 salários mínimos, 36% de 6 a 10 salários e 4% de 11 a 15 salários.

Sobre a situação dos alojamentos do município, 74% dos participantes da pesquisa não souberam opinar, sendo que a maioria dos visitantes não ficam alojados em hotéis. Os 26% restantes, como pode ser observado no Gráfico 7, de uma maneira geral consideram o desempenho da rede hoteleira como bom. De acordo com os turistas pesquisados, no critério acomodação o setor hoteleiro do município é considerado bom por 31%, e a mesma porcentagem o considerou regular. Já o critério equipamentos de lazer teve o pior desempenho entre os visitantes pesquisados, sendo considerados ruins por 62% dos entrevistados. Também em relação à higiene e em relação a qualidade/preço, o setor hoteleiro alcançou um resultado considerado bom.

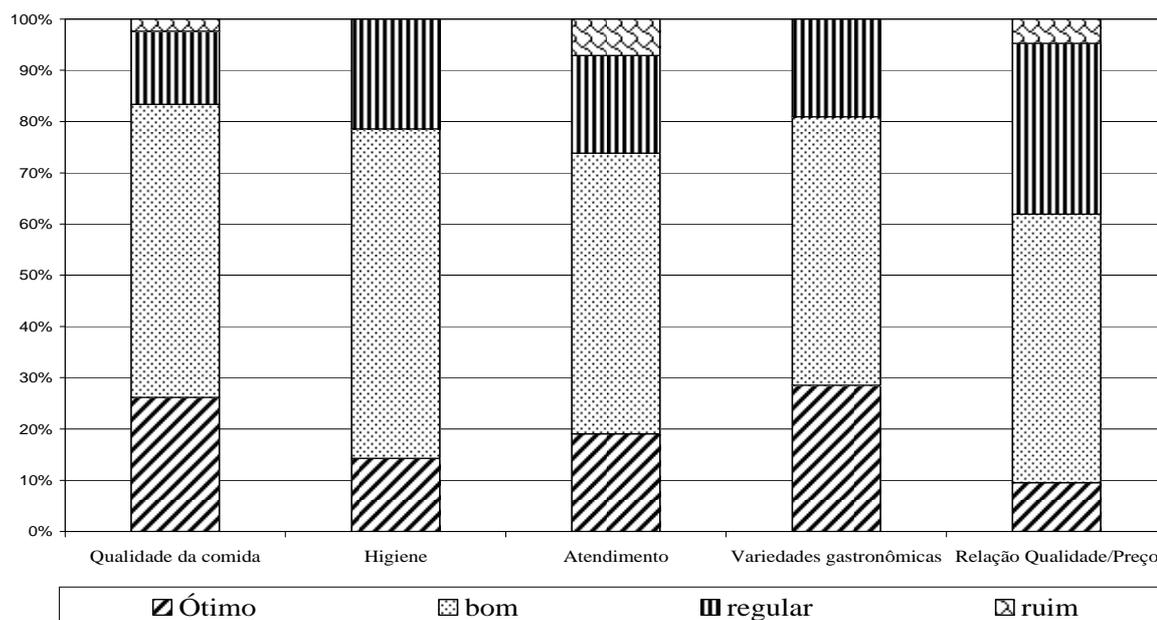
Portanto, percebe-se que a rede hoteleira de Costa Rica, como já foi reconhecido pelos agentes públicos, realmente precisa de mudanças para melhor atender aos visitantes. Mas deve-se considerar a concepção dos agentes privados de que não é viável investir em estrutura para atender um público que não é o público principal do estabelecimento.



**Gráfico 8: Opinião dos turistas sobre a estrutura dos alojamentos de Costa Rica/MS**

Fonte: Pesquisa empírica, jan. 2009.

Apesar das reclamações expostas pelo agente STC1 sobre a satisfação dos turistas com os restaurantes e lanchonetes de Costa Rica, esses tiveram um desempenho considerado bom, como pode ser visualizado no Gráfico 8. Dos 50 participantes da pesquisa, apenas oito não souberam opinar a respeito dos restaurantes e lanchonetes do município, pois não tinham conhecimento dos mesmos. Dos 84% dos participantes da pesquisa que avaliaram a situação dos estabelecimentos, 57% consideraram boa a qualidade do alimento oferecido, 64% consideraram boa a higiene dos locais, 52% consideraram boa a variedade gastronômica, 55% avaliaram como bom o atendimento e 44% julgaram boa a relação qualidade/preço. Percebe-se nesse caso que o setor alimentício está com um desempenho melhor entre os turistas do que o setor hoteleiro.



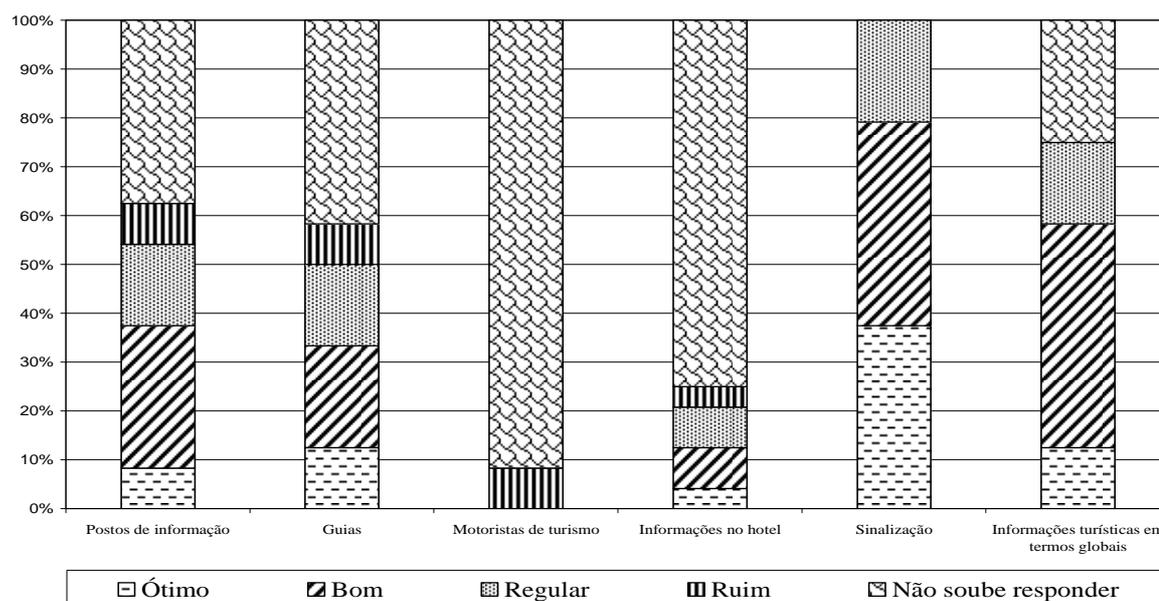
**Gráfico 9: Classificação dos restaurantes e lanchonetes de Costa Rica/MS**

Fonte: Pesquisa empírica, jan. 2009.

O item com maior destaque na avaliação geral dos visitantes quanto aos aspectos turísticos de Costa Rica/MS, como mostra a Gráfico 9, foi a conservação ambiental, considerada ótimo por 63% dos entrevistados dentre os 98% que responderam a questão. Isso demonstra que os esforços promovidos pelo poder público para proteger o meio ambiente, principalmente por ser o principal atrativo turístico, vêm sendo reconhecidos. O item atrativos naturais também merece destaque, sendo considerados bons por 53% dos entrevistados e ótimos por 47%. Esses dois itens não tiveram nenhum apontamento regular ou ruim.

Em relação à hospitalidade, 45% não souberam opinar, pois não têm conhecimento sobre o item, 20% a consideraram ótima, 27% boa e 8% regular.

O item limpeza também se destacou, considerado ótimo por 67% dos entrevistados e bom por 29%; apenas 2% não souberam avaliar, e o mesmo número o julgou regular.



**Gráfico 10: Avaliação dos visitantes quanto aos aspectos turísticos de Costa Rica/MS**

Fonte: Pesquisa empírica, jan. 2009.

Sobre o item saúde pública, 76% dos entrevistados não souberam avaliar, pois nunca necessitaram utilizar esse serviço. Mas daqueles que tiveram acesso a ele, 12% o consideraram ótimo, 10% bom e 2% regular.

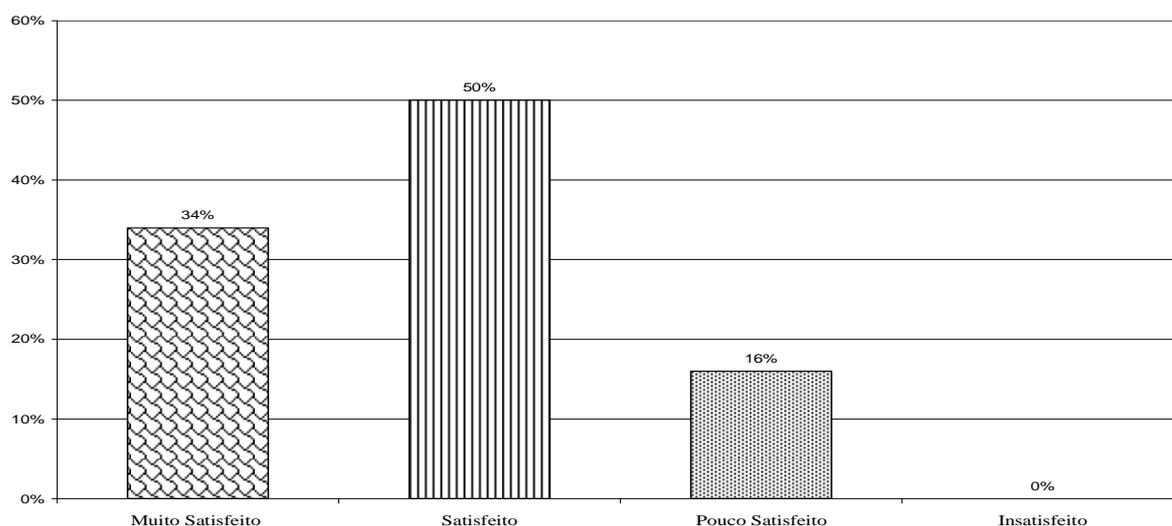
O problema com a falta de conhecimento também ocorreu nos itens segurança pública, com 71% dos entrevistados, saneamento básico, com 84%, e iluminação pública, com 61%. Isso demonstra o que já foi dito anteriormente: os visitantes já procuram Costa Rica com o objetivo de desfrutar do PANSS e muitos nem chegam a conhecer o município, pois permanecem apenas no parque e voltam no mesmo dia.

Dos que responderam e souberam avaliar essas questões, 10% considerou ótima a segurança pública, 10% boa, 6% regular e 2% ruim. Quanto ao saneamento básico, 2% o considerou ótimo e 14% bom. O item iluminação pública foi considerado ótimo por 16% e bom por 22% dos participantes da pesquisa.

O critério transporte de acesso à região analisado obteve uma proporção de 41% de turistas que não souberam opinar, e a explicação disso é que utilizam veículo próprio para se locomover até o município. Ainda nesse item, 29% dos entrevistados o consideraram bom,

12% ótimo, 6% regular, mas 12% o consideraram ruim; as avaliações apontam para problemas de má conservação das rodovias no Estado do Mato Grosso do Sul, bem como problemas na sinalização para se chegar ao município, principalmente por parte daqueles visitantes que utilizam a rodovia BR-163. Outro fator identificado foi o valor das passagens cobradas pelo ônibus, principalmente pela relação qualidade/preço.

Contudo, apesar dos problemas encontrados no município para o desenvolvimento da atividade turística, 50% dos turistas que visitam Costa Rica se sentem satisfeitos e 34% muito satisfeitos; a opção insatisfeito não foi relatada por nenhum dos entrevistados e apenas 16% se sentem pouco satisfeitos, conforme o Gráfico 11.



**Gráfico 11: Nível de satisfação do turista no período de estadia em Costa Rica/MS**

Fonte: Pesquisa empírica, jan. 2009.

Este resultado pode ser explicado pelo objetivo alcançado pelos visitantes das cidades vizinhas, que procuram o município como área de lazer, com o intuito de desfrutar de suas águas, principalmente do PANSS. Isto também explica, como muitos demonstraram na pesquisa, a sua pretensão de retornar ao município.

Portanto, constatou-se que o turismo praticado no município de Costa Rica é um turismo regional, principalmente pelos moradores de cidades próximas ao município. E que o objetivo principal desses turistas não é a contemplação da natureza, e sim o desfrute de seus

recursos hídricos como forma de lazer. Não permanecem muito tempo no município, apenas um ou dois dias, e por isso não costumam utilizar os equipamentos turísticos como hotéis, restaurantes ou informações turísticas. Consideram que o município tem potencial de desenvolvimento turístico e que cuida muito bem do seu meio ambiente.

Com base nesses fatos, o município deveria montar estratégias no sentido de manter esse turista mais dias, divulgando mais seus atrativos além do PANSS, podendo montar pacotes turísticos na própria Secretaria Municipal de Turismo, procurando desenvolver todos os seus atrativos, promovendo o desenvolvimento da atividade turística e beneficiando os demais agentes envolvidos na cadeia produtiva do turismo.

#### 4.3 PRÁTICAS GERENCIAIS E IMPACTOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO

##### **4.3.1 Programas de desenvolvimento ambiental**

###### 4.3.1.1 A importância ecológica de Costa Rica para a conservação do meio ambiente

Em 1998, por ocasião da reunião de trabalho “Ações Prioritárias para Ambiente e Parceiros”, algumas áreas foram selecionadas conforme a prioridade em termos de conhecimento da biodiversidade, enquanto primeiro passo para o empreendimento de ações e estratégias para a conservação, no âmbito dos biomas Cerrado e Pantanal.

O Projeto Corredor de Biodiversidade Cerrado-Pantanal é desenvolvido pela Conservação Internacional-Brasil com o apoio da Agência Americana de Desenvolvimento – USAID, tendo como parceiros, no Corredor Emas-Taquari, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, prefeituras municipais e ONGs locais.

O Corredor Cerrado-Pantanal se estende por mais de 800.000 km<sup>2</sup> nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, sendo composto por três segmentos: Corredor Emas-Taquari, Corredor Serra de Maracaju-Negro e Corredor Miranda-Bodoquena. A

proposta desse projeto é promover o planejamento integrado das áreas naturais a partir do envolvimento comunitário, de modo a assegurar a sobrevivência de populações biológicas representativas ao longo desse corredor, por impedir o isolamento e aumentar a extensão das áreas de sobrevivência efetivas, permitindo o deslocamento e o contato natural entre as populações da fauna e flora, garantindo, assim, o equilíbrio dos ecossistemas e a sustentabilidade dos recursos naturais.

O Cerrado, bioma onde se inserem as Unidades de Conservação, é considerado um dos locais de alta biodiversidade, riqueza de endemismos, mas sob alto grau de ameaça. Fazem parte desse planejamento territorial Unidades de Conservação públicas e privadas e áreas reservadas como reserva legal, áreas de preservação permanente – APP e outras áreas naturais ainda conservadas ou que demandam manejo por serem importantes para a consolidação do Corredor.

Costa Rica/MS constitui um unidade importante no que se refere à conservação ao manejo de paisagens. O PANSS se insere no segmento Emas-Taquari, que interliga as áreas-núcleo Parque Nacional das Emas e o Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari, e, juntamente com o Parque Natural Municipal Templo dos Pilares, Monumento Natural Serra do Bom Jardim (Alcinópolis/MS), RPPN Ponte de Pedra (Costa Rica/MS), contribui para a efetiva conservação do Corredor e sua consolidação. O Parque Nacional das Emas é um dos quatro parques nacionais que fazem parte da Reserva da Biosfera do Pantanal, e Costa Rica possui uma parte do território desse parque.

Uma região contemplada com a qualificação de Reserva da Biosfera torna-se automaticamente componente da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, reconhecida pelas Nações Unidas. Trata-se de uma estratégia em âmbito mundial para responder às ameaças impostas pelas ações humanas ao meio ambiente. O status de Reserva da Biosfera também confere maior garantia no financiamento e promoção do turismo e economia locais, numa

proposta de buscar a harmonia e a compatibilidade entre a conservação do ambiente natural e as populações humanas, que dependem do meio e intervêm constantemente nele.

Portanto, o município de Costa Rica, por possuir várias áreas integradas a essa reserva, tende a se beneficiar, tanto pelas suas obrigações de preservação do meio ambiente natural para a conservação da vida animal e vegetal futura como para a exploração desses recursos de uma forma sustentável como turismo ecológico.

#### 4.3.1.2 ICMS Ecológico e o desenvolvimento ambiental de Costa Rica

De acordo com Torrecilha e Loureiro (2005), denomina-se ICMS Ecológico qualquer critério ou critérios relacionados à busca de solução de problemas ambientais. O ICMS Ecológico no Brasil nasceu sob a égide da compensação, pois era calculado tendo como orientação básica a versão de que os municípios tinham seus territórios “molestados” pelas Unidades de Conservação, devendo ser compensados por isso. Tais critérios são utilizados para a determinação do quanto cada município deverá receber na repartição dos recursos financeiros arrecadados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Ele se tornou uma importante ferramenta de flexibilização das decisões políticas para a criação das Unidades de Conservação – UCs<sup>1</sup>. A institucionalização do ICMS Ecológico no estado pode ser considerado o principal indutor para a criação dos Parques Estaduais em Mato Grosso do Sul, pois todas estas unidades foram criadas a partir da implantação do Programa do ICMS ecológico, entre 2001/2002 (TORRECILHA; LOUREIRO, 2005).

A execução do ICMS Ecológico no Mato Grosso do Sul produziu inicialmente benefícios diretos a 44 municípios, sendo que no ano de 2004 esse número saltou para 53

---

<sup>1</sup> As Unidades de Conservação são porções do território nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituídas pelo poder público com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração e às quais aplicam-se garantias de proteção (MILANO et. al., 2002).

municípios distribuídos pelo Estado. Entre eles está Costa Rica, que possui cinco Unidades de Conservação regularizadas: Parque Nacional das Emas (PNE), Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari, Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú (PANSS), Parque Natural Municipal da Laje e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

As UCs aparecem no contexto do turismo de natureza como uma importante área para o desenvolvimento da atividade. A lei possibilita o uso dessas unidades pelo turismo de forma indireta, e esse uso está definido como visitação pública, estando sujeito às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

De acordo com o agente público SP1, o município recebe cerca de R\$ 120 mil mensais do ICMS Ecológico. Esse valor é repartido, visto que 75% do território do município é uma APA<sup>2</sup>, e o resto é uma Área de amortecimento do Parque das Emas e do Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú.

Na prática, do ponto de vista qualitativo, interessa além de aspectos relacionados à existência e conservação de espécies da flora e fauna, um conjunto de variáveis. Conforme Torrecilha e Loureiro (2005) existe um conjunto de variáveis que contribuem na construção do Sistema Estadual de Unidades de Conservação: qualidade física da unidade de conservação; qualidade biológica da unidade de conservação; qualidade dos recursos hídricos da unidade de conservação e seu entorno; representatividade física da unidade de conservação: qualidade do planejamento, implementação, manutenção e gestão da unidade de conservação planejamento, infra-estrutura, equipamentos, pessoal e capacitação, pesquisa nas unidades de conservação, legitimidade da unidade de conservação para a comunidade, excedente dos termos de compromisso em relação ao conjunto de variáveis de determinada

---

<sup>2</sup> A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria de Unidade de Conservação, voltada para a proteção de riquezas naturais que estejam inseridas dentro de um contexto de ocupação humana. O principal objetivo é a conservação de sítios de beleza cênica e a utilização racional dos recursos naturais, colocando em segundo plano, a manutenção da diversidade biológica e a preservação dos ecossistemas em seu estado original (IBAMA, 2009).

unidade de conservação, desenvolvimento de variáveis específicas para a unidade de conservação, análise suplementar das ações do município prioritariamente nas funções: habitação e urbanismo, agricultura, saúde e saneamento, apoio aos agricultores e comunidades locais, evolução do nível de penalidades (diminuição), no âmbito do município, aplicadas pelos poderes públicos, variáveis especiais relacionadas ao tema e à área protegida.

Como o turismo no município está ligado à contemplação da natureza e, com isso, à conservação do meio ambiente. Os investimentos realizados na área do turismo e meio ambiente são todos efetuados com recursos obtidos da captação do ICMS Ecológico e Compensação Ambiental.

Este fenômeno tem se polarizado nas políticas públicas municipais, em que os municípios têm avançado expressivamente na aplicação maior desta ferramenta, como incentivo à criação e gestão das unidades municipais. Isso revela que o município está bem protegido neste aspecto ambiental.

Verifica-se que o município de Costa Rica/MS está cumprindo todas as variáveis qualitativas consideradas importantes para garantir os repasses do ICMS Ecológico e a proteção de suas Unidades de Conservação. Isso pode ser comprovado quando se verificam as ações do município para a proteção do meio ambiente.

#### 4.3.1.3 Práticas municipais de proteção ambiental

A supressão da vegetação, devido às atividades agropecuárias e seu sistema viário de apoio na região norte do estado, acarretou uma importante pressão em suas bacias hidrográficas, com forte reflexo e conseqüências nos seus recursos hídricos. No município de Costa Rica, as conseqüências dessas ações/atividades levaram a diversos problemas de degradação, com a formação de processos erosivos que passaram a afetar a bacia do rio Sucuriú, através do transporte e deposição de sedimentos.

Visando recuperar essas áreas degradadas e proteger o meio ambiente, de acordo com o relatório de atividades da prefeitura municipal de Costa Rica, foram realizadas as seguintes ações relacionadas ao desenvolvimento do meio ambiente no município, constantes no quadro abaixo.

– Reflorestamento: plantio e manutenção de 8.790 mudas em diversas partes do município com a participação de alunos da rede municipal de educação, além do cercamento e reflorestamento de 30 m no lago da Usina Hidrelétrica de Costa Rica;
– Projetos de reciclagem de lixo, com palestras de educação ambiental nas escolas e no Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú;
– Programa de formação de monitores ambientais no Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú e Parque Nacional das Emas e entorno;
– Placas de sinalização ambiental nas rodovias CR 16 e MS 223;
– Criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente;
– Participação em congressos e seminários direcionados à área ambiental;
– Participação no curso de vigilância em saúde ambiental;
– Criação da área de proteção ambiental nas nascentes do rio Sucuriú, com conselho gestor atuante e zoneamento publicado no diário oficial do estado;
– Aquisição de áreas para o Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú, hoje com uma área de 57 hectares, com projeto de adquirir mais 30 hectares;
– Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú em fase de elaboração;
– Parque Natural Municipal da Lage, na comunidade da Lage, com abertura de novas trilhas e manutenção das existentes;
– Apoio ao Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari,
– Recuperação das nascentes do Grota Funda, no Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú.

**Quadro 8: Ações de desenvolvimento do meio ambiente promovidas pelos agentes públicos no município de Costa Rica/MS**

Fonte: Relatório de atividades da Prefeitura Municipal de Costa Rica, 2009.

Além das ações praticadas pela Secretaria do Meio Ambiente e o poder público, constam no capítulo IV do Plano Diretor do município, responsável pelos recursos naturais, as seguintes diretrizes: proibir a pesca por três (3) anos no rio Sucuriú, desde a altura do Salto Sucuriú em Costa Rica até a divisa com Chapadão do Sul e Água Clara, a contar da data de publicação desta lei, ou seja, desde 2006; incentivar a criação de unidades de conservação; promover o manejo sustentável e ações de combate ao tráfico de espécies, incidentes sobre a flora e a fauna criar, em áreas de cerrado, espaços para coleta de matéria-prima para o trabalho dos artesãos locais (frutos nativos, madeiras, raízes etc.), através do manejo sustentável; preservar áreas de entorno de cavidades (cavernas, grutas, cânion); garantir a proteção das nascentes e cursos fluviais.

Para que isso ocorra, algumas estratégias foram estipuladas no sentido de atender as diretrizes estipuladas pelo Plano Diretor do município. Elas se encontram no Art. 23 desse plano: estudo da desapropriação de áreas do entorno do PANSS visando ampliação e proteção da unidade de conservação; fomento à criação de RPPN a partir de estudo e indicação de áreas; estudo e indicação de áreas para pesquisa, preservação e recuperação ambiental; plano de manejo dos mananciais e do sistema de abastecimento de água do município; criação de unidades de uso sustentável voltadas aos produtos do cerrado; proteção, fiscalização e monitoramento das áreas legalmente protegidas; confecção de um mapa de remanescentes de vegetação e declividade de forma a identificar as áreas legalmente protegidas; obrigatoriedade das compensações ambientais e financeiras dos futuros empreendimentos de grande porte serem definidas de forma participativa com a sociedade e em audiência pública; criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente; aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental nas proximidades do empreendimento.

Percebe-se, portanto, nesse capítulo do Plano Diretor, que as ações promovidas foram realizadas no sentido de atender as diretrizes estipuladas para a preservação do ambiente e que existe um paralelo entre essa preocupação com o meio ambiente e a promoção do turismo no município; ou seja, um complementa o outro, principalmente em relação à preservação dos recursos naturais e hídricos para a prática do ecoturismo.

Segundo o agente público entrevistado SP1:

“Paralelo ao turismo nós evoluímos muito na questão ambiental, e nós não tínhamos essa energética.”

Fica claro na pesquisa que a grande potencialidade turística no município é o elemento paisagista e ambiental; portanto, deve existir uma forte relação dessa atividade com o órgão ambiental.

Conforme o Plano Diretor municipal existe uma preocupação com o solo na zona de proteção ambiental quanto ao uso, à ocupação e ao parcelamento do solo, que será regulado

em lei municipal específica, para as áreas localizadas no entorno das Unidades de Conservação, quando da instalação de futuros empreendimentos ou ampliação dos já existentes. O uso do solo fica classificado em: residencial – aquele destinado a moradias consolidadas; não-residencial – aquele destinado à implantação de áreas verdes. Na zona de proteção ambiental serão admitidas atividades referentes a pesquisa e turismo sustentável somente se compatíveis com os objetivos de conservação da zona.

Este ordenamento territorial faz-se necessário frente ao rápido avanço da fronteira agrícola e à intensificação dos processos de urbanização e industrialização, associados à escassez de recursos orçamentários destinados ao controle dessas atividades.

Em Costa Rica existe uma preocupação, principalmente, com a chegada de novas empresas na cidade, como uma Usina de Energia Renovável no município e duas no município vizinho, Chapadão do Sul, e duas empresas têxteis. A preocupação principal é com o impacto ambiental causado por essas empresas. Porém, existe no município um zoneamento agro-ecológico definindo as áreas que poderão ser ocupadas por empresas e contendo todas as regulamentações que estas devem cumprir quanto à preservação do meio ambiente.

Para amenizar os impactos causados pelas empresas, existe a Compensação Ambiental<sup>3</sup>. O município de Costa Rica recebeu uma compensação ambiental no valor de R\$ 98 mil de uma das usinas instaladas no município de Chapadão do Sul, devido à presença de uma parte do plantio no território do município. Uma parte da compensação foi repassada para que a Secretaria de Turismo pudesse investir na revitalização do Parque Natural

---

<sup>3</sup> A Compensação Ambiental é um mecanismo criado para contrabalançar os impactos sofridos pelo meio ambiente, identificados no processo de licenciamento ambiental no momento da implantação de empreendimentos. Os recursos são destinados à implantação e regularização fundiária de unidades de conservação, sejam elas federais, estaduais ou municipais. Conforme IEF (2009), ela foi instituída pela Lei 9.985 (18/072000), que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). É aplicada para empreendedores privados e públicos. A avaliação do grau de impacto é feita a partir dos estudos ambientais solicitados pelo Câmara de Proteção da Biodiversidade (CPB) do Copam no processo de licenciamento ambiental.

Municipal da Lage. O restante foi repassado para o Parque Estadual da Nascente do Taquari e, o município de Chapadão do Sul ficou com R\$ 200 mil dessa compensação.

O município ainda espera a compensação ambiental da usina de Costa Rica. Essa compensação será de cerca de R\$ 1 milhão, mas não se sabe o percentual desse valor que será investido na atividade de turismo.

Portanto, verifica-se que a chegada dessas empresas ao município não vai prejudicar a atividade turística, pelo contrário, provou beneficiar essa atividade a partir de seus recursos financeiros para a preservação do meio ambiente. Além disso, essas empresas estão localizadas a uma distância dos atrativos turísticos, de modo que não causam impactos sobre eles. Neste caso, pode-se considerar possível a conciliação das duas atividades; tanto o desenvolvimento industrial quanto o desenvolvimento do turismo podem acontecer com harmonia.

Porém, entre os problemas ambientais existentes no território de Costa Rica está a má destinação dos resíduos sólidos. Apesar de o município contar com um Centro de Triagem/Reciclagem e um Aterro Sanitário, o destino dos resíduos sólidos ainda não é o mais adequado, uma vez que o Aterro Sanitário (lixão) do município não é manejado corretamente e os resíduos sólidos que chegam ao Centro de Triagem/Reciclagem são de baixa qualidade. A falta de sensibilização da comunidade a respeito da coleta seletiva é um dos fatores que contribui para a existência deste problema ambiental.

O saneamento básico da cidade de Costa Rica é de responsabilidade do Sistema Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, o qual adota um conjunto de procedimentos visando proporcionar condições sanitárias satisfatórias aos habitantes do município. Entre eles estão o tratamento e o abastecimento de água em área urbana, serviço de esgoto, limpeza de vias públicas e coleta de resíduos sólidos.

Esse órgão contratou uma empresa terceirizada que trabalha diariamente nas ruas da cidade, a Usina de Reciclagem de Lixo – Viva Verde de Costa Rica. Mas, conforme o agente SP2, o poder público tem trabalhado com a população para conscientizá-la da importância da coleta seletiva; a parte complicada é a parte educacional.

A Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente realizou, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, um diagnóstico relacionado à questão de resíduos sólidos. Com isso percebeu-se a necessidade do desenvolvimento de atividades, projetos e ações de sensibilização e educação ambiental para a comunidade, buscando o envolvimento da população em ações relacionadas à questão de resíduos sólidos e coleta seletiva, de forma a assegurar sua efetiva participação e, conseqüentemente, sua melhor qualidade de vida.

Mas a problemática dos resíduos sólidos afeta diretamente a Unidade de Conservação, tendo em vista que muitos dos resíduos destinados inadequadamente na área urbana têm como destino final o rio Sucuriú, o qual perpassa o PANSS.

Mutirões de limpeza no segmento do rio que limita o Parque Municipal e no percurso do rafting são realizados freqüentemente por monitores ambientais e membros da comunidade que já se sensibilizaram com a causa; no entanto, esta é uma ação paliativa, e esse quadro só se reverterá quando o problema for sanado em sua origem e não na contenção do efeito.

Pensando nisso, algumas iniciativas de educação ambiental formal e não-formal foram elaboradas nas Escolas de Costa Rica, com o objetivo de conscientizar e orientar a comunidade escolar em relação a questão dos resíduos sólidos. Iniciativas formais: Projeto de Educação Ambiental Chico Mendes, Projeto de Educação Ambiental Trama das Ciências: Desenvolvendo a Educação Ambiental no Parque Nacional das Emas. Não formais: Rota do Saber (leva cursos e palestras) – Costa Rica; Projeto Sala Verde Lobo-Guará; Projeto Municípios do Corredor de Biodiversidade; Projeto de Resgate das Reservas de Cerrado.

A Educomunicação é outro instrumento que vem sendo utilizado pela Secretaria de Meio Ambiente, Turismo, Cultura e Esporte do Município de Costa Rica e pelo Núcleo de Educação Ambiental de Costa Rica (NEA-CR) e está sendo priorizado dentro do planejamento de ações de manejo nos programas de Educação Ambiental e Integração com o Entorno. Os meios de comunicação mais utilizados são rádio, internet, jornais locais e TV, nesta ordem.

No Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú, o lixo é coletado semanalmente, e a separação do lixo orgânico do reciclável é realizada pelos próprios funcionários do parque, que fazem a venda das latas e do plástico. O retorno das vendas vai para a AGMA – Associação de Guias e Monitores Ambientais do município. A associação tem como objetivo aprimorar os trabalhos dos guias e monitores de Costa Rica tanto na parte esportiva como de natureza, além de defender a classe e os direitos dos mesmos, mas não tem uma associação de turismo.

Percebe-se, no caso da variável ambiental, que todos os entrevistados disseram ser o turismo uma atividade que protege o meio ambiente, quando comparada com as atividades tradicionais. Existe uma fiscalização formal e informal realizada pelo poder público e pela comunidade, que contribui para a não ocorrência de comportamentos prejudiciais em relação ao meio ambiente.

Percebe-se que existe uma preocupação muito grande com a preservação do meio ambiente em Costa Rica; isso torna-se importante para o desenvolvimento do turismo, visto que o turismo predominante no município é o ecoturismo, ou seja, baseado na paisagem. O poder público está ciente da importância desse meio ambiente para o município e, por isso, busca controlar e fiscalizar as práticas de empresas e civis, além de promover eventos no sentido de conscientizar a população sobre a importância dessa preservação do meio ambiente.

### **4.3.2 Ações de desenvolvimento social no município de Costa Rica/MS**

O desenvolvimento econômico do município se articula com as demais políticas setoriais, objetivando a redução da desigualdade social e a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse sentido, o poder público local tem procurado desenvolver diversos programas para incentivar o desenvolvimento do município.

Para isso, alguns programas sociais são desenvolvidos, como o programa chamado Projeto Rica Trama, criado pela Secretaria de Promoção Social, tendo como parceira a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento. É formado por uma associação de mulheres de Costa Rica que fazem trabalhos manuais com o algodão, através de cursos oferecidos pela prefeitura em parceria com o SEBRAE/MS – Região Norte. Teve sua elaboração em agosto de 2004. O público-alvo são os moradores do bairro Vale do Amanhecer que possuam algum tipo de habilidade manual, encontrem-se atualmente desempregados e estejam dispostos a trabalhar de forma cooperada.

Esse projeto tem por objetivos: gerar trabalho e renda em zonas de pouca oferta de empregos, melhorar a qualidade de vida da comunidade, valorizar a matéria-prima local, promover a inclusão social, desenvolver uma linha de produção, criar produtos com foco no mercado, agregar valor econômico e cultural ao produto, desenvolver programa de capacitação, integral e multidisciplinar, que amplie e aperfeiçoe o conhecimento dos artesãos no manejo das técnicas e no aperfeiçoamento dos processos de produção, desenvolver programa de capacitação gerencial capaz de dar aos artesãos competência para gerir suas atividades como empresa lucrativa, sintonizada com o mercado e com as exigências do mundo atual. Esse projeto é uma forma de influenciar tanto em questões de ordem social como cultural, pois é uma tentativa de influenciar também o artesanato local.

Outro projeto desenvolvido é o Projeto Oficina de Sonhos, que foi inaugurado em 03 de julho de 2006, tem por objetivo oportunizar aos jovens de 14 a 18 anos um aprendizado profissionalizante através do reaproveitamento de resíduos e sobras de madeira para confecção de artesanato, possibilitando o desenvolvimento de suas potencialidades, despertando o dom artístico e criativo inerente ao ser humano, preparando-os para o mercado de trabalho em uma sociedade competitiva.

A Oficina foi implantada a partir de uma parceria entre Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Secretaria Municipal de Promoção Social, Secretaria Municipal de Saúde, Associação dos Artesãos de Costa Rica – Arte-Rica, Rotary Club, Madeireiras, Tribunal de Justiça e Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura.

O projeto propicia ao município geração de trabalho, inclusão social e geração de renda, através da produção e comercialização das peças artesanais. A Prefeitura Municipal assumiu o compromisso de repassar uma bolsa no valor de R\$ 100 para jovens de 15 a 18 anos e de R\$ 50 para os de 14 a 15 anos.

A Secretaria de Saúde, juntamente com a Secretaria de Promoção Social, desenvolve o projeto Fios de Ouro, realizado com pessoas acima de 50 anos de idade, no qual desenvolvem artesanato com diversos tipos de bordados em tecido. Seu objetivo principal é levar os idosos a um bom relacionamento, para melhorar o seu quadro de saúde, mas dessa maneira também promove o desenvolvimento do artesanato e a geração de renda para o município. Atualmente estão cadastrados no projeto 32 pessoas.

A Prefeitura Municipal de Costa Rica desenvolve também um projeto social chamado Projeto Segundo Tempo, em que busca dar oportunidades aos alunos carentes e geralmente excluídos de se integrarem ao meio esportivo, despertando a consciência ambiental. A ambiental a respeito da necessidade da preservação de nossos rios e lagos, proporcionando o intercâmbio cultural e a troca de experiências entre os mesmos.

O núcleo do Projeto Segundo Tempo do município de Costa Rica, através da Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Cultura, destina a possibilidade das práticas desportivas aos alunos do Ensino Fundamental e Médio. Tem como objetivo geral proporcionar aos jovens o acesso a práticas esportivas orientadas, por o qual serão desenvolvidas capacidades e habilidades motoras, contribuindo assim para a inclusão social e acabando com a situação de risco a que a juventude está sujeita. As modalidades praticadas são: canoagem, futsal, futebol de campo e voleibol. Atividades complementares: palestras sobre drogas e DST (doenças sexualmente transmissíveis), competições entre turnos, passeios ecológicos.

Todos esses programas fazem parte de um programa maior, o PRODES – Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social de Costa Rica, que visa promover o desenvolvimento econômico, social, turístico, cultural e tecnológico do município, através de incentivos à instalação de empresas industriais, comerciais ou de prestação de serviços, com vistas á diversificação da base produtiva.

Costa Rica também conta com programas habitacionais, que visam proporcionar moradia digna a seu povo, estimulando a geração de emprego e renda para a população local, impulsionando, com isto, o setor imobiliário do município, e fortalecendo a mão-de-obra da construção civil. Este setor proporciona, no momento, o maior índice de empregos no município. Fazem parte dele os programas: Sonho Meu, com 134 lotes; Sonho Meu II, 123 lotes, e Sonho Meu III, 170 lotes. Ele inclui a doação de terrenos de até 300 m<sup>2</sup> e a doação de materiais de construção, como tijolos, telhas, pedra e areia, além da construção de casas de até 32 m<sup>2</sup> para doação para famílias necessitadas.

Verifica-se que os agentes municipais vêm promovendo diversas ações no sentido de melhorar a qualidade de vida da população de Costa Rica. Pode-se identificar que o município não está procurando ter apenas um crescimento econômico, mas sim um desenvolvimento

econômico que procure gerar condições de vida saudável para a sua comunidade, com moradia digna, emprego e renda, escolaridade e visão de sociedade. Esse desenvolvimento social torna-se extremamente importante para o desenvolvimento do turismo em uma região e, no caso de Costa Rica, vem contribuindo bastante para isto.

#### **4.3.3 Ações de desenvolvimento cultural realizadas no município**

O Plano Diretor do município considera como Patrimônio Cultural, conforme o Art. 18 do Capítulo II, as transformações históricas, as expressões artísticas, arquitetônicas, paisagísticas e urbanísticas, além dos rituais, festas, religiosidade, entretenimento e outras práticas sociais, literárias e musicais inerentes á cultura local.

Continuando, o Plano Diretor, no Art. 19. do capítulo II, divulga como objetivos da Política Municipal de Patrimônio Cultural: divulgar o patrimônio cultural; garantir que o patrimônio arquitetônico seja preservado e possa ser utilizado sustentavelmente; desenvolver o potencial turístico e inventariar o patrimônio histórico, cultural e paisagístico.

Portanto, os agentes públicos municipais buscam preservar esse patrimônio cultural e promover ações no sentido de fazer com que ele cresça e se torne cada vez mais importante para o município.

Quanto às políticas de valorização da cultura regional como forma de contribuir para o turismo no município de Costa Rica, foram realizadas algumas ações pela administração pública municipal, sendo elas: projeto de resgate de danças típicas; projeto música – MS, festival de música raiz; realização de concurso de quadrilha; espetáculo de danças (circuito dança no mato – FNC); *workshop* de dança de rua; incentivo às festas populares; criação do grupo 100% Caipira; criação do grupo da 3ª idade; participação em eventos cívicos; realização do CostaFolia (carnaval).

A Secretaria de Turismo está procurando desenvolver o turismo religioso no município. Como se pode visualizar no Quadro 2, existem vários eventos envolvendo a parte religiosa; entre esses eventos, o principal é a Festa do Senhor Bom Jesus da Capela, promovida na primeira semana do mês de agosto. Com essa festa procura-se consolidar a Lenda do Santo Fужão. Essa festa conta com a caminhada da fé, onde os romeiros que fazem promessas andam 23 km até a Capela Senhor Bom Jesus, passando pela Estrada Caminho da Fé, e onde é realizada uma missa após a chegada. Essa igreja passou a fazer parte do roteiro turístico desenvolvido pela Secretaria de Turismo do município.

Mas é o carnaval que está se tornando um evento muito forte no município e está atraindo cada vez mais visitantes. Conforme o agente SP2, é nessa época que o PANSS recebe o maior número de visitantes. A administração pública promove a divulgação desse evento na Região Norte principalmente através de rádio, jornais e internet.

Além dos eventos que o poder público municipal procura incentivar e divulgar para atrair visitantes, existe a divulgação da Paçoca de Carne Seca, produzida pelo proprietário da Fazenda Araras. A Secretaria do Turismo e Cultura tem procurado divulgar esse prato como um produto gastronômico típico da região. Portanto, enquanto os restaurantes não estão adquirindo esse produto dele, a secretaria o compra e revende aos visitantes no Parque Municipal e na Casa do Artesão. A Paçoca de Carne Seca, produzida pelo proprietário da Cachoeira das Araras, foi eleita 1ª colocada pelo júri técnico que participou dos eventos da Feira Internacional e 1º Salão de Turismo de Mato Grosso do Sul, realizados em 2007, em Campo Grande. Devido ao sucesso, o produto passou a ser comercializado no município e no estado. Com todo esse destaque da paçoca de carne seca, pode-se constatar que a promoção do turismo também enriqueceu a gastronomia do estado.

O setor artesanal é um segmento importante para a economia do estado, não só pela sua produção, mas também porque ocupa uma significativa parcela de mão-de-obra, em

especial a não especializada, que está em condições pouco favoráveis para ocupar postos de trabalho no mercado.

O artesanato vem se desenvolvendo através da realização de algumas ações como: criação da Associação dos Artesãos (ARTE-RICA), que conta atualmente com 22 artesãos cadastrados; oficinas de artesanato; criação do projeto Oficina de Sonhos; criação do projeto Rica Trama; realização de feiras de artesanato; construção da Casa do Artesão para incentivar o artesanato local e regional.

O apoio a um setor capaz de se tornar mais competitivo gera não somente a possibilidade de novas oportunidades de pequenos negócios, elevação do padrão de vida dos artesãos e um processo de conscientização ambiental, como também induz a criação de postos de comercialização da produção, influenciando no desenvolvimento local.

Entretanto, conforme o entrevistado SP4, o aspecto cultural, como música, danças típicas e artesanato, representa um ponto falho não só em Costa Rica, mas em todo o estado.

“[...] tem alguns municípios que conseguem desenvolver mais isso, por exemplo Corumbá e Miranda. Mas por exemplo Bonito, grande parte do artesanato que é comercializado em Bonito não são de lá. Então falta a gente estar mais junto, resgatar essa cultura local, dar uma valorização nossa.”

Portanto, pode-se perceber que Costa Rica vem tentando promover essa diversificação cultural no município, porém ela ainda se revela uma atividade incipiente, principalmente no que diz respeito a música e danças típicas; já o artesanato vem tendo um grande incentivo por parte do poder público e da população local.

Outras formas de cultura ainda são incipientes no município, como transformações históricas, as expressões artísticas, arquitetônicas, literárias e musicais. Entretanto, outras, além do artesanato, começam a despontar, como festas, religiosidade e entretenimento, atraindo cada vez mais turistas para a região.

#### 4.3.4 Aspectos econômicos do município de Costa Rica

Costa Rica é um município que vem se destacando social e economicamente no estado de Mato Grosso do Sul. Esse município tem alcançado, além de um crescimento, um desenvolvimento econômico, pois tem trabalhado com a questão da qualidade de vida da população. Seus indicadores socioeconômicos podem ser visualizados na Tabela 1.

**Tabela 1: Indicadores socioeconômicos do município de Costa Rica/MS**

Indicador	Costa Rica
Contagem da população (2007)	18.277
Área da unidade territorial (km <sup>2</sup> )	5.723
Rendimento médio mensal (R\$)	908,14
Massa salarial média mensal (R\$)	7.018.105,92
PIB municipal (R\$) – 2005	277.821.000,00
Valor adicionado na agropecuária	80.723.000,00
Valor adicionado na indústria	46.076.000,00
Valor adicionado nos serviços	110.081.000,00
Índice de Desenvolvimento Humano (2000)	0,798

Fonte: SEBRAE/MS (2009)

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município de Costa Rica é consideravelmente alto e corresponde a 0,798, o que leva o município a ocupar o quarto lugar no estado. Com o índice de ICMS em 1,7653, Costa Rica atinge a 11<sup>a</sup> posição entre os municípios de Mato Grosso do Sul (IBGE, 2003).

Como a economia do município se baseia em sua maior parte na agricultura e a pecuária de corte, conforme o IBGE (2006), em 2006 o total de pessoal ocupado no campo era de 2.541 pessoas.

O uso e ocupação do solo na região de Costa Rica se caracterizam pelas grandes propriedades rurais, onde se desenvolve a agricultura. Apesar de ser conhecida como a capital do algodão, é de soja a maior produção na região, seguida do milho, e depois vêm o algodão, trigo, girassol, sorgo, arroz e outras culturas de menor destaque, que podem ser observados na Tabela 2. O efetivo do rebanho de bovinos é de 308.160 cabeças (IBGE, 2007).

**Tabela 2: Produção agrícola de Costa Rica/MS**

Cultura	Quantidade produzida (ton.)	Valor da produção (Mil Reais)	Área plantada (Hectare)	Área colhida (Hectare)
Algodão herbáceo (em caroço)	81.000	71.819	18.000	18.000
Arroz (em casca)	3240	972	1.800	1.800
Feijão (em grão)	900	600	500	500
Girassol (em grão)	1.200	600	1.000	1.000
Mandioca	1.500	330	100	100
Melancia	720	97	40	40
Milho (em grão)	189.600	47.400	28.000	28.000
Soja (em grão)	240.000	111.840	80.000	80.000
Sorgo granífero (em grão)	12.150	2.017	4.500	4.500
Trigo (em grão)	600	300	500	500

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2007)

Atualmente, as plantações de cana-de-açúcar para atender usinas de álcool vêm se fortalecendo na região. Três dessas novas usinas estão em implantação em Costa Rica e Chapadão do Sul. A unidade que está localizada em Costa Rica chama-se Unidade de Bioenergia Costa Rica (BRESCO), ocupa uma área de 465 hectares (ha) e pretende atingir uma área de lavoura de 32.500 ha. O volume de investimentos é de R\$ 240 milhões, e o volume de produção pretendido no primeiro ano corresponde à moagem de 2 milhões de toneladas, a 190 mil m<sup>3</sup> de álcool e a 226 MW de energia. E no segundo ano: moagem de 3 milhões de toneladas, 285 mil m<sup>3</sup> de álcool e 336 MW de energia.

A demanda em potencial de mão-de-obra das três usinas dessa região é de 3.137; isso representa cerca de 9% do total da população dos dois municípios somados. Especificamente em Costa Rica foram gerados até o mês de março 669 empregos diretos e indiretos. Em média, serão pagos R\$ 1.300,00/mês por trabalhador, significa que em Costa Rica serão gerados R\$ 2.466.100,00/mês e em Chapadão do Sul, R\$ 1.638.000,00/mês.

E esses trabalhadores gastam seu salário nesses municípios, gerando renda para a população local, isso beneficia principalmente os equipamentos turísticos, como hotéis e restaurantes. Visto que esses estabelecimentos começam a se reestruturar para receber essa demanda, representada por pessoas que possuem uma renda mais elevada e um grau de exigência maior.

Apesar dessas vantagens, alguns problemas foram gerados com a chegada dos trabalhadores dessa usina ao município, como a superlotação nos hotéis e o aumento da especulação imobiliária devido á grande procura por moradia. A média do aluguel no município é de R\$ 500,00 mês, valor elevado pelo porte da cidade.

Surgiu uma dificuldade durante a pesquisa na obtenção de dados, pois o município não dispõe de dados sobre os resultados econômicos gerados pelo turismo. As únicas pesquisas estão associadas ao PANSS, que é o produto turístico efetivamente trabalhado no município. As demais informações quanto ao emprego e renda dos agente privados não puderam ser obtidas durante a pesquisa devida á restrição desses agentes em passar suas informações.

Os responsáveis pela Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica souberam quantificar apenas o número de funcionários envolvidos diretamente no PANSS; os funcionários fixos são: 01 bilheteria, 02 atendentes, 03 auxiliares de manutenção, 03 cozinheiras (o restaurante é terceirizado), 03 monitores ambientais e 01 guarda noturno. Durante os finais de semana, ainda contamos com mais 02 seguranças e em torno de 15 monitores. Os salários variam de R\$ 600,00 a R\$ 800,00, e a diária do monitor é R\$ 40,00.

A administração pública desenvolveu cursos de monitores ambientais para conseguir mão-de-obra local qualificada para trabalhar no setor de turismo, mas eles são cadastrados como monitores e não como guias. Para ter a licença de monitor, as pessoas são obrigadas a fazer um curso com conteúdo programático: noções de primeiros socorros, noções de salvamento aquático, identificação botânica, roteiros turísticos em Costa Rica, relação interpessoais, Costa Rica: riqueza cultural e histórica, ecologia de cerrado, metodologia sequencial de Joseff Cornell em EA, qualidade no atendimento, administração de UC, práticas profissionais: arvorismo e tirolesa, técnica verticais e legislação ambiental. A carga horária total é de 240 h. Esses monitores ficam á disposição da Secretaria Municipal de Turismo para trabalhar no Parque Municipal e para acompanhar turistas quando solicitados.

Atualmente o município conta com cerca de 55 monitores ambientais capacitados e está formando outra turma com 35 pessoas. O perfil exigido é que o candidato seja maior de idade e tenha aptidão de trabalhar com o meio ambiente. Todo custo do curso é por conta da prefeitura.

A administração do PANSS é de competência do poder público municipal, que tem investido na infra-estrutura. A equipe de manutenção e limpeza do parque é encarregada de estar no local a partir das 7:00 h para fazer a limpeza dos quiosques, banheiros, entre outros. Por isso o parque está aberto á visitação de terça a domingo das 8:00 às 18:00; a taxa de entrada é única e está estipulada em R\$ 2,00 (dois reais) tanto para os visitantes como a comunidade local, sendo que crianças até 12 anos e idosos não pagam entrada.

Por ser um produto turístico consolidado, o PANSS consegue se manter durante todo o ano e gerar lucro nos períodos de alta estação. Os períodos de maior volume de visitação, conforme Tabela 3, são os meses de novembro a fevereiro, considerados períodos de alta temporada e feriados prolongados.

**Tabela 3: Número de visitantes e valor arrecadado no Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú em 2008**

MÊS	NÚMERO DE VISITANTES	VALOR ARRECADADO (R\$)
Janeiro	5.258	7.512,00
Fevereiro	2.889	3.984,00
Março	2.203	3.753,00
Abril	2.042	3.492,00
Maio	1.907	2.582,00
Junho	1.214	1.732,00
Julho	2.798	3.708,00
Agosto	1.955	2.794,00
Setembro	2.559	3.084,00
Outubro	2.960	3.514,00
Novembro	3.631	4.334,00
Dezembro	7.945	12.806,00
Total	37.361	53.295,00

**Fonte:** Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica, 2009.

Por enquanto, o município ainda paga a taxa de entrada para visitar o parque; a Secretaria Municipal de Turismo está tentando desenvolver um projeto, chamado Amigos do Parque, onde será elaborada uma carteirinha para que a população local passe a pagar uma

taxa diferenciada dos visitantes, como forma de incentivar o morador a participar mais do parque.

A administração do PANSS tem investido em infra-estrutura para a prática de esportes de aventura desde 2005, e a receita gerada por esses esportes vem trazendo retorno. Pela Tabela 4 pode-se visualizar o valor arrecadado com a prática desses esportes.

**Tabela 4: Valor arrecadado com esportes de aventura no PANSS em 2008**

<b>MÊS</b>	<b>VALOR ARRECADADO (R\$)</b>
Janeiro	4.744,00
Fevereiro	4.805,00
Março	2.372,00
Abril	2.827,00
Maio	2.817,00
Junho	1.342,00
Julho	4.287,00
Agosto	3.046,00
Setembro	2.293,40
Outubro	3.427,30
Novembro	3.523,40
Dezembro	15.154,72

**Fonte:** Secretaria Municipal de Turismo de Costa Rica, 2009.

Dessa forma, a administração do parque consegue mantê-lo sem precisar reivindicar verbas públicas. Outra fonte de receita do parque é o restaurante existente nele, que é terceirizado e serve almoço, além de lanches e bebidas, sendo obrigatório o pagamento de 12% do seu faturamento à administração do parque. As refeições de todos os funcionários desse ambiente são feitas nesse restaurante e são por conta da administração do parque.

O turismo ainda não possui uma estrutura econômica desejável, apesar de estar, sim, sendo uma atividade econômica, pois gera emprego e renda no município. Pode-se perceber que, ainda, é o agronegócio o principal gerador de renda na região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Costa Rica pode ser considerado um município com grande potencial turístico. Pode-se observar, a partir do estudo da oferta turística, que o município possui diversos recursos naturais e está procurando desenvolver seus atrativos culturais, principalmente quando se trata de eventos programados, que vêm se destacando no cenário regional e atraindo visitantes.

Conclui-se com a pesquisa que entre os aspectos favoráveis ao desenvolvimento da atividade turística no município de Costa Rica estão: belezas naturais; receptividade; localização privilegiada do município; proximidade com o estado de Goiás; esportes de aventura; investimento do poder público municipal; aspectos culturais; crescimento econômico do município; clima favorável; Parque Nacional das Emas e Parque Estadual da Nascente do Taquari, produto reconhecido nacional e internacionalmente; infra-estrutura do Parque Municipal Salto do Sucuriú e diversidade de fauna e flora.

Já quanto aos aspectos desfavoráveis para o desenvolvimento da atividade estão: a dificuldade de acesso aos pontos turísticos (estradas e sinalização) e distância dos pontos turísticos; mão-de-obra desqualificada para atender o setor; falta de infra-estrutura dos equipamentos e serviços turísticos (hotéis e restaurantes); falta de conscientização do potencial do município por parte dos governos estadual e federal; falta de infra-estrutura nos pontos turísticos; ausência de agência de turismo; má conservação das estradas de acesso a outros municípios; exploração de maneira indevida; falta de crença por parte da população e empresários no desenvolvimento da atividade; falta de divulgação do município e dos pontos turísticos; ausência de guias turísticos na região; ausência de comidas típicas e ausência de lugares de lazer noturno.

Entretanto, ficou constatado, durante a pesquisa, que o principal fator favorável ao desenvolvimento da atividade turística no município de Costa Rica é a sua riqueza em recursos hídricos, belezas naturais e áreas protegidas. Outros fatores complementam a possibilidade de sucesso turístico, como a divisa com outros estados, e dessa forma têm a possibilidade de atrair um grande público. Entretanto, os recursos naturais existentes no município ainda não podem ser considerados de fato um produto turístico, pois não possuem os equipamentos turísticos necessários para proporcionar uma maior segurança e satisfação aos turistas.

A grande dificuldade para a transformação desses atrativos naturais em produtos turísticos reside no fato de que a maioria está localizada em propriedades particulares, onde grande parte desses proprietários não vêem o turismo como uma atividade econômica viável e não pretendem investir em suas propriedades. Deve-se entender que essa é uma questão cultural, pois a agricultura e, principalmente, a pecuária são a base econômica da região. Portanto, exige-se um trabalho de longo prazo com esses proprietários para que desenvolvam uma visibilidade para investir no segmento do turismo.

Para estimular essa atividade, torna-se necessário efetivar o Conselho Municipal do Turismo como um órgão institucional de governança, pois, embora já esteja constituído, ele não atua efetivamente. Talvez com uma maior atuação desse conselho os proprietários rurais visualizem a importância de apoiarem a atividade turística e se interessem por explorá-la como uma segunda opção de renda.

Outro empecilho reside na infra-estrutura de apoio, principalmente quanto às estradas de acesso aos atrativos naturais e de acesso aos municípios vizinhos, pois elas não são pavimentadas em sua maioria e algumas se encontram em péssimo estado de conservação.

O desenvolvimento dessa atividade no município depende também do envolvimento e empenho dos municípios vizinhos para desenvolverem o turismo na região, tornando assim os

roteiros mais atrativos aos visitantes. Assim, cabe aos municípios, diretamente, promoverem as ações propostas pelos planos de desenvolvimento turístico estaduais, de forma tal que a junção das ações dos diferentes municípios promova o desenvolvimento da região, e estas, o desenvolvimento turístico do Estado de Mato Grosso do Sul.

Outro aspecto desfavorável que deve ser trabalhado é quanto aos equipamentos turísticos, principalmente o setor hoteleiro. Apesar de todos os esforços dos agentes públicos municipais, esses agentes privados não têm interesse em se adequar para atender esse público mais exigente, os turistas. A ausência de certos equipamentos turísticos afeta consideravelmente o desenvolvimento da atividade no município em questão, principalmente a falta de agências e operadoras turísticas, pois essas são responsáveis por divulgar os atrativos turísticos e atrair visitantes para o território do município.

Entretanto, deve-se verificar a lógica do comportamento dos turistas, conforme o seu movimento, em Costa Rica existe um público já constituído, são visitantes que vêm em busca de lazer, principalmente para se refrescar, permanecem em sua maioria apenas um dia e retornam para sua região, além disso possuem uma renda baixa, portanto, é um perfil diferente de outros locais turísticos, como Bonito/MS por exemplo. Dessa forma deve-se adequar o local de acordo com o perfil do turista que recebe e não ter uma visão idealizada, mas que pode não ser o ideal para a realidade de Costa Rica.

O sucesso na exploração sustentável e econômica do turismo depende fundamentalmente da capacidade dos atores se aglutinarem em torno de objetivos e diretrizes de horizontes mais largos, capazes de garantir o desenvolvimento da atividade turística sem comprometer o meio ambiente, aproveitando a vocação turística da região. A forma como uma região cuida de seu meio ambiente, como desenvolve o seu âmbito social, cultural e econômico, tornou-se um dos principais fatores de atração nesse segmento de mercado.

Pode-se observar que em Costa Rica todas essas questões estão sendo trabalhadas; vários projetos vêm sendo desenvolvidos no sentido de conscientizar a população para as questões ambientais, além de ações de proteção e fiscalização do meio ambiente, desenvolvimento de oficinas de artesanato visando a geração de renda para a população através da venda de sua produção, e produção, assim como iniciativas para complementar a oferta turística do município e cuidados com a infra-estrutura básica da cidade. Porém, o ambiente cultural deixa a desejar no sentido de que se deveriam desenvolver danças típicas e gastronomia típica no município, para assim ter um maior envolvimento da comunidade e ampliar a sua oferta turística, diversificando o seu público.

Fica claro que no município de Costa Rica o poder público, que tem como papel principal a elaboração das políticas voltadas ao desenvolvimento do turismo, com a função de gestão, que compreende planejamento, regulação e ordenamento das ações públicas e privadas ligadas à atividade turística, vem desempenhando diversas funções além das suas obrigações para o desenvolvimento da atividade, isso porque o setor privado encontra-se desorganizado e desintegrado.

Portanto, além de promover a infra-estrutura de apoio turístico, estruturar os recursos naturais transformando-os em produtos turísticos reconhecidos, o poder público tem a difícil missão de conscientizar os empresários locais responsáveis pelos equipamentos e serviços turísticos para que, aí sim, Costa Rica possa tornar-se um município reconhecido no cenário turístico regional e nacional.

Já as políticas estaduais voltadas ao turismo precisam ser mais específicas por região, especialmente para a Região Norte e principalmente para os municípios com maiores potencialidades turísticas, como é o caso de Costa Rica, considerado importante pólo pelo órgão estadual, mas que não vem recebendo apoio para o seu desenvolvimento. Os municípios deveriam, portanto, elaborar planos municipais e o poder público estadual, com base nesses

planos, elaboraria um plano estratégico estadual que estabelecesse as diretrizes e ações de desenvolvimento para o turismo no estado.

A pesquisa empírica realizada demonstrou que a atividade do turismo em Costa Rica encontra-se ainda pouco articulada, mas comprovou o princípio de uma política pública fundamentada no conceito de *cluster*, envolvendo diferentes atividades econômicas e a integração entre governo, empresários, agentes financeiros e demais segmentos representativos como forma de elevar a competitividade do setor.

Percebe-se que quem está promovendo esse desenvolvimento no município é a cana-de-açúcar, que vem gerando emprego e renda com a chegada de empresas à região de Costa Rica e Chapadão do Sul. Indiretamente, isso está favorecendo o turismo, pois os equipamentos e serviços turísticos estão se reestruturando e se modernizando. O município deve desenvolver ações de sensibilização para que esse público permaneça no município nos finais de semana ou outros dias sem ser a trabalho, mas sim para curtir o lazer que a cidade oferece.

Percebe-se, por fim, que a atividade turística no município de Costa Rica/MS tem contribuído para o desenvolvimento regional e local, gerando emprego e renda, contudo possui condições de contribuir ainda mais. Mas existem ainda muitas dificuldades a serem superadas para que a atividade passe a se destacar e atuar e representar uma atividade econômica importante para o município.

Sugere-se que sejam elaboradas outras pesquisas nesse setor para visualizar a possibilidade de investimentos para o município. Através de estudos onde sejam demonstrados indicadores de desenvolvimento, como emprego e renda gerados especificamente no segmento de turismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- \_\_\_\_\_. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil: metodologia e desenvolvimento** Brasília, 2006. Disponível em: <[www.braziltour.com/site/arquivos/dados\\_fatos/demanda%20turistica/demanda\\_turismo\\_do\\_mestico\\_setembro\\_2006.pdf](http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/demanda%20turistica/demanda_turismo_do_mestico_setembro_2006.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2009.
- ALMEIDA, P. H. de. Pequena empresa e desenvolvimento local – os limites da abordagem competitiva. In: **Gestão e desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- ATLAS GEOGRÁFICO COSTA RICA. Localização, geologia, clima, hidrografia, vegetação, infra-estrutura urbana. Prefeitura Municipal de Costa Rica. Campo Grande: RE9 Idéias, 2007. 65 p.: il.: 30 cm.
- BALANZÁ, I. M.; NADAL, M. C. **Marketing e comercialização de produtos turísticos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- BALDI, M.; LOPES, F. D. Laços sociais e formação de arranjos organizacionais cooperativos – proposição de um modelo de análise. In: II SIMGEN – SIMPÓSIO DE GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRuralRJ, 2004. 1 CD-ROM.
- BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (org.). **Gestão agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 23-62.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: Editora Senac, 2007.
- BERSANI, Silvana de Fátima. **Região turística da Costa Leste de MS: análise e perspectivas sob a ótica do desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.
- CAETANO, Mauro. **Estudo das práticas alimentares dos turistas: uma contribuição metodológica para o planejamento turístico e o fortalecimento do agronegócio**. 91 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Departamento de Economia e Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. O lazer e o novo rural. In: XL SOBER – Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2002, Passo Fundo – RS. **Anais...**Passo Fundo: UPF, 2002. CD-ROM.

CAMPEÃO, Patrícia. **Sistemas locais de produção agroindustrial: um modelo de competitividade**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: \_\_\_\_\_. **Turismo e geografia**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 94-121.

COASE, R. H. La naturaleza de la empresa. In: WILLIANSO, O. E.; WINTER, S. G. (comp.). **La naturaleza de la empresa: origenes, evolución y desarrollo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1966. p. 29-66.

CORDEIRO, N. R. **Construção de um modelo de gestão estratégica para organizações prestadoras de serviços utilizando o *Balanced Scorecard*, o gerenciamento de processos e o *Marketing de Relacionamentos***. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/4363.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2006.

CUNHA, L. A. G. **Economia e política do turismo**. Amadora, Portugal: McGraw-Hill, 1997.

DENCKER, Ada de Freitas M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Anuário Estatístico 2006**. v. 33. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

FARINA, E. M.; ZYLBERSZTAJN, D. Organização das cadeias agroindustriais de alimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 20, 1992, Campos de Jordão. **Anais...** São Paulo, 1992, p. 189-207.

FRATA, Ângela Maria. **Ciclo de vida do destino turístico do município de Bonito, Mato Grosso do Sul**. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007.

FUCKS, P. M. Uma leitura do novo cenário rural e suas potencialidades de desenvolvimento a partir do turismo rural. **Revista Espaço e Geografia** – Os novimentos sociais e os usos alternativos do espaço agrário, Brasília: UnB, v. 4, n. 1, jan./jul. 2001.

FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON – FCR. **Proposta de elaboração de estudo da cadeia produtiva do turismo em Mato Grosso do Sul**. Relatório final. Convênio n.º 025/2005. Campo Grande – MS. Novembro de 2006.

FUNDTUR/MS – Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. **Plano de ação para o turismo de Mato Grosso do Sul 2003- 2006**. Campo Grande: FUNDTUR, 2003

GARRIDO, Inez Maria Dantas Amor. **Modelos multiorganizacionais no turismo:** cadeias, clusters e redes. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2001.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

HADDAD, Paulo Roberto et al. **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil:** estudo de cluster. Brasília: CNPq/Embrapa, 1999.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/zoneamento-ambiental/>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Uma perspectiva macroeconômica 2000-2005.** Rio de Janeiro, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo Agropecuário. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. **Economia do turismo:** análise das atividades características do turismo: 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de pobreza e desigualdade – Municípios brasileiros. 2003. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 15 dez. 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pamclo/2007/default.shtm>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

IEF – Instituto Estadual de Florestas. Unidades de Conservação. Disponível em: [http://www.ief.mg.gov.br/index.php?Itemid=43&id=30&option=com\\_content&task=view](http://www.ief.mg.gov.br/index.php?Itemid=43&id=30&option=com_content&task=view) Acesso em: 20 jan. 2009.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing.** 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

LAGE, Beatriz H. Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo.** 3. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

LAZARINI, Ricardo. **Políticas públicas de turismo e o contexto de Mato Grosso do Sul entre 2003-2006:** seus interesses correlatos. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-

Graduação *Stricto Sensu* em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006.

LEMOS, Leandro de. **Turismo, que negócio é esse?:** uma análise da economia do turismo. 5. ed. Campinas: Papirus, 2001.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. **Geografia e turismo no paraíso das águas:** o caso de Bonito. 2001. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

MARQUES, Heitor Romero et al. **Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul:** reflexões e perspectivas. Campo Grande: UCDB, 2001.

MARSHALL, C.; ROSSMAN, G. B. **Designing qualitative research.** Sage: Thousand Oaks, 1995.

MENDES, M. C. **Desenvolvimento sustentável.** 1997. Disponível em: <<http://www.educar.sc.usp.br/biologia/textos>>. Acesso em: 11 set. 2007.

MENDONÇA, Maria Cristina Angélico de. **Gestão integrada do turismo no espaço Rural.** 2006. 290 f. Tese. (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

MENEZES, Fany Oliveira de. **O município de Bodoquena – MS:** uma análise do turismo como instrumento de auxílio para o desenvolvimento local. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Campo Grande – MS, 2004.

MILANO, M. S. ; KASTRUP, C. ; ALDA, C. L. ; MILLET, E. ; CARBOGIM, J. B. P. **Responsabilidade social empresarial:** o meio ambiente faz parte do negócio. Curitiba: FBPN, 2002. 77 p.

MTUR – MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2007-2010. Brasília, Jun. 2006. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/coroot/CMS%5CDocumentoItem/files/livretoTURISMO.pdf#search=%22Turismo%20no%20Brasil%202007-2010%22>> Acesso em: 10 set. 2007.

NOGUEIRA, C. R. D. Turismo, integração e desenvolvimento regional. **Revista Espaço e Geografia** – Espaço, turismo e desenvolvimento. Brasília, 2. ed., v. 3, n. 1, jan./jun. 2000.

OLIVEIRA, Antônio P. **Turismo e desenvolvimento:** planejamento e organização. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **International Tourist Arrivals by Country of Destination**. Disponível em: <http://unwto.org/facts/eng/tmt.htm>. Acesso em: 20 jan. 2008.

PDTUR – Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, SEBRAE/MS, Superintendência de Turismo de Mato Grosso do Sul, 2001.

PELLIN, Valdinho. **A atividade turística como alternativa para promover o desenvolvimento local sustentável**: o caso do município de Rio dos Cedros – SC. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – PPGDR do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2004.

PIRES, P. dos S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002. 269 p.

PLANO DIRETOR DE COSTA RICA – MS. Projeto de Lei Complementar nº 18/2006. Costa Rica, 2006.

PORTER, M. E. **Competição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Prefeitura Municipal de Costa Rica, 2001/2008.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção ao meio ambiente. 5. ed. Campinas: Papirus, 1997.

SILVEIRA, Marco Aurélio Tarlombani da. Desenvolvimento local. In: RODRIGUES et al. **Turismo rural**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2001.

TORRECILHA, S.; LOUREIRO, W. **ICMS Ecológico – incentivo econômico na conservação da biodiversidade na BAP-MS**. Campo Grande, 2005.

TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo**: desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1997.

URRY, Jhon. **O olhar do turista**: viagens e lazer nas sociedades contemporâneas. São Paulo: SESC/Studio Nobel, 1996.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZIMMERMANN, Adonis. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ZIMMERMANN, Adonis; CASTRO, Isis. **Turismo rural – um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.

## **APÊNDICE**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS AGENTES PÚBLICOS**

1. Como a atividade turística pode contribuir para o desenvolvimento do município de Costa Rica/MS?
2. Quais os incentivos para o desenvolvimento do turismo promovidos pelos órgãos governamentais?
3. Acredita que Costa Rica tem potencial para ser um pólo turístico em MS
4. Quais as políticas de para a atividade turística no município de Costa Rica/MS?
5. Quais os programas de desenvolvimento relacionados ao contexto social, cultural, ambiental e econômico que beneficiam o desenvolvimento do turismo no município de Costa Rica/MS?
6. Há aceitação da comunidade local aos turistas?
7. Quais os aspectos favoráveis a atividade turística no município de Costa Rica/MS?
8. Quais os aspectos desfavoráveis a atividade turística no município de Costa Rica/MS?
9. Quais as sugestões para a promoção efetiva do turismo?

## ENTREVISTA AOS AGENTES PRIVADOS

**Estabelecimento:**

**Cargo:**

1. Você tem conhecimento a respeito do desenvolvimento do turismo em Costa Rica?  
Como foi adquirido?
2. Qual é o seu papel em relação ao turismo?
3. Qual é o seu interesse em relação ao turismo?
4. Quais as estratégias de cooperação: organização e administração das transações entre os agentes Público e Privado?
5. Na sua opinião, existe um agente que faz a coordenação do processo de gestão do turismo, no que diz respeito a Organização, Controle, Orientação das ações e Comunicação?
6. Você acredita que a atividade turística pode se desenvolver e trazer renda para o município?
7. Quais as dificuldades para o desenvolvimento da atividade turística nesse estabelecimento?
8. O poder público está desempenhando seu papel de coordenador da atividade turística no município como deveria ou esta deixando a desejar? Por que?
9. Quantidade de empregos criados no estabelecimento?

## QUESTIONÁRIO AOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE COSTA RICA/MS

- 1 - Gênero: ( ) Feminino ( ) Masculino
- 2 – Estado civil:  
 ( ) solteiro(a) ( ) casado(a) ( ) divorciado(a) ( ) viúvo(a)
- 3 – Faixa etária:  
 ( ) 15 - 25 anos ( ) 26 - 35 anos ( ) 36 - 45 anos ( ) acima de 45 anos
- 4 – Faixa salarial:  
 ( ) 1- 5 salários mínimos ( ) 6 - 10 salários mínimos  
 ( ) 11-15 salários mínimos ( ) acima de 15 salários mínimos
- 5 – Ha quanto tempo reside no município?
- 6 - Acredita que costa rica tem potencial para ser um pólo turístico em MS?  
 ( ) sim ( ) não  
 Por que?
- 7 – Em sua opinião, o turismo pode trazer benefícios para o município?  
 ( ) sim ( ) não  
 Se sim, de que forma?
- 8 – Quais os aspectos favoráveis a atividade turística no município?
- 9 – Quais os aspectos desfavoráveis a atividade turística no município?
- 10 - Possui o hábito de visitar os atrativos do município? ( ) sim ( ) não
- 11 - Quais desses atrativos já visitou?  
 ( ) Água santa ( ) Parque Nacional das Emas (PNE)  
 ( ) Balneário Lage ( ) Cachoeira da rapadura  
 ( ) Cachoeira das araras ( ) Gruta Tope da Pedra  
 ( ) Estância Maranata ( ) Ponte de Pedra  
 ( ) Parque Natural Municipal da Laje  
 ( ) Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú (PANSS)  
 ( ) Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari

## QUESTIONÁRIO AO TURISTA DO MUNICÍPIO DE COSTA RICA- MS

- 1 – Profissão:
- 2 - Cidade: Estado:
- 3 - Sexo:  Feminino  Masculino
- 2 – Estado civil:
- solteiro(a)  casado(a)  divorciado(a)  viúvo(a)
- 3 – Faixa etária:
- 15 - 25 anos  26 - 35 anos  36 - 45 anos  acima de 45 anos
- 4 – Escolaridade:
- 1º grau  ensino médio  superior incompleto
- superior completo  pós graduado  mestrado
- doutorado  pós doutorado
- 5 – Qual sua renda familiar total?
- 1- 5 salários mínimos  6 - 10 salários mínimos
- 11-15 salários mínimos  acima de 15 salários mínimos
- 6 - É a primeira vez que você visita Costa Rica – MS?  Sim  Não
- 7 - Como tomou conhecimento sobre esse município?
- 8 – Com quem passará a estada em Costa Rica - MS:
- sozinho  amigos
- com a família  outros: \_\_\_\_\_
- 9 – Quanto tempo você pretende permanecer neste município?
- 1 - 3 dias  4 - 7 dias
- 8 - 15 dias  acima de 15 dias
- 10 – Qual o motivo principal da visita ao município de Costa Rica?
- lazer  atrativos naturais  família
- negócios  manifestações populares  Outros: \_\_\_\_\_
- 11 - Em que tipo de alojamento você está hospedado
- Hotel  Dormitório  Casa de Familiares
- Casa de Amigos  Outros: \_\_\_\_\_
- 12 - Se estiver hospedado em hotel/apart-hotel/pensão/casa, classifique o Alojamento quanto a:

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Acomodação				
Higiene				
Equipamentos de Lazer				
Relação Qualidade/Preço				
Custos				

13 - Se utilizar os serviços de restaurantes e lanchonetes, classifique:

	Ótimo	Bom	regular	ruim
Qualidade da comida				
Higiene				
Atendimento				
Variedades gastronômicas				
Relação Qualidade/Preço				
Custos				

14 - Se utilizar informações turísticas, classifique:

	Ótimo	Bom	regular	Ruim
Postos de informação				
Guias				
Motoristas de turismo				
Informações no hotel				
Sinalização				
Informações turísticas em termos globais				

15 - Classifique os atrativos de Costa Rica – MS, quanto a:

	Ótimo	Bom	regular	ruim
Limpeza/higiene				
Limpeza da água				
Acessibilidades				
Cuidados ambientais				
Infra-estruturas de Apoio				
Custos				

16 - Avalie os seguintes aspectos turísticos de Costa Rica:

	Ótimo	Bom	regular	Ruim
Atrativos Naturais				
Conservação Ambiental				
Hospitalidade				
Limpeza Urbana				
Qualificação Profissional				
Saúde Pública				
Segurança Pública				
Saneamento Básico				
Iluminação Pública				
Transporte de Acesso à Região				

17 - Aponte o seu nível de satisfação com este período de estadia em Costa Rica – MS

( ) Muito Satisfeito

( ) Satisfeito

( ) Pouco Satisfeito

( ) Insatisfeito

18 - Quais os lugares que você já visitou no município?